



VIII GOVERNO
CONSTITUCIONAL

RETRATO
DOS PRIMEIROS
**100 DIAS DE
GOVERNAÇÃO**

22 de junho a 22 de setembro de 2018



RETRATO DOS PRIMEIROS 100 DIAS DE GOVERNAÇÃO

Outubro de 2018

Preparado pelo Gabinete Ministro de Estado e Presidência do Conselho de Ministros

Relatórios parciais da autoria de :

- Gabinete do Primeiro-Ministro
- Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros
- Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos
- Ministério da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares
- Ministério das Finanças
- Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
- Ministério da Justiça
- Ministério da Administração Estatal
- Ministério da Saúde
- Ministério da Educação, Juventude e Desporto
- Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura
- Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão
- Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional
- Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico
- Ministério das Obras Públicas
- Ministério dos Transportes e Comunicações
- Ministério da Agricultura e Pescas
- Ministério da Defesa
- Ministério do Interior
- Ministério do Petróleo e Minerais

Compilado por : Iriana Ximenes, Catarina Borromeu, Edinho

Elaborado por: Iriana Ximenes, Sónia Leitão e Nuno Costa

Revisão por: Iriana Ximenes e Sónia Leitão

Design: Nuno Costa



VIII GOVERNO
CONSTITUCIONAL

RETRATO
DOS PRIMEIROS
**100 DIAS DE
GOVERNAÇÃO**

22 de junho a 22 de setembro de 2018

ÍNDICE

Prefácio	7
Introdução	8
Estrutura orgânica do VIII Governo Constitucional	9
Primeiro-Ministro	10
Secretaria de Estado da Igualdade e Inclusão	33
Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros	34
Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	43
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	46
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	49
Secretaria de Estado de Cooperativas	51
Secretaria de Estado do Ambiente	53
Ministério da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares	67
Secretaria de Estado para a Comunicação Social	72
Ministério das Finanças	77
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	84
Ministério da Justiça	92
Secretaria de Estado de Terras e Propriedades	96



Ministério da Administração Estatal	100
Ministério da Saúde	111
Ministério da Educação, Juventude e Desporto	119
Secretaria de Estado da Juventude e Desporto	124
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	128
Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	134
Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	149
Secretaria de Estado dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	150
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	157
Ministério das Obras Públicas	174
Ministério dos Transportes e Comunicações	179
Ministério da Agricultura e Pescas	185
Ministério da Defesa	192
Ministério do Interior	199
Ministério do Petróleo e Minerais	205





PREFÁCIO

DE S. EX.A O PRIMEIRO-MINISTRO

Mudança para o Progresso e Bem-Estar

Cabe-me a honra de prefaciар este documento que apresenta um retrato dos primeiros cem dias de funcionamento do VIII Governo Constitucional. Porque fazemos história, o dever de memória nos sugere registar marcos relevantes do processo de governação iniciado no dia 22 de junho de 2018, neste mandato de legislatura.

São cem dias de intenso trabalho, numa base de diálogo alargado, inicialmente para o conhecimento mais aprofundado dos assuntos de Estado, o desenho da Estrutura Orgânica e a aprovação do Programa do Governo, funcionando no quadro das restrições orçamentais inerentes ao regime duodecimal. Ao mesmo tempo, foi necessário garantir recursos para o funcionamento do aparelho de Estado e trabalhar no sentido da reposição da normalidade orçamental e da liquidação dos compromissos do Estado com impacto na retoma da economia.

A informação contida no documento estrutura-se por órgão, departamento governamental e agência, apresentando um resumo da dinâmica que foi possível imprimir no setor público, das principais realizações, bem como dos resultados obtidos ao longo dos primeiros cem dias de funcionamento do Governo.

No momento em que publicamos este documento de retrato dos primeiros cem dias de funcionamento do Governo, é com muita satisfação e sentimento de dever que registo o facto de termos conseguido manter um ambiente de liberdade, paz, estabilidade e segurança, à medida em que envidamos esforços no sentido da continuidade do processo de edificação do Estado de Direito Democrático, da prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, da economia de mercado, da construção do desenvolvimento sustentável e da prosperidade em Timor-Leste.

Mas o trabalho continua. Estamos apenas a iniciar um mandato de legislatura, durante o qual o Governo prevê implementar o seu programa, cumprir as promessas feitas e contribuir para que as pessoas possam viver melhor em Timor-Leste.


Taur Matan Ruak
Primeiro-Ministro de Timor-Leste





INTRODUÇÃO

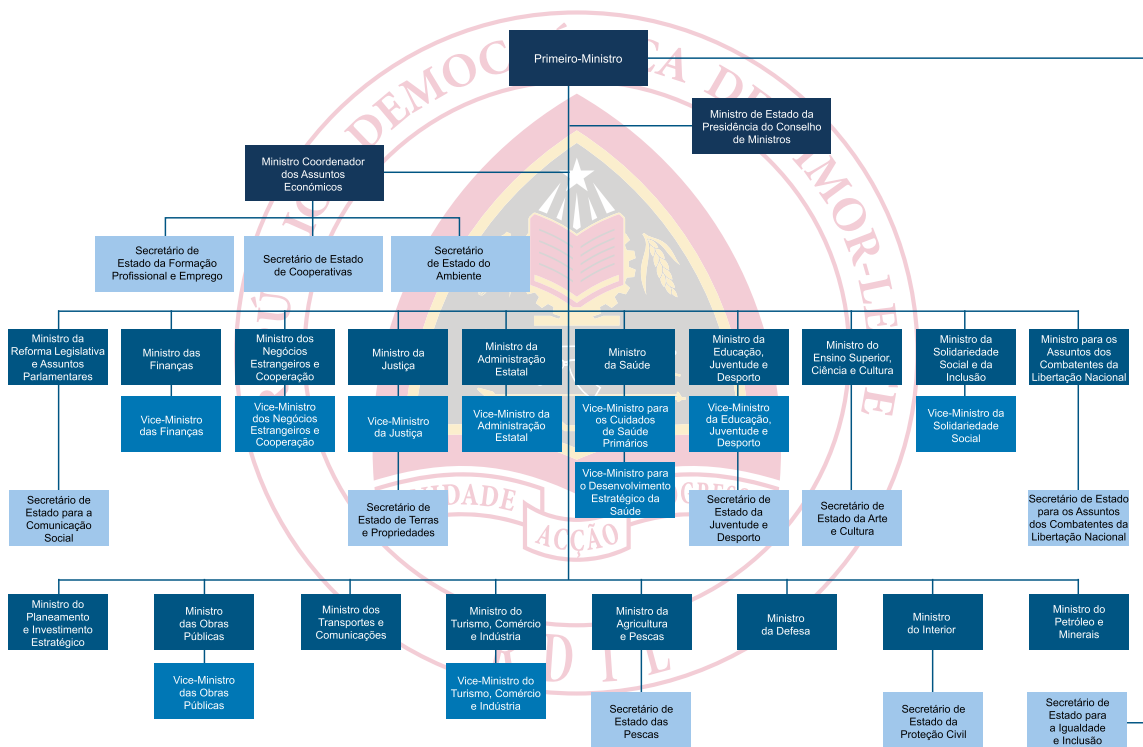
No dia 22 de junho de 2018, tomou posse o VIII Governo Constitucional liderado pelo Primeiro Ministro Taur Matan Ruak. No seu discurso o Primeiro-Ministro, referiu que o VIII Governo iniciou a sua missão “num momento decisivo para o desenvolvimento, modernidade e progresso da nossa jovem Democracia, no cumprimento dos grandes objetivos do desenvolvimento sustentável e do grande desígnio nacional de transformar Timor-Leste, num País Rico, Forte e Seguro!”.

O Primeiro-Ministro afirmou que o Governo está confiante “no seu projeto mobilizador e na orientação da sua visão estratégica, devidamente expressa na qualidade, integridade e empenho da estrutura Governativa que tomou posse” e que “pretende ser o motor desta mudança e transformação da sociedade”.

O Primeiro-Ministro garantiu ainda que “o desenvolvimento do capital humano, a criação de infraestruturas básicas, a diversificação e expansão dos setores da economia, e a consolidação de boas práticas de gestão, transparência e prestação de contas” são as áreas consideradas fundamentais para o VIII Governo Constitucional.



ESTRUTURA ORGÂNICA DO VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL





CAPÍTULO 1

PRIMEIRO-MINISTRO



COMPETÊNCIAS

O Primeiro-Ministro possui competência própria e a competência que lhe seja delegada pelo Conselho de Ministros, nos termos da Constituição e da lei.

Compete em especial ao Primeiro-Ministro:

- Chefiar o Governo e presidir ao Conselho de Ministros;
- Dirigir e orientar a política geral do Governo e toda a ação governativa;
- Representar o Governo e o Conselho de Ministros nas suas relações com o Presidente da República e o Parlamento Nacional;
- Coordenar o sistema integrado de segurança nacional;
- Orientar a política geral do Governo nas áreas da defesa, segurança e da inteligência nacional;
- Orientar a política geral do Governo nas suas relações externas e representar o Governo perante a comunidade internacional;
- Orientar a política geral do Governo na área da gestão financeira, incluindo o setor bancário, o sistema fiscal e o investimento do Fundo do Petróleo;
- Exercer os poderes de tutela sobre a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e sobre as Zonas Especiais de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro;
- Gerir o sistema de tecnologias de informação do Governo e assegurar a prestação dos respetivos” serviços, bem como implementar os sistemas de informática no território nacional, em articulação com os Departamentos Governamentais competentes;
- Promover o fortalecimento institucional do Estado;
- Promover políticas de inclusão e de apoio ao empreendedorismo feminino;
- Exercer as demais competências previstas na Constituição e na lei e que não estejam atribuídas a outros membros do Governo.

Enquanto chefe do Governo, o Primeiro-Ministro tem o poder de emitir diretivas destinadas a qualquer membro do Governo e o de tomar decisões sobre matérias incluídas nas áreas afetas a qualquer Ministério ou Secretaria de Estado, assim como de criar comissões ou grupos de trabalho eventuais ou permanentes para assuntos que sejam da competência do Governo.



Nas suas ausências ou impedimentos, o Primeiro-Ministro é substituído pelo Ministro de Estado, pelo Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos ou pelo membro do Governo seguinte, de acordo com a ordem de precedências estabelecida no artigo 3.º, sucessivamente.

ATIVIDADES

ATIVIDADES

junho

Cerimónia de Tomada de Posse, 1ª. Fase, do Primeiro-Ministro e dos membros do VIII Governo Constitucional, no Palácio Nobre de Lahane em Díli. A cerimónia foi presidida pelo Presidente da República.

Cerimónia de entrega do Palácio de Governo, por parte do Ministro da Comunicação Social do Governo cessante, ao Primeiro-Ministro do VIII Governo Constitucional. Na ocasião foi entregue um documento com o Retrato do VII Governo Constitucional.

Encontro com o Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Reunião do Conselho de Ministros informal, por ocasião do início de funções do VIII Governo Constitucional.

Encontro com o Secretário de Estado para a Comunicação Social.

Encontro com o Presidente da República, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli.

Durante o encontro foram debatidos, os seguintes assuntos:

- A visita de Estado à Indonésia;
- A nomeação da 2ª. Fase dos Membros do VIII Governo Constitucional;
- Os procedimentos de transição do Governo cessante para o novo Governo.

Encontro com o Presidente do Tribunal de Recurso.

Encontro com o Comandante Geral da PNTL.

Encontro com o Presidente da República, sobre a visita de Estado à Indonésia.

Cerimónia mensal do hastear da bandeira, durante a qual foram proferidas umas breves palavras alusivas ao evento.



ATIVIDADES

julho

Encontro com o Presidente da República, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli. Durante o encontro foram debatidos, os seguintes assuntos:

- A lista de nomeação da 2ª. Fase dos Membros do VIII Governo Constitucional;
- A data da tomada de posse da 2ª. Fase;
- A execução do orçamento em regime de duodécimos;
- A orgânica do Governo;

Reunião do Conselho de Ministros tendo sido debatidos, os seguintes assuntos:

- Apresentação do pedido de exoneração do Brigadeiro-General Filomeno Paixão de Jesus, do cargo de Vice-Chefe de Estado Maior das Forças Armadas;
- Apresentação do término de mandato do Comissário Anticorrupção.

Encontro com a Vice-Ministra das Finanças.

Encontro com o Major General das F-FDTL e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Encontro semanal com o Presidente da República, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli. Durante o encontro foram debatidos, os seguintes assuntos:

- A lista de nomeação da 2ª. Fase dos Membros do VIII Governo Constitucional;
- A exoneração do Brigadeiro-General, do cargo de Vice-Chefe de Estado Maior das Forças Armadas.

Reunião do Conselho Superior de Defesa e Segurança, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli.

Durante o encontro foi debatida a exoneração do Brigadeiro-General, do cargo de Vice-Chefe de Estado Maior das Forças Armadas.

Reunião com o Ministro da Defesa indigitado, ex-Vice-Chefe de Estado Maior das Forças Armadas. Durante o encontro foi debatida a tomada de posse prevista para o dia 9 de julho de 2018.

Cerimónia de Tomada de Posse do como Ministro da Defesa do VIII Governo Constitucional, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli.

Encontro com o Representante Nacional das Nações Unidas e Coordenador Residente do PNUD. Durante o encontro foram entregues cartas de felicitações do Secretário Geral das Nações Unidas e do Administrador do PNUD.



ATIVIDADES

julho

Encontro com o Embaixador da Austrália em Timor-Leste. Durante o encontro foi entregue uma carta de felicitações do Primeiro-Ministro da Austrália.

Encontro com o Embaixador do Japão em Timor-Leste. Durante o encontro foi entregue uma carta de felicitações do Primeiro-Ministro do Japão.

Encontro com o Embaixador da União Europeia em Timor-Leste. Durante o encontro foi debatida a delegação de poderes n o Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação para exercer funções de Ordenador Nacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Reunião com o Assessor para a Gestão e Implementação de Políticas Económicas, relativo aos preparativos para a implementação do *Compact Millenium Challenge Corporation*.

Reunião com o Ministro da Defesa. Durante o encontro foi debatida a delegação de competências para a área da segurança.

Encontro com o Presidente da República, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli. Durante o encontro foram debatidos, os seguintes assuntos:

- A lista de nomeação da 2ª. Fase dos Membros do VIII Governo Constitucional;
- Proposta de Lei para Transferência de Fundos do Fundo do Petróleo;
- Implementação do orçamento em regime de duodécimos;
- Preparação das propostas de Orçamento Geral do Estado para o Ano Fiscal de 2018 e de 2019.

Encontro com a Embaixadora da Nova Zelândia em Timor-Leste. Durante o encontro foram apresentadas as felicitações do Primeiro-Ministro em Exercício da Nova Zelândia. Foi ainda debatido um incidente relativo a uma notícia divulgada nas redes sociais (ETAN), envolvendo um militar neozelandês.

Encontro com a Embaixadora dos Estados Unidos da América. Durante o encontro foram apresentadas as felicitações do Presidente dos Estados Unidos da América e foi debatida a vinda da delegação do *Compact Millenium Challenge Corporation* a Timor-Leste, tendo para o efeito sido delegadas competências no Ministro da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares, para receber a referida delegação.

Encontro com a Vice-Ministra das Finanças.





ATIVIDADES

julho

Reunião do Conselho de Ministros tendo sido debatidos, os seguintes assuntos:

- Apresentação sobre a situação de liquidez do Estado no mês de julho de 2018;
- Resolução do Governo sobre o Donativo à Representação da República Democrática Saharauí.

Reunião com o Diretor do Instituto de Defesa Nacional, sobre a 1ª Conferência Internacional sobre os Assuntos do Mar, a decorrer no IDN entre 16 a 17 de agosto.

Reunião com o Presidente da Comissão da Função Pública (CFP), e os Comissários da CFP, sobre as celebrações do Dia Nacional da Função Pública, previstas para o dia 16 de julho e sobre outros temas relacionados com a administração pública.

Encontro com o Presidente da República, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli. Durante o encontro foram debatidos, os seguintes assuntos:

- A lista de nomeação da 2ª. Fase dos Membros do VIII Governo Constitucional;
- Preparação das propostas de Orçamento Geral do Estado para o Ano Fiscal de 2018 e de 2019;
- Preparação da apresentação do Programa do Governo ao Parlamento Nacional.

Encontro com o Secretário de Estado para a Comunicação Social.

Encontro com o Ministro dos Transportes e Comunicações.

Reunião do Conselho de Ministros tendo sido debatidos, os seguintes assuntos:

- Apresentação do plafone do Orçamento do Estado para 2019;
- Alteração do Decreto do Governo N.º1/2018 de 12 de janeiro sobre Execução Orçamental em Regime de Duodécimos.

Realizou-se pelas 18h uma reunião do Conselho de Ministros tendo sido debatido a apresentação do Orçamento Geral do Estado em Regime de Duodécimos.

O Chefe do Gabinete, representou o Primeiro-Ministro, na Miniconferência sobre a “Necessidade dos Timorenses falarem sobre a Memória e a História”, promovida pelo Instituto Centro Nacional Chega!, em Caicoli, Díli.



ATIVIDADES

julho

Encontro com o Presidente da República, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli. Durante o encontro foram debatidos, os seguintes assuntos:

- A lista de nomeação da 2ª. Fase dos Membros do VIII Governo Constitucional;
- Preparação das propostas de orçamento tendo em conta o regime duodecimal;
- Proposta de transferência de fundos do Fundo do Petróleo, enviada ao Parlamento Nacional;
- Preparação da apresentação do Programa de Governo no Parlamento Nacional.

Reunião do Conselho de Ministros tendo sido debatidos, os seguintes assuntos:

- O Contrato Inicial de Concessão de Engajamento entre a Millenium Challenge Corporation e o Governo da República Democrática de Timor-Leste;
- Candidaturas ao cargo de Comissário Anticorrupção;
- Programa do VIII Governo Constitucional;
- Definição do teto orçamental para 2018.

Encontro com o Presidente do Bolloré Ports (Timor Port), relativa ao Porto de Tibar. A Empresa Bolloré Ports (Timor Port), vai investir recorrendo a fundos próprios da companhia. O atraso de cerca de um ano deveu-se ao facto de Timor-Leste não ser bem conhecido no mundo financeiro europeu, o que dificultou o acesso a crédito. Como a empresa acredita no projeto e no desenvolvimento de TL, vão investir com fundos da companhia, garantindo o processo.

Reunião com o assessor da Sociedade Civil.

Reunião do Conselho de Ministros tendo sido debatido, entre outros assuntos, o Decreto de Lei sobre a Orgânica do VIII Governo Constitucional.

Primeiro dia de apresentação do Programa do VIII Governo Constitucional no Parlamento Nacional, com um discurso do Primeiro-Ministro. Seguiram-se cinco dias de debate nos termos do regimento do Parlamento Nacional e da constituição da RDTL.

Encontro com a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália no Palácio do Governo em Díli.

Encontro com os líderes dos Partidos que integram as Bancadas Parlamentares da coligação AMP, no Palácio do Governo em Díli.

Encontro com o Presidente da Autoridade Nacional do Petróleo, no Palácio do Governo em Díli.



ATIVIDADES

julho

Verificação médica de rotina, no Hospital Nacional Guido Valadares em Díli, seguida de uma visita a alguns doentes.

agosto

Encontro com o Cônsul-Geral de Timor-Leste em Darwin, na Austrália no Palácio do Governo em Díli.

Reunião do Conselho de Ministros, no Palácio do Governo em Díli.

Durante o encontro foram discutidos os seguintes assuntos:

- Programa de Treino Piloto de Formação Militar entre as F-FDTL e as Forças Armadas das Filipinas;
- Resolução do Governo sobre os Donativos para as Vítimas do Terramoto em Lombok, na Indonésia;
- Resolução do Governo sobre os Donativos para as Vítimas das Inundações no Laos.

Encontro com os Membros da Conferência Episcopal de Timor-Leste, S. Eminências Reverendíssimas os Bispos de Baucau, de Díli e de Maliana, no Palácio do Governo em Díli.

Encontro com o Presidente da República no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli.

Durante o encontro foram debatidos, os seguintes assuntos:

- Tomada de Posse, dos membros do Governo nomeados, nomeadamente: o Ministro do Petróleo e Recursos Minerais e o Secretário de Estado das Pescas;
- Resignação do Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico indigitado e nomeação de Ministro de substituição:

Reunião do Conselho de Ministros, no Palácio do Governo em Díli.

Durante o encontro foram discutidos os seguintes assuntos:

- Apresentação do panorama orçamental para o Orçamento Geral do Estado de 2018. (MF)
- Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado 2018 (MF)
- Deliberação da Proposta de Nomeação do Vice-Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (MD)

Encontro com o Secretário Geral dos Grandes Projetos, Fundo das Infraestruturas, no Palácio do Governo em Díli.

Encontro com a Vice-Ministra das Finanças, no Palácio do Governo em Díli.

Encontro com o Secretário de Estado para a Comunicação Social, no Palácio do Governo em Díli.



ATIVIDADES

agosto

Reunião do Conselho de Ministros, no Palácio do Governo em Díli.

- Durante o encontro foram discutidos os seguintes assuntos:
- Submissão do Orçamento Geral de Estado 2018 ao Parlamento Nacional;
- Prioridades para o OGE 2018 e diversificação da economia;

Encontro com o Ministro da Justiça, no Palácio do Governo em Díli.

Encontro com o Presidente da República, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli.

Durante o encontro foram debatidos, os seguintes assuntos:

- Realização da 3ª. Fase da Tomada de Posse dos Membros do Governo;
- Dificuldades de implementação do regime duodecimal e pedido extraordinário de levantamento do Fundo do Petróleo;
- Verificação preventiva da Lei do Parlamento N.º1/2018.

Encontro com o Embaixador do Canadá, e a Oficial Política Sénior, no Palácio do Governo.

Encontro com o Diretor Executivo do Hospital Nacional Guido Valadares.

Durante o encontro foi debatida a situação financeira do HNGV, em especial sobre o risco de interrupção de serviços de catering e sobre o envelope fiscal para 2018.

Encontro com o Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação, no Palácio do Governo.

Durante o encontro foi debatido o pedido de emissão de um ofício convite para o Ministro Chefe do Governo do Território do Norte, Austrália.

Encontro com o Secretário de Estado do Ambiente, no Palácio do Governo.

Encontro com o CEO do Serviço de Voluntários da Nova Zelândia, no Palácio do Governo.

Encontro com o Embaixador da República da Coreia do Sul, no Palácio do Governo.

Encontro com o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura, no Palácio do Governo.

Encontro com o Presidente da República, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli. Durante o encontro foram debatidos, os seguintes assuntos:

- Promulgação da Lei Orgânica do VIII Governo Constitucional;
- Tomada de Posse da 3ª. Fase do Governo.

Encontro com o Ministro das Obras Públicas, no Palácio do Governo.



ATIVIDADES

agosto

Encontro com o Diretor Nacional Residente em Timor-Leste, do Banco de Desenvolvimento Asiático, no Palácio do Governo.

Encontro com o Presidente da República, , no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli. Durante o encontro foram debatidos, os seguintes assuntos:

- Adiamento da Tomada de Posse da 3ª. Fase do Governo;
- Submissão do OGE 2018 ao Parlamento Nacional e calendário das audições públicas.

Encontro com o Diretor da Pelican Paradise, no Palácio do Governo.

Encontro com a Diretora-geral Adjunta da Sucursal do BNU, no Palácio do Governo.

Encontro com o Diretor Nacional da COVEC-CRFG LDA, no Palácio do Governo.

Encontro com o Diretor da CNI22 China Nuclear Industry, no Palácio do Governo.

Encontro com o Diretor da *ENI Australia Limited*, no Palácio do Governo.

Encontro com o Diretor Geral da Heineken Timor S.A., no Palácio do Governo.

Encontro com o Diretor da Telkomcel, no Palácio do Governo.

Encontro com Diretor General da empresa *China Shandong International Economic & Technical Cooperation Group*, no Palácio do Governo.

setembro

Cerimónia de assinatura do Livro de Condolências de Kofi Annan, no Palácio do Governo em Díli.

Votação Global Final do Orçamento Geral do Estado (OGE 2018), no Parlamento Nacional.

Reunião com o Diretor Executivo da Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA), Sr. Edmundo Viegas, no Palácio do Governo em Díli.

Reunião com o Inspetor-geral do Estado, no Palácio do Governo em Díli.

Reunião com o Embaixador da República Árabe do Egito, no Palácio do Governo em Díli.

Reunião com o Porta Voz da Coligação Frente Democrática Nacional, no Palácio do Governo em Díli.



ATIVIDADES

setembro

Reunião com o Presidente do Tribunal de Recurso, no Palácio do Governo em Díli.

Encontro com o Presidente da República, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli.

Reunião com Encontro com o Deputado Mariano Assanami Sabino e com o Empresário Rui Castro, no Palácio do Governo em Díli.

Reunião com Encontro com o Deputado David Ximenes, no Palácio do Governo em Díli.

Jornadas Orçamentais no Auditório do Ministério das Finanças, em Aitarak Laran, em Díli.

Reunião com Encontro com o Presidente do Parlamento Nacional, no Parlamento Nacional em Díli.

Reunião com o Vice-Presidente do Instituto do Petróleo e Geologia (IPG) no Palácio do Governo em Díli.

Reunião com a Secretária de Estado para a Igualdade e Inclusão, no Palácio do Governo em Díli.

Encontro com o Presidente da República, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli.

Reunião com o Presidente da CCI-TL Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste, no Palácio do Governo em Díli.

Reunião com o Diretor Executivo do FONGTIL no Palácio do Governo em Díli.

Reunião com o Presidente da SACOM Energia Lda., no Palácio do Governo em Díli.

Reunião com o Presidente do Conselho de Imprensa de Timor-Leste, no Palácio do Governo em Díli.

Reunião com o Diretor Geral da Telemor – Viettel Timor-Leste Unipessoal Lda, no Palácio do Governo em Díli.

Reunião do Conselho de Ministros, no Palácio do Governo em Díli.

Participação no Seminário sobre a Reafirmação dos Valores da Luta de Libertação Nacional no Processo de Desenvolvimento, organizado pela Associação dos Veteranos em colaboração com a Universidade Nacional Timor-Lorosa'e.



ATIVIDADES

setembro

Visita de Cortesia dos Presidentes dos Tribunais de Contas da Organização das Instituições Superiores de Controlo (ISC) da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP) e Comissário de Auditoria de Macau, no Palácio do Governo em Díli.

Encontro com S. Exa. o Presidente da República, no Palácio Presidencial de Aitarak Laran, Bairro Pité, Díli.

DISCURSO DE TOMADA DE POSSE DO VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

22 de junho, Palácio de Lahane

S. Exa. o Presidente da República,
Sr. Francisco Guterres Lu-Olo e Esposa

S. Exa. o Presidente do Parlamento Nacional, Sr. Arão Noé Amaral

S. Exa. o Presidente do Tribunal de Recurso, Sr. Deolindo Santos

S. Exa. o Primeiro-Ministro do VII Governo Constitucional,
Sr. Mari Alkatiri

S. Exas. Ex-Titulares de Órgãos de Soberania

S. Exas. Reverendíssimas Senhores Bispos de Baucau, Díli e Maliana

Distintos Senhores Membros do Parlamento Nacional

Distintos Senhores Membros do Governo

Distintos Senhores Membros da Região Autónoma Especial de
Oecusse-Ambeno

Excelentíssimos

Senhor Procurador-Geral da República

Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Senhor Comandante Geral da Polícia Nacional

Excelentíssimos

Senhores Representantes do Corpo Diplomático



Senhores Representantes das Agências Internacionais
Senhores Representantes da Sociedade Civil
Senhoras e Senhores
Distintos Convidados,

É com muita honra, mas sobretudo com muita humildade e profundo sentido do dever, que hoje, assumo a exigente tarefa de liderar o VIII Governo Constitucional.

Estou muito grato pela indigitação da Aliança Mudança para o Progresso (AMP), vencedora das Eleições Antecipadas, mas acima de tudo pelo facto de ter sido escolhido pelo Presidente da coligação, S. Exa. o Sr. Kay Rala Xanana Gusmão e pelo Conselheiro Superior da AMP, S. Exa. o Sr. José dos Santos Naimori Bucar, a quem saúdo e agradeço, por esta elevada responsabilidade de conduzir os destinos do País.

Gostaria ainda de manifestar o meu elevado apreço pela confiança depositada em mim, por S. Exa. o Presidente da República, na minha nomeação como Primeiro-Ministro de Timor-Leste.

Começamos a nossa missão num momento decisivo para o desenvolvimento, modernidade e progresso da nossa jovem Democracia, no cumprimento dos grandes objectivos do desenvolvimento sustentável e do grande desígnio Nacional de transformar “Timor-Leste, num País Rico, Forte e Seguro!”

Continuamos também fiéis aos ideais dos nossos antepassados e aos valores que justificaram a nossa resistência ao invasor, com o sacrifício e derramamento de sangue de tantos Mártires, Heróis e Famílias Timorenses.

Alcançar o bem-estar e a inclusão social e conseguir simultaneamente a sustentabilidade do Estado, através da utilização eficiente dos meios e recursos disponíveis em benefício de todos, foram e continuam a ser os legítimos anseios do nosso Povo, o qual deseja ardentemente, se libertar da fome e da pobreza, alcançando a prosperidade e o bem-estar material e espiritual necessários a uma vida produtiva e feliz.

O VIII Governo Constitucional pretende ser o motor desta mudança e transformação da nossa sociedade. Uma verdadeira locomotiva de inclusão e capacitação social, que não aposta apenas no crescimento económico ou no aumento da produção, mas acima de tudo no capital social, nas infraestruturas básicas e numa boa governação criteriosa, eficaz, eficiente dos escassos recursos disponíveis.



Um motor de oportunidades e esperança que entende não ser possível alcançar um desenvolvimento justo e equitativo, quando apenas alguns setores da sociedade prosperam, enquanto diferentes grupos de pessoas carentes, vulneráveis e desfavorecidas continuam no atraso do isolamento da ruralidade ou do esquecimento.

Um motor que aposta na verdadeira riqueza das Nações! Uma riqueza mais duradoura do que os bens, propriedades ou minérios, e mais fecunda do que os juros provenientes do fundo petrolífero.

A verdadeira riqueza de Timor-Leste é o seu ‘Capital Social’, que reúne um conjunto de cidadãos maioritariamente jovens, mas que conta com a participação e a inclusão de todos: homens e mulheres, crianças, adultos e idosos, viúvas e órfãos, veteranos e antigos combatentes, cidadãos portadores de incapacidades, trabalhadores, empreendedores, empresários e investidores, “sem nunca deixar ninguém para trás”.

Um capital Social que não se limita apenas aos cerca de um milhão e duzentos mil Timorenses presentes no país, mas que se estende pelas nossas Comunidades Residentes no Exterior, aumentando assim o potencial de inter-câmbios nos cinco continentes.

Somos, assim, um Governo Confiante, no seu projecto mobilizador e na orientação da sua visão estratégica, devidamente expressa na qualidade, integridade e empenho da estrutura de Governo que hoje toma posse.

Uma estrutura competente, estável e duradoura baseada na solidariedade, na coordenação e na capacidade de cumprir o mandato constitucional confiado pelos Timorenses e devidamente respaldado numa forte coligação de maioria parlamentar, que o sustenta.

Uma confiança que acredita, que para ultrapassar as dificuldades é preciso ouvir as diferentes opiniões e críticas, prevenindo e antecipando possíveis crises e incidentes.

O tempo da falta do diálogo, do incumprimento, do impasse e da crise, ficou para trás, felizmente tendo sido ultrapassado pelo comportamento exemplar dos diferentes partidos e lideranças e pela grande maturidade política, demonstrada pelos nossos cidadãos eleitores.

Somos também um Governo de Compromissos, nascido na capacidade de diálogo, na síntese da pluralidade de opiniões e na vontade de alcançar alternativas, através da negociação e concertação em favor de grandes causas de interesse nacional.

Não somos, conseqüentemente, um governo de rupturas impensadas,



que esquece compromissos e acordos alcançados na legitimidade do Estado de Direito ou dos Fora Internacionais, de que somos parte integrante.

Senhor Presidente da República

Excelências, Distintos Convidados,

A nossa Credibilidade como Nação, o nosso rigor como Governo e a nossa honestidade como pessoas de bem, exigem a continuidade e o respeito escrupoloso desses compromissos e contratos, os quais devem sobreviver à vigência dos diferentes Governos.

Iremos, por isso, manter no nosso programa de Governo, algumas apostas de governos anteriores, que consideramos fundamentais:

- no Desenvolvimento do Capital Humano;
- na criação de infraestruturas básicas,
- na diversificação e expansão dos setores da Economia, e
- na consolidação de boas práticas de gestão, transparência e prestação de contas das actividades Governativas e/ou da Administração Pública sensíveis à igualdade de género, com o necessário reforço do investimento na paz social proporcionada pela Justiça, Defesa, e Segurança ou Cooperação Internacionais.

Mas isto não significa que fiquemos presos ao passado ou reféns de conjunturas impostas por Governos anteriores, que sejam incompatíveis com os interesses do país ou com as necessidades mais urgentes, sentidas pelas nossas populações.

Neste sentido, somos um Governo de Mudanças, devidamente compatíveis e complementares à continuidade definida pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, e reafirmada no Roteiro de Implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis, para o período até 2030.

Mudanças que – considerando o Estado da Nação, o ambiente geopolítico e a realidade do país – pretendem impulsionar a nossa vontade e inquebrantável determinação de conquistar o desenvolvimento, para libertar o nosso Povo da Pobreza, da Fome e da falta de Oportunidades.

Para isso, desenvolveremos um programa ambicioso, mas exequível, centrado no bem-estar dos cidadãos, no aumento da produtividade e redução das importações, na boa governação e no serviço público



exemplar, devidamente suportado por contas públicas transparentes e equilibradas.

Vamos, por estes motivos, continuar a apostar, nos próximos cinco anos:

- Na Paz, na Justiça e na solidez e eficácia das nossas Instituições: pois são “condições fulcrais para transmitir a confiança e segurança à população, necessárias para atrair investimentos e desenvolver o sector económico e social de forma sustentável”;
- Na Diversificação económica e criação de emprego: para dar resposta aos desafios de modernidade e às exigências de uma população maioritariamente Jovem (com cerca de 51,24% com menos de 20 anos de idade) e em crescimento acelerado.

Temos uma promessa a cumprir de “transformar Timor-Leste: um país que atualmente possui um rendimento per capita muito baixo, para um país de rendimentos médio-altos”, de acordo com o plano estratégico para a Economia.

Sabemos que para concretizar estes objectivos temos de continuar a investir nos setores produtivos onde somos potencialmente competitivos, nomeadamente:

- o nas diferentes vertentes de Turismo: de natureza, montanha, histórico, cultural, religioso, desportivo ou simplesmente de lazer e recreio; temos muitas possibilidades para promover Timor-Leste como destino único, alternativo, ecológico e amigo do ambiente;
- o na Agricultura, Florestas, Pecuária e Pescas, podemos e devemos criar rapidamente redes de abastecimento interno, de produtos hortícolas, frutas, carnes e peixes frescos, aproveitando as novas infraestruturas em construção (estradas e pontes) ou projectadas (portos e aeroportos), reduzindo assim a dependência externa e aumentando as exportações, em especial, a nível de produtos orgânicos e de qualidade certificada.
- o Na criação de pequenas e médias empresas, dedicadas ao artesanato e produtos manufacturados, especialmente dirigidos para os turistas e visitantes, mas também para alimentar o crescente consumo interno em artigos ou produtos de uso essencial;
- o Também na criação de um ambiente de negócios atrativo a novos investimentos com a preparação junto dos polos de de-



envolvimento relevantes, de parques industriais devidamente licenciados e preparados com as infraestruturas básicas necessárias para acolher e suportar a instalação de empreendimentos e unidades industriais. Neste sentido pretendemos continuar o trabalho iniciado na simplificação dos procedimentos, na digitalização dos processos de investimento e na legalização de empresas na hora, entre outras medidas visando colocar o Mercado Timorense na rede internacional de destino de investimentos.

- Na Juventude: não é mais admissível continuar com a actual situação onde faltam as oportunidades de trabalho, abunda o desemprego e se obriga a Juventude a imigrar (para a Irlanda do Norte, Austrália, Portugal ou Coreia do Sul, etc), em busca de melhores condições de vida.

Temos a obrigação moral e o dever de responder às aspirações da Juventude, com uma mensagem de Fé e de Esperança no futuro, sob o lema de dotar “cada Cidadão com um Plano de Vida”, com orientações claras e aconselhamento adequado sobre as oportunidades de educação, formação e diferentes opções profissionais, ao seu dispor.

- Na Igualdade de Género: para continuar a responder aos anseios das nossas Mulheres (cerca de 49,2% da população) que desejam ser mais activas e participativas no processo de desenvolvimento do nosso País. Temos de continuar a investir no seu potencial, através de uma Política de Igualdade de Oportunidades, a todos os níveis da sociedade e do Estado, com especial atenção para as oportunidades no ensino, na formação e nas actividades económicas.
- Na Educação: para além dos investimentos projectados para a Cidade Universitária em Aileu ou o Campus Universitário de Hera ou para a recuperação, reabilitação e construção de novas infraestruturas ou equipamentos escolares, pretendemos continuar a dar resposta à necessidade de melhores capacidades, habilitações e competências exigidas pelo mercado de trabalho, pelas empresas e pelos investidores, fomentando o aparecimento de Jovens cada vez mais preparados para um Mundo cada vez mais Globalizado e competitivo.

Neste sentido, vamos continuar a apostar na formação de base para os Jovens que possuam vocação para a carreira docente. Simultaneamente concluir e reforçar o processo em vigor de qualificação e de formação de professores.



Queremos ainda a aumentar a oferta de competências práticas no ensino geral e investir na criação ou adaptação de novos estabelecimentos de ensino secundário a nível técnico-vocacional ou ensino superior politécnico.

- Nos Recursos Naturais: temos o benefício de possuir riquezas energéticas, mas temos de colocar todo o nosso empenho para escapar “à maldição dos recursos”, construindo pontes que façam uma sólida ligação entre os recursos e o progresso.

Assim sendo, pretendemos continuar a dar prioridade à costa sul, no Projecto inter-sectorial do Tasi Mane, onde pretendemos instalar uma indústria petroquímica moderna, como polo gerador de desenvolvimento económico-social.

Tivemos recentemente uma vitória no Direito Internacional relativa às negociações da fronteira Marítima com a Austrália. Outras batalhas se avizinham lideradas pelo Negociador Principal, o nosso bem-Amado Kay Rala Xanana Gusmão. Continuam pendentes as negociações da fronteira marítima e terrestre com a Indonésia, mas sobretudo, as difíceis negociações para garantir a construção do gasoduto do Greater Sunrise para Timor-Leste.

- Na Descentralização Territorial e criação de novos Polos de Desenvolvimento Municipais: Não desejamos um país a duas velocidades, onde apenas a capital e alguns municípios usufruem dos benefícios do progresso e desenvolvimento.

Somos um Governo de Coesão onde impera a solidariedade territorial, o combate às assimetrias, ao isolamento e ao esquecimento. Acreditamos que a descentralização iniciada anteriormente para a criação de Regiões e Municípios constitui uma verdadeira oportunidade, de estabelecer nesses locais, verdadeiros Polos de Desenvolvimento.

Para isso, iremos contar com o enorme potencial e recursos de cada Município: o Turismo de Montanha em Ainaro, o Ensino Superior em Aileu, as indústrias manufactureras de minerais e cimentos em Baucau, as oportunidades das fronteiras terrestres em Bobonaro, Covalima e Oecusse, as tecnologias de informação e os serviços em Dili, a produção de cafés e produtos orgânicos para a exportação em Ermera, o Turismo, a Pecuária e as Pescas em Lautém, o Porto Internacional e o parque indútrial de Tibar/Liquiçá, as indústrias agro-pecuárias e pesqueiras em Manatuto e as Indústrias ligadas ao sector do petróleo em Covalima, Manufahi e Viqueque.



Um só País, Coeso no progresso, Unido no Desenvolvimento Partilhado!

- Na implementação e concretização das políticas de valorização, reconhecimento, preservação e celebração da Memória dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional: Pretendemos, no atual mandato, fazer um esforço para completar a recolha dos restos mortais dos Heróis e Mártires, resolvendo simultaneamente as questões pendentes de pensões e prestações pecuniárias. Ambicionamos ainda poder criar um Fundo de Investimento, que além de estimular oportunidades de negócio auto-sustentáveis, possa assegurar a sustentabilidade dos apoios sociais futuros.
- Nas Relações Internacionais, teremos de continuar a promover uma cooperação bilateral e multilateral, potenciando parcerias culturais, económicas e comerciais, essenciais à captação de investimento e à capacitação das instituições e recursos humanos.

Pretendemos, por isso, reforçar os laços de amizade e cooperação com os vizinhos mais próximos, a Indonésia e a Austrália, em especial na implementação do projecto de desenvolvimento trilateral, de oportunidades económicas decorrentes da conectividade, infraestruturas, transportes e ligações entre os três países, conhecido como “Triângulo de Crescimento” entre Timor-leste, o Território do Norte Australiano e a Província Indonésia do Timor Ocidental.

Privilégiamos ainda os laços históricos, culturais e amizade, com os países membros da CPLP, uma agenda comum com os Países do G7+; reforçar as relações em todos os níveis com os Países da ASEAN, como parte do esforço de adesão como membro de pleno direito a esta organização; e reforçar igualmente as relações bilaterais com países amigos e importantes parceiros, nomeadamente: China, Coreia do Sul, Cuba, Estados Unidos da América, Japão, Nova Zelândia e Portugal, entre outros.

Gostaríamos também de aprofundar a nossa participação nos Fora Internacionais e Regionais, em especial com a formalização de uma candidatura à Commonwealth.

- Também, continuar a apostar numa Sociedade baseada em Famílias Unidas, Saudáveis e Instruídas, facilitando para o seu desenvolvimento harmonioso um pacote integrado de medidas e instrumentos de bem-estar social, nomeadamente no acesso a serviços básicos de educação, saúde, eletricidade, água potável e saneamento básico, conservação dos recursos naturais e meio ambiente, habitação e urbanismo.



Este enorme desafio irá testar a nossa determinação e capacidade de planear as acções e investimentos a curto, médio e longo prazo. Medidas como a implementação de reservas ecológicas e agrícolas, planos directores regionais e municipais, planos de pormenor e de urbanização para a capital em Dili, e para as Sedes de Município, dando resposta prática e atempada às necessidades da população de uma forma integral e transversal a todos os setores do Estado.

Para este Governo não é admissível continuar a licenciar projectos ou construções, sem as necessárias ligações aos serviços básicos. Não podemos aceitar a inauguração de uma escola, hospital ou edifício público, sem a necessária ligação prévia à eletricidade, água, saneamento, tratamento de resíduos, comunicações ou internet, entre outros.

Igualmente não aceitamos discriminar pequenos ou grandes projectos, pelo que inaugurar uma casa social de uma família carenciada ou inaugurar uma pequena ou média empresa de um empreendedor Timorense, tem para nós o mesmo valor e direitos, a receber os serviços públicos do Estado.

Simultaneamente, não faz sentido, continuar a construir cidades e empreendimentos sem ordenamento, sob pena de não termos acesso a estradas, transportes, abastecimentos ou comunicações necessárias às nossas vidas, às nossas actividades.

Senhoras e Senhores

Distintos Convidados,

Este Governo acredita que não é possível realizar as apostas e objectivos que nos propomos, sem uma participação, acompanhamento e escrutínio contínuo dos Cidadãos e das suas organizações.

Assumimos, por isso, três responsabilidades que nos parecem fundamentais para manter um diálogo permanente e para aproximar os governantes dos governados:

Primeiro, a Responsabilidade de Comunicação, de forma a possibilitar, sempre que possível, um debate público alargado sobre as diferentes opções e políticas a implementar, promovendo um bom entendimento das questões, dos desafios e dos benefícios para o País, das diferentes decisões.

Segundo, uma Responsabilidade de Colaboração, com os grupos de cidadãos e organizações da sociedade civil, que se dedicam à moni-



torização, vigilância e acompanhamento das actividades do Estado, dando especial atenção aos impactos causados pelas diferentes medidas e à satisfação dos beneficiários dos serviços públicos.

Terceiro, uma Responsabilidade de Transparência, na execução orçamental, sempre que possível, através dos órgãos de comunicação social, em especial com as medidas que exigem, um grande esforço financeiro na execução orçamental e que comprometem futuras gerações.

Vamos ser rigorosos para connosco, os membros do Governo e responsáveis da administração pública, mas também com todos aqueles que directa ou indirectamente beneficiam dos recursos e subvenções do Estado, ou utilizam os bens e equipamentos facilitados pelos serviços públicos (de electricidade, água, transportes, comunicações, entre outros) para fomentar a boa utilização, manutenção ou conservação, evitando o desperísimo, os gastos superfluos ou danos à propriedade pública.

Senhoras e Senhores

Distintos Convidados,

Podemos ser um País pobre, em vias de Desenvolvimento, mas temos de ser capazes de ter uma mentalidade, pensamento e atitude correspondente ao Mundo Desenvolvido.

Somos, por isso, também um Governo de Esperança, adaptado às novas realidades nacionais, regionais e internacionais, que exigem cada vez mais trabalho, dedicação, empenho, vocação, espírito de equipa e sacrifício, voluntarismo, disciplina, solidariedade, tolerância e uma vontade constante de aprender.

Os Timorenses demonstraram estas características inatas no seio do seu Povo, ao longo dos vinte e quatro anos de luta pela independência. No passado, como agora, existem opiniões discordantes e pessimistas, mas estes obstáculos não nos devem fazer esquecer que o nosso Povo é capaz de grandes feitos perante extremas adversidades.

Se fomos capazes de enfrentar, resistir e vencer um ocupante muito poderoso, também seremos capazes de vencer aos novos desafios do desenvolvimento e de Libertação do nosso Povo.

Mas para atingir esta grande causa Nacional, é preciso mobilizar e reunir, numa única força, numa única vontade e num sonho comum, todos os cidadãos, todas as entidades e forças produtivas.



Ninguém é dispensável, face à enorme tarefa que temos pela frente. O Governo sozinho sem a colaboração ativa de todos os cidadãos e setores da Sociedade, não será certamente capaz de remover sozinho os bloqueios estruturais e os obstáculos que condicionam o nosso futuro.

Não é momento de crispação, mas sim de cooperação!

Um momento de Mobilização das vontades para vencer!

Um tempo de União de todos os Timorenses, da Ponta-Leste à Oecusse, de Tasi Mane à Tasi Feto em torno das grandes causas Nacionais!

Por um Timor-Leste: Moderno, Desenvolvido e Próspero!

Que Deus nos Abençoe a todos

Muito Obrigado pela vossa atenção

Outros discursos disponíveis no Portal do Governo em:

<http://timor-leste.gov.tl/?cat=27>



SECRETARIA DE ESTADO DA IGUALDADE E INCLUSÃO

ATIVIDADES

Reunião com representantes World Vision Timor-Leste (WVTL) para apresentação do relatório relativo ao programa de acompanhamento dos grupos de sucesso.

Reunião com o Diretor do Jornal Independente, com o objetivo de clarificar um artigo publicado neste jornal e assegurar a continuidade da boa cooperação existente entre a SEII e este jornal de forma a que sejam disseminadas informações com qualidade sobre igualdade de género.

Cooperação entre a Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão e a Direção-Geral de Estatísticas (DGE) do Ministério das Finanças, sobre a inclusão das questões de género nos relatórios da Direção.

Em representação do Primeiro-Ministro realizou a abertura da Conferência Nacional “Visibilidade da Mulher, Participação e Advocacia”, organizada pela Organização Não Governamental Rede Feto Timor-Leste.

Participação no lançamento da segunda fase do programa australiano “Acabar com a Violência Contra a Mulher”

Realizou a abertura da Reunião Nacional das Mulheres Extensionistas com o tema “A lacuna de Género para o Serviço Extensionista nos Programas Agrícolas”, organizada pelo programa To’os ba Moris Diak (TOMAK).

Dinamizou workshops de preparação do Plano Estratégico da SEII

Realizou ações de formação para os pontos focais da SEII dos 12 Municípios, ajudando-os a aprender como elaborar Planos nos Municípios que sejam sensíveis ao género e que os relatórios sejam baseados nos resultados.

Fez a abertura oficial da 5ª Conferência Municipal da Mulher Timorense com o tema “A Ação da Mulher determinará o Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável”, organizada pela ONG Rede Feto, em Baucau.

Reuniu com o Primeiro-Ministro

Realizou ações de formação sobre planeamento e orçamentação sensíveis ao género, indicadores e marcadores de género, para Diretores e funcionários do plano e finanças, do Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, do Ministério da Administração Estatal e do Ministério da Saúde.

Reunião com uma delegação do *Millenium Challenge Corporation* (MCC), sobre a aplicação da perspectiva de género no esboço para o programa de redução da pobreza na área socioeconómica, previsto para os próximos cinco anos.





CAPÍTULO 2

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



COMPETÊNCIAS

O Ministro de Estado em termos de precedência institucional e protocolar, situa-se imediatamente a seguir ao Primeiro-Ministro e acima dos restantes ministros e demais membros do Governo. O Ministro de Estado depende funcionalmente do Primeiro-Ministro e está sujeito à supremacia política deste. O Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros coadjuva o Primeiro-Ministro na Presidência do Conselho de Ministros e na coordenação do



Governo e, assume, também as funções de porta-voz do Governo e do Conselho de Ministros. Compete ao Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros: coordenar a preparação e organização do trabalho governamental, bem como o acompanhamento e a avaliação da execução das decisões tomadas pelo Conselho de Ministros; coordenar o apoio e a consulta jurídica ao Conselho de Ministros. Além das funções anteriormente referidas e de outras funções que lhe sejam delegadas pelo Conselho de Ministros ou pelo Primeiro-Ministro, compete também ao Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros: coordenar, juntamente com o Ministério da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares, o processo legislativo e regulamentar do Governo; analisar e preparar os projetos de diplomas legais e regulamentares do Governo, em coordenação com os ministérios proponentes e assegurar os serviços de contencioso da Presidência do Conselho de Ministros; preparar as respostas, em colaboração com o ministério da tutela, aos processos de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade; nomear advogado ou representar o Estado, em arbitragem, mediação, conciliação e conflitos não jurisdicionais, nos termos da lei; representar o Conselho de Ministros ou o Primeiro-Ministro, quando estes assim decidam, nas comissões especialmente criadas.

Estão na dependência do Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros: a Imprensa Nacional de Timor-Leste, I.P. (INTL) e o Secretariado do g7+.



ATIVIDADE PRIORITÁRIA

- a. Apoio ao Primeiro-Ministro na Presidência do Conselho de Ministros e na Coordenação Interministerial;
- b. Conselho de Ministros;
- c. Participação em reuniões de alto nível e participação em eventos no âmbito das fronteiras em representação do Governo e como agente para a questão das fronteiras;
- d. Procedimento Legislativo em colaboração com o MRLAP;
- e. Porta Voz do Governo e do Conselho de Ministros e Monitorização da Imprensa nacional e internacional;
- f. Gestão dos Serviços Administrativos afetos à PCM;
- g. Coordenação da Administração Ministerial Transitória;
- h. Acompanhamento de serviços autónomos INTL e g7+.

IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS

a) Apoio ao Primeiro-Ministro na Presidência do Conselho de Ministros e na Coordenação Interministerial

No âmbito da coordenação do Governo, o Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros reúne diariamente com o Primeiro-Ministro para coordenar e preparar o trabalho e assegurar a eficiência e eficácia dos serviços prestados pelo Governo.

As primeiras questões em agenda foram, entre outras, o programa do governo, o regime duodecimal, o Orçamento Geral do Estado para 2018 e para 2019. Em termos de coordenação interministerial foi feita a recolha das declarações de registo de interesses dos membros do VIII Governo Constitucional e entregue ao Tribunal de Contas dentro do prazo dos sessenta dias. Ainda, no domínio da coordenação interministerial e da organização das reuniões dos membros do Governo foram enviados quinze sms aos trinta membros do Governo prefazendo um total de quatrocentos e cinquenta sms, através da plataforma de notificação dos membros do Governo - SMS Studio, aplicação que resulta de uma colaboração entre a PCM e a Timor Telecom.



b) Conselho de Ministros

Em concordância com o Decreto-Lei nº 14/2018, de 17 de agosto que estabelece a Orgânica do VIII Governo Constitucional, o Conselho de Ministros é presidido pelo Primeiro-Ministro. As reuniões ordinárias são convocadas pelo Primeiro-Ministro semanalmente, dependendo da agenda e as reuniões extraordinárias acontecem quando há assuntos urgentes que precisam ser decididos imediatamente.

Em termos de coordenação das reuniões do Conselho de Ministro foram enviados doze sms de convocatória aos membros do conselho de ministros, relativamente a nove reuniões ordinárias e três extraordinárias.

c) Relação com o Parlamento Nacional

O Programa do VIII Governo Constitucional foi apresentado, pelo Primeiro-Ministro ao Parlamento Nacional, no dia 25 de julho de 2018 com o apoio dos membros do Governo.

O Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros defendeu as áreas do programa referentes à sua tutela e à tutela das pastas que lhe foram delegadas para que o programa seja implementado em benefício do país.

A proposta de Lei do Governo prevê um total de 1 279,6 milhões de dólares americanos para responder às necessidades prioritárias, favorecer a retoma do crescimento económico, proporcionar condições para a instalação do Governo e para o estabelecimento das bases e para a execução do programa de governação.

d) Participação em reuniões de alto nível e participação em eventos no âmbito das fronteiras em representação do Governo e como agente para a questão das fronteiras

No período dos primeiros 100 dias, como Ministro de Estado e Presidência do Conselho de Ministros (MEPCM) e como Agente para a Negociação das Fronteiras Marítimas, o Ministro participou várias cerimónias e eventos de alto nível com carácter bilateral. Relativamente às reuniões de alto nível, o Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros recebeu a visita de cortesia de representantes de várias instituições e participou em duas cerimónias e nove reuniões de alto nível.

O MEPCM, durante o mandato do VIII Governo, participou, a 30 de agosto, na cerimónia do lançamento do livro “Novas Fronteiras - Con-



ciliação Histórica de Timor-Leste sobre as Fronteiras Marítimas no Mar de Timor”, produzido pelo Gabinete das Fronteiras Marítimas do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas. No dia 30 de julho, acompanhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação participou numa reunião com outros dirigentes para debater o aprofundamento da cooperação em termos de segurança, de desenvolvimento da economia de forma a abrir um novo capítulo no relacionamento Timor-Leste e Austrália, no seguimento da assinatura do tratado que estabeleceu as nossas fronteiras marítimas permanentes.

O Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros participou, ainda, na “Primeira Conferência Internacional sobre os Assuntos do Mar” organizada pelo Instituto de Defesa Nacional – IDN, como orador com o tema “O Processo de Definição da Fronteira Marítima”. Durante a conferência houve partilha de informação e experiências dos palestrantes nacionais e internacionais com o público-alvo sobre a importância e os desafios do Mar no âmbito da geopolítica, da geoestratégica e da geoeconomia.

e) Procedimento Legislativo em colaboração com o MRLAP

As principais atividades em termos de processo legislativo, nos primeiros 100 dias foram apoio aos membros do Governo no âmbito do registo de interesses; elaboração de diplomas; distribuição do Regimento do Conselho de Ministros; revisão da Lei Orgânica do VIII Governo Constitucional antes da sua aprovação e envio para promulgação pelo Presidente da República, elaboração da Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, participação na elaboração do orçamento da instituição para ser integrado no orçamento do Governo, para os anos de 2018 e 2019, reorganização das instalações afetas à UAJ e preparação das reuniões do Conselho de Ministros.

Resultados quantitativos do serviço: para além de inúmeros pareceres jurídicos e outros documentos, tais como despachos e diplomas legislativos a UAJ participou e apoiou nove reuniões do Conselho de Ministros (cinco ordinárias e quatro extraordinárias); elaborou nove atas elaboradas e diligenciou a sua assinatura; onze diplomas foram aprovados (um Decreto-Lei, um decreto do Governo, cinco resoluções do Governo e duas propostas de lei; conseqüentemente dois diplomas foram enviados ao Parlamento Nacional; um Decreto-Lei enviado ao Presidente da República para promulgação; vinte e um diplomas enviados para publicação no Jornal da República.



f) Porta-Voz do Governo e do Conselho de Ministros e Monitorização da Imprensa nacional e internacional

O Portal do Governo (www.timor-leste.gov.tl) foi lançado em Março de 2010, após aprovação em reunião do Conselho de Ministros a 17 de março desse mesmo ano. O sítio oficial de informação do Governo de Timor-Leste disponibiliza, na internet, informação fiável sobre os principais eventos e progressos do executivo. É possível ter acesso a informação dinâmica: notícias, comunicados de imprensa, agenda, etc e, também, informação geral sobre o país, informação estática: sobre o país, sobre o atual e anteriores Governos, sobre o atual e anteriores Primeiros-Ministros.

Dados quantitativos relativamente aos conteúdos inseridos no Portal do Governo, nos primeiros 100 dias do VIII Governo: quarenta e duas notícias; seis agendas; oito comunicados de imprensa da PCM; nove comunicados de imprensa das reuniões do Conselho de Ministros; sessenta fotografias; um álbum de fotografias; vinte e um vídeos; nove discursos do Primeiro-Ministro; três documentos na subcategoria publicações (Discurso do MEPCM, Orgânica do Governo e Programa do Governo); atualização e adaptação das categorias e subcategorias para adaptação ao VIII Governo; organograma, composição do Governo e descrição de competências (elaborados com base na Orgânica do VIII Governo Constitucional).

A monitorização diária de jornais, em papel e na web, abrange mais de cinquenta órgãos de comunicação social, ao nível nacional e internacional, em temas tão diversos como política interna, política externa, economia, finanças públicas, infraestruturas, ambiente, saúde, atividade municipal, cultura, etc. Nos primeiros 100 dias do VIII Governo Constitucional foram selecionadas quatrocentas e vinte e cinco notícias e distribuídas diariamente aos membros do Governo. Destas notícias duzentas e sessenta e nove correspondem a órgãos de comunicação social nacionais e cento e cinquenta e seis correspondem à imprensa internacional.

Os jornais com maior número de notícias nacionais selecionadas foram respetivamente: Jornal Nacional Diário com sessenta e oito notícias, Jornal Timor Post com cinquenta e cinco, Agência Tatoli com cinquenta e uma e o Jornal Independente com trinta e duas notícias. Na imprensa internacional o órgão de comunicação social com mais notícias selecionadas foi a Agência LUSA com cinquenta e uma notícias, seguida do The Guardian com onze, do The Jakarta Post com dez e o ABC News com sete.



g) Gestão dos Serviços Administrativos afetos à PCM

Resultados Atingidos

Gestão e execução orçamental, elaboração do Plano do segundo semestre 2018 e Plano Anual 2019 no âmbito da PCM, elaboração do OGE de 2018 e 2019, gestão do arquivo físico e eletrónico, renovação dos contratos dos funcionários contratados e assessores, pagamento do subsídio de habitação, seguro e despesas de saúde dos Membros do VIII Governo Constitucional, pagamento dos funcionários contratados e da assessoria técnica e jurídica.

h) Coordenação da Administração Ministerial Transitória

Com a tomada de posse do novo Governo importou tratar, de imediato, da “passagem de pasta” dos ministérios do VII Governo Constitucional para os ministérios do atual Governo. Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 117.º da Constituição da República, o Primeiro-Ministro determinou, através do despacho n.º 001/PM/ VI/2018, que ficassem na dependência do Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, a título transitório, os ministérios cujo ministro titular ainda não tivessem tomado posse, com a competência de assegurar a coordenação relativamente a esses setores de atividade.

As atividades referentes ao serviço administrativo transitório compreenderam, entre outras:

- I. identificação dos contactos de assessores, chefes de gabinete e diretores-gerais, com o intuito de reforçar o mecanismo de coordenação e eficácia dos trabalhos;
- II. identificação de contactos em todos os gabinetes cujos ministros não tomaram posse: Ministério do Turismo, Comércio, Indústria; Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico; Ministério da Defesa; Ministério do Interior (até ao dia da tomada do posse do Ministro da Defesa que entretanto acumulou também o Ministério do Interior); Ministério do Petróleo e Recursos Minerais; Ministério para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional e Ministério da Saúde (até à tomada de posse da Vice-Ministra da Saúde); e
- III. apoio técnico-administrativo do Gabinete do MEPCM, em coordenação com o Ministério das Finanças, a todos os Gabinetes para o arranque dos trabalhos.



i) Acompanhamento do serviço de autónomos INTL e g7+

I. INTL,IP

A Imprensa Nacional de Timor-Leste foi criada em 1960, pela administração colonial portuguesa, com a denominação de “Imprensa Nacional” e tinha como missão a publicitação dos atos oficiais do governo colonial e a produção dos formulários oficiais. Durante a ocupação indonésia, denominou-se “Badan Percetakan Negara” e tinha a mesma função. Com a restauração da independência da RDTL, passou a chamar-se “Gráfica Nacional” e continuou a desempenhar as mesmas funções.

As suas atividades prioritárias, após a tomada de posse do VIII Governo Constitucional, foram: verificação e correção de textos para publicação no Jornal da República, publicação e impressão do Jornal da República, produção e venda de diversos produtos gráficos ao setor público e privado. Aquisição de diversas matérias primas e material de escritório e limpeza, melhorar a qualidade e diversidade dos produtos gráficos, divulgar a imagem da INTL, IP e procurar novas oportunidades de negócio, renovação dos contratos dos doze funcionários e uma assessoria nacional.

Resultado Atingidos

Impressão Gráfica	
Jornais da república	913
Certificados	50
Cartões de embarque	50 000
Convites	250
Posters	2
Jornais	3 500
Venda	
Jornais da república	913
Diversos produtos gráficos	53 812
Receita	
Jornal da República	\$ 1 063,10
Restantes produtos	\$16 075,90
Total	\$17 139,00
Publicação	
Atos oficiais publicados no Jornal da República	540



II. Secretariado g7+

No dia 13 de agosto de 2018, o Secretário Geral do g7+ e o Vice conduziram uma reunião informativa com o Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros sobre o trabalho do Secretariado do g7+. A reunião foi importante para atualizar o Ministro sobre o progresso do trabalho do g7+, incluindo sobre o compartilhamento de informações na 73ª UNGA, um evento de alto nível nas Nações Unidas que o g7+ coorganiza. Neste momento, a prioridade é dada à construção da paz e do Estado. Na cimeira de 2011, em Bissau, foi criado um novo enquadramento para a ajuda externa designado novo acordo para uma parceria global e desenvolvimento sustentável dos Estados frágeis (*New Deal for Engagement in Fragile States*), baseado no princípio “nada sobre nós sem nós”. No âmbito das competências atribuídas ao Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros pela alínea f) do número 2 do artigo 6 do Decreto-Lei N.º 14/2018 de 17 de agosto sobre a Orgânica do VIII Governo Constitucional, o Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros é responsável pelo apoio ao Secretariado do g7+, tendo apresentado, durante o debate do Orçamento Geral de Estado para 2018, o orçamento de apoio ao Secretariado do g7+ com base na Lei N.º 1/2016 de janeiro de 2016.





CAPÍTULO 3

MINISTRO
COORDENADOR DOS
ASSUNTOS ECONÓMICOS



COMPETÊNCIAS

O Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos, coordena a atividade política dos membros do Governo com competência em matérias de cariz económico, de desenvolvimento do setor privado e cooperativo, da formação profissional, criação de emprego e do ambiente.

O Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos exerce ainda, cumulativamente, as funções de Ministro do Turismo, Comércio e Indústria.

O Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos coloca-se em termos de precedência institucional e protocolar, imediatamente a seguir ao Ministro de estado e acima dos restantes ministros e demais membros do Governo.

O Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos coadjuva o Primeiro-Ministro na coordenação e supervisão da implementação da execução da política geral para as áreas de governação de cariz eminentemente económico e é responsável pelo trabalho desenvolvido pelo: Ministério do Turismo, Comércio e Indústria, de que é Ministro; Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego; Secretaria de Estado de Cooperativas; Secretaria de Estado do Ambiente, bem como outros órgãos e serviços, tais como: Centro Nacional de Formação Profissional e Emprego de Tíbar; Centro Nacional de Formação Profissional de Becora; Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra; Inspeção-Geral do Trabalho; Serviço de Registo e Verificação Empresarial; Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial; Tradeinvest - Agência de Promoção de Investimento e Exportação; AIFAESA - Agência de Investigação e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar, I.P., bem como dos órgãos e serviços que compõem o Ministério e as secretarias de Estado na sua tutela.



GABINETE DO MINISTRO COORDENADOR DOS ASSUNTOS ECONÓMICOS

Nos termos do Despacho Nº. 13/PM/VIII/2018, de 31 de agosto de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, foram delegadas no Senhor Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros uma série de competências em órgãos e serviços, tendo em vista o normal funcionamento dessas instituições sob pena de importantes departamentos da administração pública não poderem exercer as suas funções de interesse público.

ATIVIDADES

Atividades Prioritárias	Resultados Atingidos
Execução de Dotação Orçamental Temporária	Salários e vencimentos (pagamento dos funcionários públicos) e bens e serviços (pagamento dos funcionários contratados).
Reuniões e Seminários	Reunião com o Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros para apresentação do orçamento do Gabinete do MCAE para o ano fiscal 2018, participação no debate da Comissão C do Parlamento Nacional e no debate do OGE 2018, <i>workshop</i> sobre as jornadas orçamentais e distribuição do pacote fiscal de 2019 no Ministério das Finanças.
Coordenação Interministerial	Coordenação com o GPM, nomeadamente UPMA sobre o relatório anual, trimestral e a utilização do orçamento duodecimal no PAA 2019. Coordenação das linhas ministeriais e agências sob tutela do MCAE, sobre a preparação do relatório 100 dias de Governação e elaboração do PAA 2019. Continuação de coordenação dos grupos beneficiários de subvenções públicas nos anos 2016 e 2017, as dificuldades enfrentadas e monitorização da implementação dos projetos. Coordenação com a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL), através da Faculdade de Agricultura sobre a preparação da inauguração dos mini-mercados e sanitários públicos, com o apoio de fundos de subvenções públicas através do Gabinete do Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos.



MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

COMPETÊNCIAS

O Ministério do Turismo, Comércio e Indústria é o departamento governamental responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação das políticas, definidas e aprovadas pelo Conselho de Ministros para as áreas do turismo, das atividades económicas comerciais e industriais, cabendo-lhe, nomeadamente propor políticas e elaborar os projetos de legislação e de regulamentação necessários às suas áreas de tutela; conceber, executar e avaliar as políticas do turismo, do comércio e da indústria; contribuir para a dinamização da atividade económica.

Estão na dependência do Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, o Centro Logístico Nacional, o Instituto para a Qualidade de Timor-Leste, IP, o Centro de Convenções de Díli - CCD, os Centros de Turismo e de Informação Turística; os Centros de Restauração/ Food Courts e as Pousadas.



ATIVIDADES

Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	Atividades Prioritárias	Implementação	Resultados Atingidos
Turismo	Evento Internacional de Corrida de Ro'ô Darwin - Díli - Oe-Cusse 2018.	Atividade promovida pelo Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (MTCI) com o apoio de outros Ministérios e da Associação Yacht Darwin, bem como do Governo do Território do Norte, Darwin, Austrália.	A vinda do Cruzeiro de Turismo em 2018, com cerca de 2000 passageiros a bordo, alavancou a promoção de Timor-Leste como um destino turístico no mundo, neste âmbito foram promovidas atividades culturais.
	Infraestruturas Turísticas Religiosas de Nain-Feto Ramelau	O MTCI é o órgão do Governo responsável pela gestão das infraestruturas turísticas, incluindo o localidade de Nain-Feto	Promover o Ramelau como património religioso com vista a aumentar o número de visitantes.
Comércio e Indústria	Política Comercial	Formação da equipa de trabalho, atividade desenvolvida em parceria com ADB.	Foi ainda desenvolvido os Termos de Referência para o recrutamento de um consultor internacional. Apresentação e discussão do esboço da Política Comercial.
	Certificação das Atividades Comerciais	Fiscalização e monitorização das companhias exportadoras e importadoras. Processamento de documentos de importação de veículos e motorizadas. Emissão de certificados de origem; de licenças para a exportação de sucatas e alumínio.	Certificados de licenciamento atribuídos a 599 companhias e 347 micro-negócios. Monitorizadas atividades de exportação e importação.



Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	Atividades Prioritárias	Implementação	Resultados Atingidos
Comércio e Indústria (cont.)	Seminários e reuniões	<i>United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific</i> (UN- ESCAP), em <i>Bhutan</i> . Participação na Exposição Internacional “ <i>China International Import Exposition</i> ”. Encontro de preparação entre a equipa interministerial e o setor privado.	2 pessoas participaram no evento da <i>United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific</i> (UNESCAP), preparação de produtos e documentos necessários à participação. Listagem de produtos com certificado de origem para efeitos de exportação.
	Fundo Social Business para o acesso ao crédito pelas micro, pequenas e médias empresas e cooperativas.	Encontro com o PNUD e o BNCTL, participação no <i>workshop</i> UN Women e o projeto TOMAK, reuniões com a USAID.	Elaborado o guião para o acesso ao crédito pelas micro, pequenas e médias empresas e cooperativas. Atualização e ponto de situação sobre a implementação do projecto “ <i>Avança Agricultura</i> ”. Estabelecimento de regulamentos e procedimentos legais para o acesso ao Fundo <i>Social Business</i> .
	Setor da Indústria	Definida a política nesta área e as principais linhas da política industrial, -finalizada a política industrial de Timor-Leste.	Efetuados estudos de viabilidade para o estabelecimento do parque industrial, realizado o estudo preliminar para o estabelecimento do parque industrial, em <i>Tibar - Liquiça</i> . Formação na área de <i>Meteorologia (South-south and trian gular cooperation between Indonesia and Timor-Leste)</i> , acompanhamento e aconselhamento aos grupos/empresas industriais. Realizadas a monitorização do grupo da indústria de produção VCO e Kripik.



Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	Atividades Prioritárias	Implementação	Resultados Atingidos
Comércio e Indústria (cont.)	Plano e Pesquisa	Ajustamento do plano estratégico do MTCl com o programa do VIII Governo Constitucional. Finalização e tradução do plano estratégico do ministério, para o setor do comércio, indústria e cooperativas.	Plano de acção e plano de execução do Ministério e ajustamento do plano de acção do Ministério. Criação do Instituto para a Qualidade de Timor-Leste (IQTIL,IP).

SECRETARIA DE ESTADO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

A Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE) no mandato do VIII Governo Constitucional, com base no Decreto lei nº. 14/2018, de 17 de agosto. O artigo 4.º, define que a Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego está na dependência do Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos.

ATIVIDADES

Atividades Prioritárias	Implementação	Resultados Atingidos
Execução Orçamento	Alocação de orçamento na categoria Transferências Públicas com o montante USD 1 028 928,00.	Foram gastos cerca de USD 250 782,00 da categoria de salários e vencimentos, para o pagamento de funcionários públicos, USD 208 000,00 na categoria bens e serviços, USD 190 062,00 para apoiar os serviços de administração, incluindo o pagamento de 242 funcionários casuais e pagamento de obrigações e compromissos e pagamento de 3 assessores.



Atividades Prioritárias	Implementação	Resultados Atingidos
Formação Profissional	Implementação do orçamento afeto em regime de duodécimos. Contudo, a SEFOPE e os órgãos autónomos como INDMO, CNEFP-TIBAR, e CNFP-BECORA concentraram esforços nas atividades de formação profissional.	Do mês de junho a setembro de 2018, a SEFOPE atendeu 95 jovens que pretendiam ter acesso à formação profissional em diversas áreas, tendo conseguido facilitar a entrada de 86 jovens em ações de formação.
Emprego	Promover a criação de emprego	O Centro de Emprego e Orientação Profissional (CEOP), realizou a divulgação e aconselhamento profissional aos 1 066 pessoas, Relativamente à contratação de trabalhadores, através de vagas disponibilizadas no CEOP, foram contratadas 11 pessoas. Para a indústria Coreana foram contratados 247 trabalhadores (F:2, M:2435).
Trabalho	Lei do trabalho. Resolução de disputas laborais e inspeção de trabalho.	Foi elaborada e divulgada a lei do trabalho N.º 4/2012 a 44 empregadores, que até ao momento tiveram acesso a ações de divulgação. Resolução de disputas laborais, foram registados 90 casos. Foram realizadas 288 visitas de inspeção de trabalho.
Mercado de Trabalho	Foram recolhidos dados administrativos relacionados com a informação relativa ao mercado de trabalho nacional a partir de entidades privadas e públicas.	Dados de graduados da Escola Técnica Vocacional, Centros de Formação Privada - 10 instituições fizeram a entrega de certificados de graduação, perfazendo um total de 1106 graduados em várias áreas. Registo de vagas na ETAN e <i>JOBCreative</i> , entre o período de junho a 21 setembro de 2018, foram registados 174 vagas de trabalho. Implementação da política de pesquisa sobre hospitalidade nos hotéis foram registados cerca de 34 pessoas à procura de entrar no mercado de trabalho, no espetro de mão de obra qualificada.



Atividades Prioritárias	Implementação	Resultados Atingidos
Quadro Legislativo	Elaborados diplomas legais sobre assuntos laborais, incluindo o esboço da lei orgânica da SEFOPE.	Esboço da lei orgânica da SEFOPE. Esboço do diploma ministerial sobre conciliação, mediação e arbitragem laboral. Esboço do Decreto-Lei sobre trabalho doméstico. Esboço final do Decreto do Governo que regula o Conselho de Arbitragem de Trabalho (CAT).
Cooperação	Continuidade no domínio da cooperação com os parceiros de desenvolvimento, cujo acordo de cooperação já existia anteriormente.	Continuação de cooperação entre a SEFOPE e o PNUD na área do projeto “ <i>One Stop Shop</i> ” já estabelecida com “ <i>KNUA JUVENTUDE</i> ”. Continuação dos compromissos a nível de cooperação nesta área, através do projeto “Oportunidade de Rendimento para a Geração e Empregabilidade (ENDIGO) ou “ <i>Income Generating Opportunities Project</i> ” (ENDIGO), apoiadas pelo <i>Workshop Development Program Timor-Leste</i> (WDPTL), implementação do programa nacional do trabalho decente de 2016 a 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE COOPERATIVAS

A Secretária de Estado de Cooperativas é um órgão governativo novo, o Secretário de Estado foi empossado no dia 22 de junho de 2018 pelo Presidente da RDTL, estruturalmente é tutelado pelo Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos.

Anteriormente existia uma Direção Nacional de Cooperativas, contudo o atual executivo considerou importante a constituição de cooperativas com a principal finalidade de dignificar, servir e tirar o povo da extrema pobreza, através do trabalho.



Atividades Prioritárias	Implementação	Resultados Atingidos
Gabinete de SECoop	Instalação do Gabinete do SECoop	Gabinete instalado para garantir o funcionamento do aparelho administrativo do gabinete do SECoop e a execução dos Programas do VIII Governo Constitucional, na área das cooperativas.
Seminários	O primeiro seminário, com o tema “A Cooperativa na Ásia Pacífico” e segundo seminário subordinado ao tema “Compartilhar o modelo cooperativo com os países amigos”.	O primeiro seminário teve como finalidade apreender as vantagens do modelo cooperativo dos países da região Ásia-Pacífico e esclarecer a SECoop a definir qual é o melhor modelo para o país. O segundo seminário pretendeu obter informações para a elaboração do plano ação anual.
Reuniões	Realizados encontros bilaterais com a embaixada da Austrália, delegação da China da província de Schenzen, companhia privada relacionada com a área da veterinária, cooperativa agricultora e com a <i>World Vision</i> , debate com o setor privado e os diretores de TradInvest e das Direções da Indústria e Comércio, do MTCL.	Com a finalidade de trazer inputs ao gabinete do SECoop. Reforçar a colaboração e a boa coordenação com os parceiros através da assinatura de memorandum.
Orçamento e Legislação	Preparação da ida à Comissão do PN e debate do orçamento. Preparação do esboço da orgânica da SECoop.	Nomeação de pontos focais para colaborar com a comissão. Solicitar pareceres junto das instituições relevantes tais como CFP e o Ministério das Finanças.



Atividades Prioritárias	Implementação	Resultados Atingidos
Socialização	Socialização para Cooperativa MCAEP	Motivar a comunidade para trabalhar em conjunto através de cooperativas de forma a que possa produzir em grande quantidade produtos agrícolas. Aumentar a capacidade e conhecimento da comunidade na defesa dos seus direitos através do movimento cooperativo e paralelamente sensibilizá-la para ter maior responsabilidade na criação de melhores condições para as famílias de agricultores.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

O Programa do VIII Governo Constitucional dá especial ênfase à necessidade de continuação do processo de desenvolvimento nas atividades na área do meio ambiente, que contribuirá para a redução da pobreza e garantirá um desenvolvimento ecologicamente mais equilibrado e mais sustentável.

Baseado no Decreto Lei nº. 14/2018 de 17 de agosto, artigo 1 e 2, da Orgânica da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), esta é o órgão central do Governo responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros para as áreas do ambiente.

Atividades Prioritárias	Implementação	Resultados Atingidos
Inspeções e Socialização	Inspeções das instalações da fabrica do café CCT em Railaco, empresa Gracia Farm em Railako, Companhia Timor Fuel. Socialização sobre proteção da espécie Dugongo e conservação "Du'ut Tasi".	Fiscalizar e garantir boas práticas de gestão de resíduos, líquidos e sólidos. Monitorizar os problemas ambientais causados pela fermentação e reduzir o problema ambiental que surgem nos locais afetados, como o mau cheiro e a redução dos riscos para a pública. Verificar o licenciamento ambiental, a nomeadamente dar parecer técnico aos documentos com base nas inspeções realizadas.



Atividades Prioritárias	Implementação	Resultados Atingidos
Seminários e Workshop	Participação no <i>Global Beach Cleaning up</i> 2018, Participação no <i>workshop Marine Debris</i> , no <i>workshop Coral Triangle Initiative</i> (CTI), no seminário “Promover a paz através da conservação da biodiversidade em Timor-Leste, celebração do Dia Mundial do Ozono.	Produzido um Diploma referente à importação de plásticos. As empresas importadoras têm de procurar meios possíveis alternativos de substituição dos sacos de plástico. Coordenação com as entidades relevantes, para a limpeza das praias. Apresentação do resultado sobre <i>Rapid Assessment Marine Protected Área</i> do CTI Regional Indonésia. Coordenação entre as linhas ministeriais para a implementação do projeto masterplan phase II EIA. Sensibilização sobre as alterações climáticas e gestão de biodiversidade na área de Tasi-tolu.
Reuniões Internas e com os Parceiros	Reunião sobre conservação de espécies migratórias, UNDP TL, DNPRB, UNEP e MB-ZIC. Encontro regular com o grupo de trabalho sobre alterações climáticas.	Assinatura da nota de entendimento (MoU) sobre proteção e conservação do Dugongo (<i>karau tasi</i>) e os seus habitats em Timor-Leste. Apoio técnico e tecnológico da UNDP para a implementação da política zero plástico. Preparação do relatório dos 100 dias. Continuação da cooperação para a proteção e conservação de <i>karau tasi</i> (Dugongo) e mangais (<i>du’ut tasi</i>) em Timor-Leste. Atualização do projeto/atividade que liga a questão das alterações climáticas aos <i>stakeholders</i> . Preparação da COP24 e plano para o futuro.



CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO DE TIBAR

Durante o ano de 2018 o CNEFP superou as atividades formativas a que se propôs no Plano de Atividades 2018, totalizando 107 beneficiários: com participação do género feminino em 40% e do género masculino em 60% - o que corresponde a uma taxa de 100% de implementação do plano de atividades de 2018. Estes resultados são fruto de um grande esforço financeiro do CNEFP pois como tem sido recorrente deparar-se com graves dificuldades financeiras, dependendo em grande parte do Orçamento do Estado.

Tabela das atividades nos primeiros 100 dias:

Nº	Tipo de Formação	Número Participantes	M	F	Observação
1	Construção Geral	65	48	17	
2	Hospitalidade	24	4	20	Formação com Parcerias
3	Encerramento E e I	18	18	0	
4	TOTAL	107	70	37	

CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BECORA

O Centro Nacional de Formação Profissional de Becora teve o reconhecimento como Instituição Pública para a formação profissional, no Decreto-Lei nº. 31/2012, de 4 de julho. Na qualidade de instituto de formação autónomo na dependência da Secretaria de Estado de Formação Profissional e Emprego. O Centro Nacional de Formação Profissional de Becora tem autonomia administrativa, financeira e propriedade independente.

Desde a sua constituição, fez progressos significativos no programa de prestação de serviços. Na abertura do programa, foram estabelecidos programas de formação para às áreas de construção civil, tais como: Pedreiro, Carpintaria, Eletricidade, Canalização, Programas Informáticos (Software), Padaria e Costura. Mais tarde, foram introduzidos mais três programas de formação, entre os quais: Mecânica de Motos (Makina kiik), Programa IT (Hardware) e Ar Condicionado (AC) em 2011, bem como Soldadura no ano 2015.



PROGRAMAS E ATIVIDADES IMPLEMENTADAS

PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- O Centro Nacional de Formação Profissional de Becora, durante os cem (100) dias para a área de Formação Profissional não atingiu ao máximo os seus objetivos pelo facto de não ter havido verbas alocadas para a formação dos jovens. Contudo, os funcionários continuaram as suas atividades diárias como preparação de materiais de formação para o ano de 2019, bem como preparar um plano estratégico e anual para os próximos cinco anos.
- Os 23 Estudantes que frequentaram a formação no Centro de Formação Beaço, aguardam pela cerimónia de graduação.
- As atividades extra que não constam no programa mas os funcionários continuam a implementar é a produção de “tijolo ou bloco de cimento”. Durante os três meses, o Centro de formação já produziu cerca de 8 830 (oito mil oitocentos e trinta) tijolos. Este programa é uma iniciativa do Diretor do Centro e respetivos funcionários, como uma forma de ganhar dinheiro e também aumentar o rendimento, que será integrado nas atividades do centro de formação para o ano 2019.
- No seu caminhar de 100 dias, a formação foi dedicada para a área de formação em inglês, com base no acordo assinado em novembro do dia 9 de 2015, entre o Governo de Timor-Leste e o Governo Território do Norte da Austrália. Estes formandos foram graduados no passado dia 3 de setembro de 2018. O total de formandos foram 48, entre os quais: 26 homens e 22 mulheres.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

- Neste âmbito, foram realizados cursos sobre liderança, curso de meteorologia do nível III e IV, frequentado pelos funcionários e formadores, com intuito de aumentar a capacidade dos mesmos. O total dos funcionários e formadores do Centro de Nacional de Formação Profissional de Becora foram 11 pessoas. Estes cursos foram oferecidos pelo Centro de Desenvolvimento de Recursos e Aprendizagem (SDRA).
- Disseminação da Lei da Função Pública pela CFP no dia 20 de setembro de 2018, no Centro de Formação de Becora.
- 2 formadores do Centro de Formação de Beaço participaram na formação para elevar a empregabilidade dos jovens, promovido pela GIZ no município de Viqueque durante uma semana.



INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE MÃO-DE-OBRA (INDMO)

PROGRAMAS E ATIVIDADES

De junho a julho de 2018, o Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão de Obra (INDMO) continuou a implementar o programa adotado pela política do VI - VII Governo Constitucional na área de formação profissional para garantir a qualidade, através do centro de formação de registos que são acreditados através do programa e atividades que se seguem:

1. DESENVOLVER O SISTEMA DE QUALIFICAÇÃO NACIONAL

1.1 Reunião da subcomissão

O INDMO, através do Departamento de Qualificação e Relação Industrial organizou uma reunião da subcomissão na área do turismo e hotelaria para atualizar o progresso da implementação do certificado do Nível III na área *Food and Beverage* no DIT Díli e Dom Bosco, certificado nível IV, na área de trabalho relacionado com a acomodação (*accommodation services*). Reunião da subcomissão da indústria na área de Automecânica do Centro Acreditado, revisão ao certificado nível II no *light vehicle e small engine*, fez aprovação para a qualificação nacional na área do turismo e hotelaria, com atribuição de certificado nível II na área *food and beverage* e certificado nível II na área de acomodação, esta reunião da subcomissão na área de construção, automecânica e hotelaria, fez consultas sobre o desenho *test piece* que a indústria fez antes do início da competição. A área automecânica fez uma apresentação sobre o processo de aprendizagem no centro acreditado DIT em Díli e Dom Bosco de Díli, em simultâneo, fez uma visita direta ao local automecânico, a área de construção para apresentação do profile através do centro acreditado de Dom Bosco aos membros da indústria na área de eletricidade, canalização, pedreiro, soldadura e carpintaria, e por outro lado, fez uma visita direta às áreas mencionadas.

1.3 A Comissão Executiva

A comissão Executiva é o órgão de decisão do mais alto nível com base no Decreto-Lei 8/2008, garantindo o funcionamento da institui-



ção para aprovação final e revisão as qualificações nacionais de cada setor produtivo já validada pela subcomissão industrial, antes destas qualificações serem registadas no EKNLT.

1.4 Rede Formadora

Foram estabelecidos pelo departamento TVET uma rede formadora em duas áreas: construção, composta pelos cinco centros acreditados: Dom Bosco, CNEFP Tibar, CNFP Becora, DIT Baucau e CTC-Salele e na área de administração, composta pelos dez centros acreditados Centro St. Isabel Manatuto, St. Mazarelo Fuiloro, Vizaun Foin Sa'e Díli & Baucau, ISAT, CTID Baucau, CVTC Suai, STVJ Gleno, STVJ Bairro Pite no STVJ Comoro. O objetivo principal é fazer uma revisão da qualificação nacional desenvolvida por este e utilizada pelos centros de formação.

1.5 Monitorização

O INDMO, através do departamento de acreditação fez uma visita preliminar para monitorizar e dar assistência técnica aos centros de formação acreditados CTC - Salele, onde são dados cursos nas áreas de agricultura e hospitalidade, por outro lado, a equipa do departamento de acreditação também presta assistência técnica aos centros de registo que entregou a aplicação pela segunda vez ao registo e também fez monitorização ao centro de registo e acreditado do município de Díli para observar diretamente o processo de aprendizagem prestado.

Realizou a visita, juntamente com os membros da subcomissão nas áreas da construção, turismo e hotelaria, e administração aos centros acreditados que prestam formação nas áreas referidas, entre elas: Salele - Suai, Sta. Isabel Manatuto, CTID Baucau, no *Vizaun foin Sae* Baucau, a fim de observar todo o processo de implementação do pacote de qualificação nacional para as áreas de construção, turismo e hotelaria e administração.

1. Concurso Nacional para Aptidão

O concurso para aptidão nacional faz parte do programa principal do INDMO, pois através deste concurso pode-se avaliar a aptidão e o conhecimento dos formandos sobre competências adquiridas nos centros de formação acreditados.

Por meio de concurso, pode-se avaliar as habilitações dos formandos



nas áreas de construção, automecânica, turismo e hotelaria antes de seguirem para o mundo exterior.

Realizou-se um concurso nacional para aptidão pela quarta vez desde o ano 2014 - 2017, onde participaram sete centros de formação, entre eles: CNEFP Tibar, CNFP Becora, Dom Bosco Comoro, CTC Salele, DIT Díli, *Vizaun Foin Sa'e Díli*, *Sentru* Canossa, com o total de participantes 74 F: 32, M: 42. Para a área de construção, automecânico 44 incluindo, F: 5 M: 39, e na área de turismo e hotelaria foram 30 participantes (F: 27 M: 3).

2. Socialização do Sistema de Educação e Formação Técnica Profissional (TVET)

O Departamento de Planeamento, Pesquisa e Recursos promoveu coordenação com os Diretores da SEFOPE nos municípios para identificar as escolas técnicas vocacionais e secundárias existentes nos municípios.

Por outro lado, foi realizada a socialização sobre o sistema TVET aos estudantes do ensino secundário e ensino técnico vocacional na Região Autónoma Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA), onde participaram estudantes finalistas e professores.

3. Implementação do sistema de licenciamento sobre o nível de qualificação aos trabalhadores vindos do estrangeiro

A implementação do sistema de licenciamento sobre o nível que será aplicado aos trabalhadores vindos do estrangeiro, o INDMO propôs uma reunião com outras entidades, IGT, Imigração, KSTL, CCI.

A implementação desta atividade irá criar uma política para a definição do mecanismo e nível. Esta atividade terá continuação no próximo ano fiscal de 2019.

SERVIÇO DE REGISTO E VERIFICAÇÃO EMPRESARIAL - SERVE

O SERVE, I.P. com base no artigo 14º, nº4 alínea e) do Decreto-Lei n.º 14/2018, de 17 de agosto, é uma instituição tutelada pelo MECAE. Este relatório apresenta o seu trabalho e progresso, de junho até setembro de 2018, durante o período dos primeiros 100 dias de governação.



Resultados atingidos:

1. Dados de registo comercial – entre junho e agosto de 2018 foram registados um total de 707 negócios e sociedades comerciais, empresas e companhias. Desde junho de 2013 até agosto de 2018 foram registados um total de 23 098 negócios e sociedades comerciais, empresas e companhias.
2. Do total de 23 098 que se registaram 94 dissolveram-se ou enceraram o seu negócio e sociedade comercial, empresa ou companhia. Destes 94 incluem ENIN=2; UNIPESSOAL, LDA.=46; LDA.=42; S.A.=1; R.P.=3 & E.P.=0.
3. Registo do averbamento – estes registos de averbamento incluem alterações e aumento de atividade relacionados com o negócio e sociedade comercial, empresa ou companhia de janeiro-setembro, 2018 com um total de 1 851. Deste número inclui ENIN=139; UNIPESSOAL, LDA.=1231; LDA.=436; S.A.=22; R.P.=22 & E.P.=1.
4. Execução da dotação do orçamento temporário de julho a setembro de 2018:
 - a. Deram-se atrasos na transferência do orçamento ou verba através da conta de fundo consolidado de Timor-Leste “FKTL” para a subconta de SERVE, I.P. o banco central de Timor-Leste (BSTL ou BCTL) pelo que a taxa de execução do orçamento em julho 2018 foi de apenas 10,39%, esta percentagem refletiu o total de despesa real no valor de USD 4 947,47- (quatro mil novecentos e quarenta e sete dólares americanos e 47 centavos).
 - b. Caixa de execução do orçamento em agosto conseguiu atingir 97,74% e refletiu um total de despesas reais num valor de USD 85 497,61,- (oitenta e cinco mil quatrocentos e noventa e sete dólares americanos e sessenta e um centavos). A alta taxa de execução do mês de agosto foi causada pelo pagamento duplo que se fez para os salários no mês de julho e agosto que foi pago apenas uma vez porque no mês de julho de 2018 os funcionários receberam os seus salários com atraso.
 - c. Em setembro não houve despesa.
5. Arrecadação do emolumento – que serviu como receita cobrada pelo SERVE, I.P. começou a partir do dia 4 de abril até 24 de setembro um total de USD 138 091,30 - (cento e trinta e oito mil e noventa e um dólares americanos e trinta centavos). Estes emolumentos registados baseiam-se na descrição da arrecadação diária e aconteceram algumas vezes transferências feitas através do BNCTL, E.P. para subconta bancária SERVE, I.P. no BCTL.



Balanço na conta bancária da SERVE, I.P. no BNCTL, E.P.
USD 1 438,75,-

Total arrecado chegou no dia 24 de setembro de 2018 USD 138 091,30,-

6. Estabelecimento de sucursal – o SERVE, I.P. conseguiu operar duas sucursais na região de RAEOA, Oé-cusse, Ambeno (inaugurado ao público no dia 26 de janeiro de 2018) e no município de Baucau (inaugurado ao público no dia 30 de abril de 2018). Como continuação da preparação da operação sucursal neste momento o SERVE, I.P. está na fase de renovação/reabilitação e a projeção de que num curto espaço de tempo se inaugurará mais uma sucursal no município de Bobonaro, Maliana.
7. Colocação de funcionários na sucursal – com o total de 38 funcionários existentes e o volume de trabalho que aumentou ao longo do tempo, o SERVE, I.P. conseguiu gerir o seu trabalho positivamente mesmo enviando dois funcionários para serem colocados temporariamente nas suas sucursais da região de RAEOA, Oé-cusse, Ambeno e do município de Baucau. A preparação para um novo recrutamento ficou pendente devido a uma decisão conjunta a partir do Ministério das Finanças e da Comissão da Função Pública (CFP) por razões relacionadas com a execução da DOT.

INSTITUTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL - IADE

Atividades realizadas pelo IADE desde o mês de julho a setembro de 2018, sublinham-se as seguintes:

1. Capacitação e formação de recursos humanos da Direção Nacional de Informação e Pesquisa no Mercado e Apoio Empresarial (DNI-PMAE) nos municípios são 13 (14% mulher). Esta formação teve como objetivo fornecer conhecimento sobre como fazer pesquisa de mercado com qualidade, por forma a que cada CDE no futuro possa implementar por si só a pesquisa de mercado sobre os potenciais produtos locais.
 - Durante este período de julho a setembro de 2018, O IADE, através da Direção Nacional de Formação e Capacitação Empresarial (DNFCE) fez *coaching* ao formador do IADE a nível de negócios. O objetivo do *coaching* foi dar a conhecer ao formador de como seguir a ToT para poder melhorar nas matérias



- existentes e melhorar a qualidade do formador aquando da implementação da formação aos empresários.
2. Clientes registados com base de dados do IADE no período de julho a setembro de 2018 são 203 (56.65 % mulher).
 - Assistência prestada pelo IADE na formação empresarial, aconselhamento empresarial e assistência a nível de FIN, KPNI, feiras e etc.
 3. Clientes empresários que já participaram no programa formação empresarial pelo IADE e CDE nos municípios são um total 126 (76% mulher).
 - Tipos de programas de formação SIYB/*Start Improve Your Business* oferecidos: BIN/BUKA IDEIA NEGÓSIU, JFL/JOGU FILA LIMAN, e formação HIN/*Hadia ita nia negósiu*. Tipos de formação: gestão básico, intermédio e avançado aos potenciais empresários e empresários existentes.
 4. Total de empresários registados no IADE desde de julho a setembro de 2018 são 168 (51% dos empresários são mulheres) registados na base de dados do IADE e Centros de Desenvolvimento Empresarial nos 9 municípios.
 - Outra atividade prestada pelo IADE é a formação aos empresários sobre o processo concurso público dos projetos e formação a nível de negócios, através do website do IADE e SMS através do telemóvel aos empresários.
 5. Os empresários que já tem atendimento através do aconselhamento do IADE e CDE nos municípios durante o período de julho-setembro de 2018 são quatro pessoas (três delas são mulheres).
 - O IADE presta aconselhamento para a melhoria de planos empresariais e de negócios nos setores da horticultura, pescas e outros.
 - Comercialização, contabilidade, controlo de *stocks*, custos, planeamento financeiro e gestão de negócios.
 6. Deu-se continuidade ao projeto do candidato cliente FIN proveniente do KPNI 2014 como o Sr. Paulo Timo, com o objetivo de identificar possíveis obstáculos enfrentados pelos clientes antes de iniciar o processo de apoio FIN.



- O resultado obtido demonstra que o cliente tem um espírito empreendedorismo, investimento suficiente e bastante experiência na venda do peixe Nila.
7. De julho a setembro de 2018, foi realizado pelo IADE, o programa de promoção no IADE as comunidades, através da atividade de divulgação ou comercialização.
 - O número de participantes no programa comercialização ao programa do IADE é de 274 pessoas (62% são mulheres). Este evento foi realizado nos municípios e sucos, com a participação de associações, negociantes e grupos de horticultura, com o objetivo de dar a conhecer aos participantes o tipo de trabalho realizado pelo IADE, de forma a que no futuro passem a dirigir-se ao IADE para ter acesso a assistência do IADE e do CDE nos municípios;
 - Apresentação pelo IADE dos produtos *Knua Juventude*, com o objetivo de promover o papel do IADE e dos seus produtos no mercado. Total de participantes : 35 (57% são mulheres).
 - Facilitar a promoção do trabalho realizado pela AEMTL em Timor-Leste (Associação da Mulher Empresária de Timor-Leste).
 8. Foi organizado um evento entre o cliente individual de CDE de Manatuto (Natarbora) e a empresa Timor Global e Talho Moris sobre produtos como o milho e gado bovino. O programa teve como objetivo ligar os potenciais clientes IADE/CDE, produtores e empresários nacionais para terem acesso aos produtos no mercado.
 - O grupo de produtores de milho e gado bovino propuseram fornecer os seus produtos à companhia Timor Global e ao Talho moris.
 9. Foi realizada manutenção a 12 veículos e 22 motos no IADE nacional e CDE nos municípios. Foi fornecido combustível aos 48 veículos e 13 motorizadas do IADE e CDE nos 11 municípios, bem como o combustível aos 12 geradores do IADE e 11 CDE nos municípios. Durante o mês de julho a setembro de 2018, foram assegurados contratos com companhia de segurança e assegurados encargos de instalação como: eletricidade e linhas de internet para garantir o bom funcionamento no instituto.



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO E EXPORTAÇÃO - TRADEINVEST

A TradeInvest visa promover, divulgar, coordenar e acompanhar todo o investimento ou reinvestimento privado e as exportações do país, centralizando os procedimentos administrativos de concessão de declaração de benefícios e Acordo Especial de Investimento.

A TradeInvest é, assim, uma *one-stop-shop* de apoio ao investidor e ao exportador, atuando como parceiro dos investidores nas fases pré, durante e pós investimento ou exportação, como interlocutor único de atendimento, visando orientar, facilitar e agilizar todos os procedimentos, em coordenação com os diferentes serviços envolvidos na aprovação e concretização de projetos de investimento.

Também apoiou, acompanhou e verificou a implementação de investimentos, prestando apoio na resolução de eventuais entraves no decorrer da execução do projeto. Após a implementação, continuam a dar apoio ao investidor e facilitam o reinvestimento ou as exportações.

Não nos sobrepomos ou substituímos aos outros organismos e autoridades públicas competentes, mas articulamos e trabalhamos em conjunto em prol do investidor.

No seu caminhar de 100 dias sob o mandato do VIII Governo Constitucional, embora apoiado só no duodécimo orçamental, a Trade Invest continuou a ter realizações concretas do seu plano de ação, alinhadas com o programa do VIII Governo. Entre as quais:

- 1) Em parceria com o “*International Finance Corporation (IFC)*”, preparou-se a minuta da Lista Negativa sobre as atividades proibidas, restritivas, selecionadas e reservadas aos investidores nacionais e estatais em Timor-Leste; e para breve, se realizará a consulta pública e privada antes de submeter à aprovação da tutela da TradeInvest Timor-Leste S.E. o Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro Interino do MCAE para posteriormente submeter à apreciação do Conselho de Ministros;
- 2) Realizou-se a socialização da nova Lei do Investimento Privado N.º.15/2017 e do decreto do Governo N.º. 2/2018 aos ministérios relevantes e ao sector privado;
- 3) Prestou-se serviços de facilitação aos investidores nacionais e estrangeiros, no total de 10, que submeteram as suas propostas de investimento que pretendem investir nos setores produtivos, con-



forme explícito na lei nº. 15/2017, para obterem as suas respetivas Declarações de Benefícios e Acordo Especial de Investimento;

- 4) Serviços contínuos de apoio aos investidores com posse de Certificados de Investidor e acompanhamento aos mesmos nas suas atividades, como interlocutor, resolvendo os seus problemas no campo;
- 5) Como facilitador na realização do *Workshop* entre a TradeInvest Timor-Leste, Banco Central, IFC, Banco Mundial, Estatística Nacional e Ministério do Comércio sobre a publicação de dados verdadeiros e coerentes do investimento em Timor-Leste;
- 6) Finalização dos trabalhos preparativos para a realização do 2.º evento do Prémio de Exportação, que conforme o plano, há de ser implementada em outubro de 2018;
- 7) Realização de trabalhos de avaliação técnica preliminar às empresas em Díli, Liquiçá, Ermera, Baucau e Lospalos sobre as suas respetivas capacidades orientadas para a exportação;
- 8) Em parceria, facilitou à USAID investir em Timor-Leste no sector de turismo, através do seu projeto “*Tourism for all*”;
- 9) Produção de *factsheet*/material *marketing* para publicação de informações sobre a Lei de Investimento Privado Nº. 15/2017, incluindo os sectores produtivos para investimentos em Timor-Leste, prémios de exportação e sobre os serviços e atividades da TradeInvest Timor-Leste;
- 10) Organizou e facilitou encontros entre órgãos relevantes do governo com o MCC (*Millennium Challenge Corporation*) sobre o projeto “*Compact*” a ser implementado em Timor-Leste com o objectivo de melhorar o ambiente de negócios e assim, facilitar melhor o sector privado; e que, para isso, a TradeInvest Timor-Leste já teve um encontro preliminar com a *Knua Juventude* através do “*Mentoring Program*” com a finalidade de motivar coragem aos jovens para criar os seus negócios viáveis para o desenvolvimento do nosso país através de investimento dos setores produtivos;
- 11) Finalização do Plano Estratégico e do Plano de Ação Anual de 2019;
- 12) Participação de dois Diretores da TITL no treinamento sobre *Global Value Chain* na China e três técnicos no Colóquio em Macau;



- 13) Participação do Director Executivo na reunião *Asia-Pacific Foreign Direct Investment (FDI) Network* em Banguetcoque, Tailândia, organizada pelo UN-ESCAP;
- 14) Do orçamento DOT, até ao dia 31 de agosto de 2018, do total OGE alocado de USD 696 021, TradeInvest Timor-Leste já executou 66,43% representado em valor de USD 462 391, tendo ainda em saldo USD 222 428,18.

AGÊNCIA DE INVESTIGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA, SANITÁRIA E ALIMENTAR, I.P., - AIFAESA

A inspeção e fiscalização

A inspeção e fiscalização das atividades económicas, realização de viagens locais de inspeção e fiscalização das atividades económicas e distribuição das notificações aos infratores nos municípios.

Material e Fornecimentos de Escritório, foram gastos USD 3 000 (três mil dólares americanos). A Administração Geral (Manutenção do corredor do edifício).

Assistência Técnica

São 46 os profissionais que trabalham na AIFAESA, I.P., contratados por seleção de mérito, 24 funcionários, são assistentes administrativos, incluindo uma nomeação política.





CAPÍTULO 4

MINISTÉRIO DA REFORMA LEGISLATIVA E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES



COMPETÊNCIAS

O Ministério da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares é um ministério novo, criado pela lei orgânica do VIII Governo Constitucional. A lei define-o como o departamento governamental responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política definida pelo Conselho de Ministros referente ao desenvolvimento, harmonização e consolidação do ordenamento jurídico, à reforma judiciária, aos assuntos parlamentares e comunicação social.



Nos primeiros 100 dias desde a tomada de posse do Governo, em 22 de junho de 2018, o Ministro da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares lançou um processo muito abrangente de auscultação técnica, no âmbito da administração, e política, no âmbito da sociedade civil, para fundamentar as suas decisões sobre a estrutura e futuro desenvolvimento do ministério. Este processo inicial culminou com a aprovação pelo Conselho de Ministros da Lei Orgânica do Ministério da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares.

Na área da consolidação do ordenamento jurídico, o ministério tem competência para propor e promover a modernização do procedimento legislativo, incluindo nos termos da mesma lei analisar e preparar projetos e propostas de diplomas legais e regulamentares do governo, em coordenação com outros ministérios.

Além destas responsabilidades, o Ministério da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares tem tutela em outras áreas, designadamente:

- Propor e promover a reforma e modernização do setor judiciário;
- Propor medidas que promovam a inovação da Administração Pública, incluindo através do recurso aos instrumentos de “e-government” e a divulgação das ações e medidas do Governo e organizar a forma e o modo de intervenção pública do mesmo;
- Assegurar a coordenação regular com o Parlamento Nacional, incluindo representar o Governo na Conferência de Representantes das Bancadas Parlamentares e nas sessões plenárias do Parlamento Nacional.

A tutela do Ministério estende-se também ao setor da Comunicação



Social, incluindo a incumbência legal de propor a política e elaborar a legislação e regulamentação para esta área.

A lei atribui ao Ministério também a tutela da empresa pública do setor da Comunicação Social RTTL - Rádio Televisão de Timor-Leste e do Instituto Público TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste.

A atividade do Ministério no âmbito da Comunicação Social é objeto de capítulo separado, organizado pela Secretaria de Estado da Comunicação Social

ATIVIDADES

APOIO AO PRIMEIRO-MINISTRO

O Ministro da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares realizou sessenta e cinco reuniões diárias de coordenação com o Primeiro-Ministro, tendo também representado o governo ou o Primeiro Ministro, pessoalmente, em dez eventos públicos, na maior parte dos casos envolvendo parceiros de desenvolvimento de Timor-Leste.

As reuniões diárias de coordenação asseguram o fluxo de informação relevante para as áreas da tutela do Ministro da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares, promovendo a coordenação de assuntos transversais a mais do que um ministério e a eficiência nas relações do Governo com o Parlamento Nacional, em assuntos relevantes para o funcionamento de ambos.

DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO PÚBLICO

O Ministro da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares desenvolveu uma atividade regular e intensa de esclarecimento do público sobre as prioridades do VIII Governo Constitucional e dos objetivos do próprio Ministério da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares.

Ao longo dos primeiros 100 dias de atividade o Ministro realizou doze encontros com os meios de comunicação social, incluindo entrevistas detalhadas. Para além destes encontros, o Ministro tem tido disponibilidade para diariamente receber jornalistas, quando solicitado para tal, especialmente por jornalistas que acompanham a atividade parlamentar. Ainda no âmbito dos encontros com o setor da comunicação social, o Ministro recebeu em audiência o Conselho de Imprensa, um órgão independente, com competência legal de autoregulação da Comunicação Social.



O contacto com os media tem contribuído para uma informação atempada e rigorosa, ajudando a melhorar as condições em que os jornalistas realizam o seu trabalho de reportagem e promovendo a qualidade do noticiário sobre as atividades do Governo



REUNIÕES E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

1. Participação em Eventos e Reuniões Bilateral

No âmbito da cooperação bilateral para o desenvolvimento, Timor-Leste estabeleceu uma parceria com a *Millennium Challenge Corporation* (MCC), organização dos Estados Unidos da América, no sentido de promover a criação de empregos através do crescimento económico sustentável.

O Ministro da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares foi encarregado pelo Primeiro-Ministro de liderar este processo, pela parte de Timor-Leste. Foram dados passos importantes nesta área nos primeiros 100 dias do VIII Governo Constitucional.

A parceria realizou estudos técnicos para conhecer os constrangimentos fundamentais ao desenvolvimento da economia nacional, com o objetivo de se atuar sobre eles e ultrapassá-los. Esses estudos foram apresentados ao VIII Governo Constitucional imediatamente após o início do mandato deste.

Perante a informação recolhida, o Ministro da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares e a Millennium Challenge Corporation acordaram na realização de um seminário técnico para debate e auscultação de especialistas e dirigentes da administração sobre as conclusões dos estudos.

O seminário de três dias despertou intenso interesse e teve a participação, em algumas das suas sessões dos membros do governo responsáveis pela Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares, Obras Públicas, Educação, Justiça e Saúde e também de secretários de Estado do Emprego e Formação e da Igualdade e Inclusão.



Nos primeiros 100 dias, o Ministro realizou também vinte e seis audiências com embaixadores de países amigos acreditados em Timor-Leste e com representantes das agências da comunidade internacional nossas parceiras de desenvolvimento. Participou também, em representação do Governo, na celebração de dias nacionais de países com embaixadores residentes, ocorridas nos primeiros 100 dias, como foram os casos do Dia Nacional da Indonésia, do Dia Nacional da China e do Dia Nacional dos Estados Unidos da América, em cerimónias comemorativas organizadas em Díli.

2. Reunião com Sociedade Civil

O Ministro da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares desenvolveu um processo de contactos com a sociedade civil, incluindo organizações de mulheres, para dar a conhecer as prioridades do VIII Governo Constitucional e auscultar opiniões dessas organizações sobre a reforma legislativa, a reforma judiciária e a inovação administrativa.

O Ministro encontrou-se pessoalmente com a FONGTIL – Federação das ONG's de Timor-Leste e organizações federadas na FONGTIL, designadamente na área dos direitos humanos, da educação, apoio a pessoas portadoras de deficiência e outras. O contacto iniciado foi continuado por assessores do Ministério para manter canais regulares de informação. A sociedade civil fez recomendações sobre prioridades legislativas, propondo dar prioridade à revisão da Lei da Pensão Vitalícia, do Código Penal, do Código Civil, da legislação eleitoral para os sucros, da lei da Descentralização, do quadro jurídico da RAEOA, e dos regulamentos de implementação da merenda escolar. Foi também referida a necessidade de melhorar o funcionamento do sistema judiciário para limitar os casos pen- dentes, porque estas situações, em muitos casos, afetam a vida e segurança das pessoas.

3. Reunião com BNCTL

Cumprindo o despacho conjunto nº 01/MEPCM/VIII/2018 do Ministro Coordenador para os Assuntos Económicos em exercício e da Ministra das Finanças em exercício, com data de 17 de agosto, o Ministro da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares assumiu funções como representante do Governo de Timor-Leste no Conselho de Administração do Banco Nacional de Comércio e Indústria de Timor-Leste do qual o Estado de Timor-Leste é o único acionista.

Nestes primeiros 100 dias, o Ministro e a sua equipa estabeleceram



uma intensa relação de trabalho com a administração, tendo contribuído para acelerar iniciativas da instituição, designadamente contribuindo para facilitar o alargamento das atividades do banco à banca de investimento, recentemente decidido.

No curto período em referência o Ministro ou membros da equipa por ele mandatados realizaram oito reuniões da instituição, incluindo a participação do Ministro em três reuniões do Conselho de Administração, havendo vários processos em curso no sentido da consolidação institucional e financeira desta instituição bancária.

TIPO	QUANTIDADE
Encontros diários de coordenação com o Primeiro-Ministro	65
Outros compromissos de agenda no âmbito do Governo	36
Compromissos de agenda no âmbito do Parlamento	36
Encontros de coordenação no âmbito do MRLAP	30
Encontros com corpo diplomático e parceiros de desenvolvimento	26
Entrevistas e encontros no âmbito dos Media	12

SECRETARIA DE ESTADO PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOMS)

No âmbito do Despacho N.º 4/GMRLAP/IX/2018- Delegação de competências do Ministro da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares ao Secretário de Estado para a Comunicação Social, de 14 de setembro de 2018, foram delegadas no Secretado de Estado para a Comunicação Social o exercício de poderes de tutela da RTTL, E.P. e da Agência Noticiosa TATOLI, bem como poderes de direção da Direção Nacional de Disseminação de Informação; do Centro de Formação Técnica em Comunicação e Centro Rádios Comunidade.



Atividades Prioritárias	Implementação	Resultados Atingidos
Reuniões Internas	Reunião com os Diretores Nacionais, Chefes de Departamento e funcionários das direções pertencentes à Secretaria de Estado da Comunicação Social, a DNDI e o Centro de Rádios Comunidade.	Conhecer o trabalho das respetivas direções. Participou também na reunião o Chefe de Gabinete da SECOMS. O encontro realizou-se na sala auditório da PCM.
	Reunião com o MRLAP e os proprietários de órgãos de comunicação social nacional com o propósito de auscultar os obstáculos enfrentados e procurar soluções para os mesmos.	Ouvir as preocupações dos proprietários dos respetivos órgãos de comunicação social nacionais.
	Reunião com o Presidente do Conselho de Imprensa	Equacionada a possibilidade de temporariamente, o edifício da CPLP ser usado pelo Conselho de Imprensa.
Reuniões com a Sociedade Civil	Encontro com o Bispo da Diocese de Díli.	O Bispo reconheceu a contribuição dos meios de comunicação social na divulgação do evangelho através da transmissão direta da Missa, como é o caso da GMN TV.
	Visita à Fundação Annur de Kampung Alor	A fundação recomendou ao Governo a resolução do impasse político.
Reuniões com os Parceiros de desenvolvimento	Reunião com Justice System Monitoring Program (JSMP- sigla em língua inglesa)	Abordada a intenção do Governo oferecer um curso de formação em jornalismo através do Ceftec e formação da língua portuguesa.
Reuniões com Parceiros	Reunião com a Fundação Alola	Fortalecimento do relacionamento e parceria entre a Fundação e a SECOMS
	Reunião com ADB, JICA, UNICEF, NOA, Instituto Camões, UNESCO e UNDP	Estabelecimento de cooperação com as instituições através do fortalecimento da comunicação social para fortalecer a disseminação de informação ao público



Atividades Prioritárias	Implementação	Resultados Atingidos
Reuniões Bilaterais	SECOMS reuniu com a delegação da Embaixada da China, representada pelo Conselheiro Zhenhua Liu.	Avaliar a implementação do memorando de entendimento assinado durante o mandato do VI Governo Constitucional sobre o apoio à digitalização dos arquivos da RTTL.
	SECOMS reuniu com o Embaixador da Coreia do Sul em Timor-Leste	Cooperação na área da comunicação social, sobretudo a emissão na RTTL e nos restantes canais de televisão privados, de um vídeo inspirativo intitulado “Milagre da Coreia em Timor-Leste”, como forma de motivar os jovens.
	SECOMS reuniu com o Embaixador da Austrália em Timor-Leste	Cooperação na área da comunicação social, com especial ênfase na RTTL e nos restantes canais de televisão privados.
Reuniões com outros membros do Governo	O SECOMS realizou uma série de reuniões com outros membros do Governo: Ministra da Solidariedade Social e Inclusão e Ministra da Educação, Juventude e Desporto.	Emissão na televisão e publicação em outros meios de comunicação social de informações relativas às principais atividades realizadas pelos referidos membros do Governo.
Orçamento de Estado	Planos anuais e Orçamento para os anos de 2018 e 2019	Produzir e reforçar a política plurianual da SECOMS e dos vários programas para cinco anos 2018-2023, e política e plano anual de 2019. Divulgação junto dos titulares de Cargos de Direção e Chefia, dos funcionários e da equipa técnica da SECOMS, sobre a política e programa plurianual e o orçamento anual para 2019 da SECOMS.
Orçamento de Estado	Plano de Orçamento e de ação anual para 2018 e 2019	Desenvolvimento da estratégia, mecanismos e parcerias entre a SECOMS e os parceiros para a realização da política e programa do Governo em relação ao desenvolvimento do setor da comunicação social de 2018 a 2023



DIREÇÃO NACIONAL DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A Direção Nacional de Disseminação de Informação (DNDI), é o serviço responsável por receber, tratar e difundir, pelos meios de comunicação social, nas línguas oficiais e nas línguas de trabalho, informação do Governo, dos Ministérios e Secretarias de Estado e tornar pública a atividade do Governo, bem como dar apoio ao Governo no domínio da comunicação com a sociedade permitindo o acesso à informação.

Durante período de 100 dias no âmbito do planeamento, a DNDI organizou uma reunião de preparação do programa e atividades do SECOMS para o período de 2018-2023. A DNDI através da agência noticiosa - TATOLI facilitou a cobertura diária e a publicação de notícias no Portal da TATOLI. A DNDI apoiou também a Unidade do Porta Voz do Governo na recolha de informação para o desenvolvimento de conteúdos para publicar no Portal do Governo.

CENTRO DE RÁDIO COMUNIDADE

O Centro de Rádio Comunidade (DN-CRC), equiparado a direção tem um papel fundamental na assistência às dezasseis estações de rádio comunitárias nacionais, cujo objetivo é facilitar a disseminação de informação nas áreas rurais. Na persecução do direito garantido pela Constituição da República Democrática de Timor-Leste de que todos os cidadãos têm o direito de informar e serem informados com isenção.

Tipo de Programa	Resultados Atingidos
<p>I. Programas do Departamento de Programação de Rádio:</p> <ul style="list-style-type: none">• Programa Povu nia Mata Dalan (CFP)• Programa CAC• Programa MARLAP• Programa Lidun Governu (MS,MAP,MI)• Programa Salva Vida (CVTL)• Programa Paz no Dezenvolvimentu (CEPAD)• Programa Moris Saudavel (CNSTL-HIV/SIDA)• Programa Hadook aan husi Moras (SMD)• Programa Feto ho nia Mundu (Fundasaun Alola)• Programa Hari kakutak (Unicef)• Programa Radio Drama (Unicef)• Programa Fanun hau iha dadolin• Programa Ecos Musicais da língua portuguesa• Programa Radio sapientia (ME)• Programa memoria Nostalgia	<p>O Departamento produziu dezanove programas. Destes quatro foram gravados e quinze foram emitidos em direto do Estúdio Metro FM. Esses programas diretos, são posteriormente emitidos/repetidos uma vez por dia, de acordo com o horário da Metro FM.</p> <p>Realizada uma ação de formação na área do jornalismo radiofónico em três rádios (Rádio Comunitária de Cova Taroma Suai, Rádio Comunitária Tamailau Ainaro, Rádio Comunitária de Baucau Bucoli). Monitorização das emissões da Rádio Comunitária de Manatutu, da Rádio Comunitária de Lospalos, da Rádio Comunitária de Viqueque e da Rádio Comunitária de Baucau</p>



CENTRO DE FORMAÇÃO TÉCNICA EM COMUNICAÇÃO - CEFTEC

Tipo de Formação	Resultados Atingidos
<p>Formação de qualificação e certificado de nível-IV da IND- MO em Comunicação, Relações Públicas e Protocolo na unidade curricular de Escrita de Imprensa e Comunicação em Relações Públicas e Protocolo registou-se um total de trinta e nove formandos M 17, F 22, num total de 80 horas de formação.</p>	<p>Total de setenta e sete graduados (M: 45 e F: 32) das linhas ministeriais: Saúde, Defesa - F-FDTL, Educação Juventude e Desporto, Turismo, Comércio e Indústria, Agricultura e Pescas, Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares, Justiça, Interior (Direções: Proteção Civil e PNTL), Obras Públicas, Solidariedade Social, Transportes e Comunicações, AIFAESA IP, Presidência do Conselho de Ministros, Arte e Cultura, Comunicação Social, Igualdade e Inclusão, Cooperativas, Comissão da Função Pública - SCFP, Procuradoria Geral da República, SEFOPE, Terras e Propriedades, IOB e UNTL.</p>
<p>Formação de qualificação e certificado nível-IV da INDMO na unidade curricular: Escrita de Imprensa Duração da formação 80 horas para um total de trinta e seis formandos: M: 25, F: 11</p>	
<p>Formação de qualificação e certificado nível-IV-da INDMO na unidade de curricular: Rádio e Televisão. Duração da formação: cento e sessenta horas num total de dezanove formandos (M: 16 e F: 3).</p>	





CAPÍTULO 5

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



COMPETÊNCIAS

O Ministério das Finanças é o departamento governamental do Governo responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação das políticas definidas e aprovadas pelo Conselho de Ministros para as áreas de orçamento e finanças, planeamento e acompanhamento anual.



ADMINISTRAÇÃO TRANSITÓRIA

O Ministério das Finanças fica, a título transitório, sob a liderança da Vice-Ministra das Finanças, que assegura a coordenação de todas as atividades do Ministério das Finanças, na orgânica do VIII Governo Constitucional, assim nos termos do despacho nº. 002/ PM/VI/2018, 25 de junho de 2018, do Primeiro-Ministro.

Foi desta forma assegurado o normal funcionamento deste órgão de serviço.

ATIVIDADES

Este relatório sumariza as atividades que foram implementadas pelas direções e unidades de trabalho do Ministério das Finanças durante o período dos primeiros 100 dias do ano em curso. Tais atividades foram executadas no âmbito e com base em oito programas transversais nomeadamente:

- 1) Boa governação e gestão institucional com três subprogramas: boa governação, gestão institucional e parcerias;
- 2) Estatísticas e políticas económicas com dois subprogramas: assessoria da política macroeconómica e fiscal e produção de estatísticas confiáveis;
- 3) Orçamento e gestão de despesas; com quatro subprogramas: gestão do orçamento de Estado; relatório de contabilidade e financeiro; pagamentos, todo o governo e assistência ao estabelecimento da função da auditoria interna às linhas ministeriais;
- 4) Gestão de coleta de receitas; com três subprogramas: melhoria da



eficácia de coleta de taxas e registo de contribuintes; aumento de receitas das alfândegas; e sistemas de gravação;

- 5) Mobilização e gestão de recursos externos; com dois subprogramas: gestão de parcerias de desenvolvimento e de apoio técnico; e gestão de empréstimos;
- 6) Gestão de finanças e ativos; com três subprogramas: administração do Fundo Petrolífero; gestão de ativos; gestão de ativos móveis; e gestão de investimento;
- 7) Reforma de gestão de finanças públicas; com cinco subprogramas: reforma de taxas alfandegárias; reforma de programa orçamental; transformação de sistema de contabilidade de tesouro; transparência do sistema de aprovisionamento; e reforma de gestão de desempenho;

Destaca-se a baixo algumas das atividades, muito tem sido feito por este ministério desde o início desta governação em 100 dias do VIII Governo Constitucional até a presente data tendo em conta o papel central do MF no funcionamento da máquina do Estado. Como é do conhecimento de todos, a máquina do Estado funcionou sob o regime duodecimal durante os últimos 9 meses. Durante este período, as atividades do ministério têm sido centradas em torno de preparação das jornadas orçamentais, da Comissão de Revisão Política Orçamental (CROP), bem como a submissão e os debates dos orçamentos do Estado, respetivamente de 2018 e de 2019.

DESTAQUES

No âmbito das suas competências, o Ministério das Finanças realizou as seguintes atividades:

Apresentação da proposta de Lei sobre Levantamento Extraordinário a partir do Fundo Petróleo

- Apresentação no Parlamento Nacional com caráter de urgência sobre a proposta de Lei para Levantamento Extraordinário a partir do Fundo Petrolífero a fim de financiar as despesas no quadro do regime duodecimal em Agosto e Setembro 2018.

Apresentação da proposta de Lei do OGE 2018

- Gestão da Preparação do OGE 2018;
- Apresentação no Conselho de Ministros; e
- Apresentação no Parlamento Nacional com caráter de urgência.





Configuração do sistema GRP para efeitos de execução orçamental

- O orçamento para 2018 foi inserido com sucesso no sistema GRP através da função de importação de certificados para atualização do controlo orçamental; e
- Devido à necessidade de reconciliar as despesas executadas durante o período DOT com o orçamento para todo o ano de 2018, foi necessário mais tempo e a reconstrução demorou quase 52 horas, sendo que a execução só foi possível aos fins de semana

Apresentação do Relatório Financeiro Anual e Trimestral

- Relatório Financeiro Anual de 2017 já foi concluído e submetido ao Parlamento Nacional e à Câmara de Contas no fim do mês de julho de 2018; e
- Relatório de execução orçamental do segundo trimestre de 2018 já foi concluído e submetido ao Parlamento Nacional e à Câmara de Contas no fim do mês de agosto de 2018.

Apresentação do Relatório Financeiro Anual 2016 Auditado pelo Tribunal de Contas no Parlamento Nacional

- Preparação da resposta às recomendações do Tribunal das contas sobre o relatório;
- Apresentação e debate sobre as recomendações do Tribunal das Contas no Parlamento Nacional;
- Acompanhamento da implementação das recomendações da Câmara de Contas no seu Relatório Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2016;
- Relatório de acompanhamento já foi emitido e submetido ao Primeiro-Ministro, através da Vice-Ministra.

Lançamento dos relatórios Temáticos do Censo 2015:

- Fertilidade;
- Mortalidade;
- Agricultura;



- Força de Trabalho;
- Características da Casas e Amenidade;
- Dimensão do Género;
- Juventude; e
- Projeção da População 2015 – 2022.

Finalização e Publicação dos relatórios seguintes:

- Timor-Leste e Municípios em Números 2017;
- Dados Comerciais mensais e anuais 2017;
- Dados de crime 2017;
- CRVS 2017;
- Lançamento do IPK/CPI mensal;
- Publicação de Indicadores de Estatísticas Trimestrais; e
- Relatório já distribuído para as linhas Ministeriais e as partes interessadas.

Preparação do OGE 2019

- Gestão da Preparação do OGE 2018
- Apresentação inicial do teto fiscal para o OGE 2019 ao Conselho de Ministros; e
- Jornadas Orçamentais realizadas durante dois dias.

Estatísticas e Políticas Económicas

- Observação e análise dos dados do CPI no Banco Central em especial aqueles a nível global/internacional que sirvam de base para monitorização da inflação em Timor-Leste;
- Monitorização da situação de trabalho do mercado em TL com vista a obter informações necessárias que sirvam de base para elaboração de documentos estratégicos sobre o mercado de trabalho; e
- Monitorização dos dados sobre o comércio e confirmação de que eles são corretos, através de um trabalho conjunto com as Alfândegas.

Gestão de Parcerias e Apoio Técnico

- Revisão do Acordo de AT entre o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Governo de Timor-Leste; e
- Revisão da Política de Assistência (aguarda-se decisão a nível do Governo).



Pareceres

- Esboço do “Contrato Inicial de Concessão de Engajamento entre o Governo da RDTL e o MCC (12 de julho de 2018); e
- Pareceres do Ministério das Finanças sobre as propostas para a Orgânica dos Ministérios e Secretarias de Estado, ao abrigo do artigo 19, do regimento do Conselho de Ministros aprovado pela resolução do Governo N.º. 51/2017, de 13 de dezembro.

Gestão de Empréstimos

- A Feira Comercial do Porto da Baía de Tibar foi conduzida com sucesso, visando atrair pequenas e médias empresas locais, bem como indivíduos, para se envolverem no desenvolvimento do projeto de PPP da Baía de Tibar;
- Conclusão do requisito financeiro por parte do consórcio onde levou ao efeito a cerimónia de lançamento (início) da construção do Porto da Baía de Tibar, que é o primeiro projeto de PPP em Timor-Leste; e
- O estudo de viabilidade relativamente a uma PPP a nível de diagnósticos médicos no setor da Saúde encontra-se numa fase avançada.

Apoio à Decentralização de Funções de Tesouro aos Municípios

- Monitorização e regulação dos pagamentos de adiantamento;
- Relatório Mensal do Tesouro sobre a Monitorização dos Pagamentos; e
- Preparação das Normas de Procedimento Operacional (PPO) para a reconciliação bancária, pagamento e preparação do relatório de execução do orçamento nos Municípios.

Administração do Fundo Petrolífero

- Cálculo do RSE e estimativa das receitas petrolíferas com vista aos Orçamentos para 2018 e 2019;
- Análise de mercado e desempenho do FP durante o 2.º trimestre produzidos e enviados ao MF;
- Relatório de monitorização de mercado e desempenho do FP durante o 2.º trimestre; e
- Relatório mensal de monitorização do mercado e desempenho do FP.





Estudo sobre Novos Investimentos

- Relatório anual do FP de 2017 finalizado e enviado ao PN e Publicado nos sítios eletrónicos do MF e do BCTL.

Gestão de Finanças Públicas

- Gestão apropriada a Caixa do Estado. Foram preparadas regularmente a Posição da Caixa e o Requerimento da Projeção da Caixa, com vista a assegurar a gestão apropriada da liquidez do Estado e a decisão de levantar o dinheiro do Fundo Petrolífero quando mesmo necessário;
- Processamento dos pagamentos ao todo governo e também aos benefícios sociais tais como pagamentos aos idosos e inválidos, veteranos, bolsa da mãe, transferências públicas, etc; e
- Transferência do orçamento do quarto trimestre para os Serviços dos Fundos Autónomos (SFA) e Municípios.

Provisão de Sistemas e Serviços Fiáveis da TIC e SIIGF- IFMISU

- Instalação com sucesso de fibra ótica no Centro de Dados do Ministério das Finanças; e
- Finalização dos requisitos funcionais do *Payroll* (folha de pagamento) para interligação do sistema GRP do Ministério das Finanças e a SIGAP da Comissão de Função Pública, tem com objetivo harmonizar os base de dados dos funcionários públicos mantidos no sistema do *Payroll*/Ministério das Finanças e da CFP.

Reuniões, Seminários e *Workshops*

- Organização de 2 reuniões do CAI;
- Reunião trimestral com a KKFP e com o Grupo de Trabalho com Intervenientes múltiplos (GTIM) da ITIE-TL;
- Reunião de Conselho Consultivo do Ministério das Finanças bissemanal, envolvendo Diretores Gerais e Chefes das Unidades liderada por Vice Ministra e Ministra das Finanças em Exercício; e
- Outras reuniões com os parceiros e demais instituições do Estado.



World Economic Forum on ASEAN

Ha Noi, 11-13 September 2018



CAPÍTULO 6

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO



COMPETÊNCIAS

Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação compete a conceção, execução, coordenação e avaliação para a área da política externa e relações internacionais, conforme as orientações estratégicas definidas no Programa do VIII Governo Constitucional e aprovada em sede de Conselho de Ministros, bem como para a área das funções consulares e da promoção e defesa dos interesses dos cidadãos timorenses no exterior.



No âmbito das competências anteriormente descritas, compete ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação garantir a unidade e coerência da política externa de Timor-Leste na base da negociação e proposta de acordos e tratados internacionais, na estrita concordância com a ordem jurídica nacional e no quadro regulamentar regional e internacional, sem prejuízo das competências próprias de outros órgãos em matéria de delimitação de fronteiras.

Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação compete o planeamento e execução dos programas que visam a adesão de Timor-Leste à Organização das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), bem como a coordenação e participação de Timor-Leste junto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e assegurar a representação do país nas respetivas reuniões e atividades.

No âmbito da representação diplomática junto de outros Estados e Organizações Internacionais, compete ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação gerir a rede das embaixadas, missões, representações permanentes e temporárias e postos consulares, de acordo com as prioridades de política externa, exercer as funções confiadas relativamente a assuntos de diplomacia económica, assegurar a proteção dos interesses de Timor-Leste no estrangeiro e dos cidadãos timorenses no exterior e atuar no mecanismo de coordenação interministerial, particularmente com o Ministério das Finanças no que se refere à gestão do mecanismo de coordenação da ajuda, e com todos os outros organismos governamentais com tutela sobre áreas de atividade conexas.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação exerce as funções de Ordenador Nacional, visando assegurar a eficácia da ajuda



proveniente do Fundo Europeu para o Desenvolvimento, nos termos do definido no Acordo de Parceria de Cotonou.

Estão na dependência do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação a Agência de Cooperação de Timor-Leste (ACTL), o Instituto de Estudos Diplomáticos (IED) e a Unidade de Missão para o Desenvolvimento Regional Integrado (TIA).

ATIVIDADES

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA.

No âmbito da sua natureza, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação prossegue as suas atribuições no âmbito dos serviços integrados na administração direta e indireta do Estado.

Na competência atribuída a cada um dos serviços, enunciam-se as atividades realizadas nos primeiros 100 dias do VIII Governo Constitucional.

Neste contexto, e no âmbito dos assunto bilaterais, preconizaram-se objetivos quanto ao definido em Programa do VIII Governo Constitucional para as relações internacionais e política externa, na negociação a decorrer de múltiplos acordos e tratados internacionais com países como Austrália, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Portugal, China e Tailândia.

As relações de amizade, cooperação e solidariedade com todos os Estados, com base nos princípios constitucionais, traduziram-se na Resolução do Governo n.º 11 /2018 aprovando-se o Donativo à Representação Permanente da República Árabe Saharaui Democrática, bem como na Resolução do Governo N.º 13 /2018 de 3 de Agosto no qual se inscreve o Donativo à República Democrática Popular do Laos para Apoio na Resposta à Destruição Causa pelo Colapso da Barragem em Attapeue.

No reforço dos laços de amizade e cooperação bilateral com os vizinhos mais próximos: a Indonésia e a Austrália, regista-se o acompanhamento a nível ministerial à visita de Estado do Presidente da República Democrática de Timor-Leste à República da Indonésia com o objetivo de reforçar os laços de amizade entre os dois países; e a visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros australiana, na primeira visita a Timor-Leste de nível ministerial nos últimos cinco anos e após a assinatura histórica do Tratado das Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália.



No plano das relações multilaterais, assume-se como uma das traves-mestras da política externa de Timor-Leste o reforço das relações internacionais com os quais Timor-Leste partilha laços históricos, culturais e de amizade, bem como a língua comum, designadamente os países da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa e, é neste sentido, destaca-se a participação do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação como enviado extraordinário do Presidente da República para a XII Conferência de Chefes de Estado e do Governo da CPLP em Cabo Verde, entre os dias 16 e 18 de julho de 2018. Os valores da democracia e do Estado de direito, a língua Portuguesa, a mobilidade e Circulação como elemento fundamental da construção da Comunidade e cidadania, a cooperação económico-empresarial e os mares e oceanos foram os temas que nortearam a concertação política quanto às áreas de atuação para desenvolvimento da CPLP e a respetiva Declaração de Santa Maria, debatidos na mesa de Chefes de Estado e de Chefes de Governo dos países da Comunidade.

No quadro das Nações Unidas e na agenda comum dos Países frágeis e afetados por conflitos, Timor-Leste assume a sua política externa na defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos, no combate ao terrorismo e aos conflitos armados, e na promoção de um desenvolvimento sustentável, em especial no que respeita às iniciativas globais contra as alterações climáticas, na prossecução do definido em Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em consonância, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, assumiu e assume as suas atividades na promoção numa linha de coordenação interministerial e instituições nacionais relevantes, um modelo partilhado de prossecução e desenvolvimento dos ODS para Timor-Leste, que visa um desenvolvimento sustentado, tanto em termos ambientais como sociais, na base de uma mitigação da competitividade global que se baseie na diminuição de direitos sociais ou na sobre exploração dos seus recursos.

As atividades inscritas no sistema das Nações Unidas não foram descuradas por Timor-Leste e, neste sentido, assumiu-se uma posição ativa quanto à abolição de armas químicas e nucleares, nas medidas a tomar quanto à cibercriminalidade, nas ameaças à segurança marítima, tráfico de seres humanos e migrações ilegais.

Inicia-se o modelo de participação das forças armadas e policiais timorenses, nas operações de manutenção de paz e operações humanitárias no quadro das Nações Unidas, desenvolvendo-se o modelo de capacitação necessário, em estrita coordenação com a divisão responsável pelo destacamento e avaliação das Nações Unidas.





No período inscrito em presente relatório, e no quadro multilateral, reforçaram-se as relações internacionais com países empenhados em consolidar o seu desenvolvimento e defender a integridade territorial, tais como os Estados das pequenas ilhas do pacífico em desenvolvimento, bem como aqueles países empenhados no uso e controlo das suas riquezas em benefício dos seus povos, com o desenho do relatório intercalar, no âmbito das políticas comuns existentes entre estes Estados, a ser apresentado às Nações Unidas em 2019.

Reforçar as relações de amizade e de cooperação bilateral com os países do sudeste asiático, e a consolidação de embaixadas em todos os países membros da ASEAN, numa linha de continuidade à promoção das reformas nacionais alinhadas com os três pilares desta associação, para uma adesão efetiva de pleno direito de Timor-Leste, são eixos programáticos definidos em VIII Governo Constitucional e sobre os quais incidiram as atividades nos primeiros 100 dias de Governação.

No quadro da ASEAN realizaram-se várias ações de sensibilização junto das comunidades académicas das universidades nacionais, bem como junto dos parceiros para o diálogo político residentes em Díli.

A nível ministerial, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação participou na 51.ª Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN como convidado de honra da Presidência da ASEAN e no 25.º Fórum Regional ASEAN com os Ministros dos Negócios Estrangeiros, que decorreu em Singapura.

Por ocasião da participação nestes dois eventos, o Ministro aproveitou o ensejo para, uma vez mais, reforçar o compromisso de Timor-Leste perante as temáticas emergentes na agenda política regional, nomeadamente nas questões para a segurança regional no que se refere às questões latentes relacionadas com o mar do sul da China, a península da Coreia, o terrorismo e os movimentos migratórios.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação participou no 16.º Diálogo dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Sudoeste Pacífi-



co em Singapura e como enviado especial do Governo da República Democrática de Timor-Leste para o Fórum Económico Mundial sobre a ASEAN em Hanói, Vietname. Assim, no que se refere ao diálogo político, debateram-se assuntos de especial relevância como os oceanos e a economia do mar, alterações climáticas e cooperação marítima; e, no que respeita ao debate económico no contexto global e regional, debateram-se temas como a conectividade, crescimento económico inclusivo e definição de eventuais linhas de cooperação na área de comércio, energia e informação e tecnologia na região.

No que concerne à cooperação com os países da União Europeia, particularmente como Ordenador Nacional do Fundo Europeu para o Desenvolvimento, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, reuniu com o Diretor-Geral para o Desenvolvimento e Cooperação da União Europeia, à margem da Cimeira da CPLP, e presenciou a assinatura dos acordos financeiros do 11.º FED para o Programa PALOP-TL, num montante global de 30 milhões de euros. Em Singapura, reuniu com a Alta Comissária da União Europeia para as Relações Externas e Segurança, onde se abordou a assistência da União Europeia a Timor-Leste, designadamente nas áreas transversais.

Quanto ao mecanismo de gestão e execução da ajuda, no quadro do serviço do Ordenador Nacional e nos termos do Fundo Europeu para o Desenvolvimento, foram realizados o endosso formal do documento de ação para o Programa de Nutrição, no montante de 15 milhões de euros a beneficiar o Ministério da Saúde e a Adenda ao Programa para as Finanças Públicas no valor de 2 milhões de euros, acrescentando o montante alocado de 15 para 17 milhões de euros, para preparação do Programa de Descentralização dos serviços públicos.

O Serviço do Ordenador Nacional, numa iniciativa conjunta com a Organização Internacional do Trabalho e União Europeia, procede ao lançamento da primeira pedra para a construção de dois troços de estradas rurais em Baguia, Baucau, numa mecanismo de financiamento externo no valor de 12 milhões de euros e, em parceria com a Agência de Cooperação Alemã (GIZ), assiste-se ao arranque do projeto que incide sobre atividades agro-florestais em dez (10) sucos, de quatro (4) municípios selecionados, no montante de 13 milhões de euros.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Tendo em vista a implementação da política externa do país, no âmbito das relações internacionais, e na estrita consonância com o





definido em Programa do VIII Governo Constitucional, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação manteve a continuidade no desenvolvimento de um quadro legal conducente ao fortalecimento do setor das Relações Externas e avaliação de competências de funcionários do Ministério para o exercício de funções diplomáticas consonantes com as prioridades estratégicas do VIII Governo, com o estabelecimento de reuniões transversais com o objetivo de avaliar o Estatuto da Carreira Diplomática e o regime de transição, bem como o aferir competências e sensibilizar sobre os direitos e deveres dos funcionários dos Serviços Periféricos Externos, bem como sobre a necessária mobilidade.

Foram iniciados os procedimentos de harmonização de acordos e tratados internacionais que vinculam o Estado de Timor-Leste, apelando-se à sua sensibilização numa linha interministerial e intersetorial, por forma a melhorar a ação do Estado no processo de negociação, assinatura, ratificação, implementação e avaliação de resultados. Nestes termos exige-se um trabalho contínuo de sistematização, no âmbito do quadro regulamentar vigente sobre Tratados Internacionais, por forma a garantir o Ministério como entidade depositária dos documentos relacionados com a assinatura de tratados internacionais, acordos, memorandos de entendimento e protocolos.

Revisão e desenho do plano de formação contínua aos recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, incluindo-se o reforço de competência na língua portuguesa e na língua inglesa.

Plano de implementação da unidade para os assuntos estratégicos e transversais no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.



TUTELA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

Tendo por base o Decreto-Lei N.º 14 /2018 de 17 de Agosto que define a Orgânica do VIII Governo Constitucional, nos termos do artigo 18.º, número 2, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação tem na sua dependência os seguintes organismos da administração indireta do Estado, sobre os quais se descrevem as principais atividades realizadas:

1. Agência de Cooperação de Timor-Leste (ACTL) - no período que compreende o presente relatório a ACTL apoiou as atividades realizadas no âmbito da Resolução do Governo n.º 15 /2018 de 21 de agosto quanto à Nomeação de Um Representante Especial do Governo da República Democrática de Timor-Leste junto do Governo da República da Guiné-Bissau para proceder à identificação das necessidades deste Estado para a realização de eleições livres e democráticas.

2. O Instituto de Estudo Diplomáticos (IED) carece de aprovação de Estatutos e, nos primeiros 100 dias de governação, iniciou-se a adequação para um estatuto de formação de nível terciário, o desenvolvimento de um programa curricular adequado à implementação regulamentada do regime de carreira diplomática e regime transitório, em regime de implementação contínua. Foi desenhado um quadro conceptual para o Plano Estratégico do IED 2019-2022.

3. A Unidade de Missão para o Desenvolvimento Regional Integrado (TIA) no período compreendido no presente relatório, promoveu realização de Reunião Bilateral com a Indonésia em Kupang, a Intercalar com a 9.ª Reunião Trilateral (Darwin) e a nota conceptual para o desenvolvimento do *Business Forum Trilateral*, dedicado à discussão de aspetos específicos entre nos dois países no âmbito da cooperação Trilateral. Durante os encontros descritos foram apresentados as atualizações e principais avanços nas distintas áreas de cooperação nomeadamente: pecuária, turismo, conectividade física (aéreas terrestre marítima e telecomunicações), gestão de recursos hídricos e o estabelecimento e desenvolvimento de um corredor económico transversal à ilha de Timor (Kupang /Lospalos).





CAPÍTULO 7

MINISTÉRIO
DA JUSTIÇA



COMPETÊNCIAS

O Ministério da Justiça é o departamento governamental responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para a área da justiça, do direito e dos direitos humanos e das terras e propriedades, cabendo-lhe, nomeadamente: propor a política e elaborar os projetos de legislação e regulamentação necessários às suas áreas de tutela; propor medidas sobre a definição dos mecanismos de regulação de justiça tradicional e sua interação com o sistema formal, em coordenação com o Ministério da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares; propor e executar as medidas de alargamento do mapa judiciário, em coordenação com o Ministério da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares; propor a definição da política criminal e zelar pela sua implementação e pela boa administração da justiça.



Ficam na dependência do Ministro da Justiça: Centro de Formação Jurídica e Judiciária; Polícia Científica de Investigação Criminal; Defensoria Pública e Comissão para a Supervisão e Monitorização do Cadastro e Implementação do Registo de Bens e Imóveis.



ATIVIDADES

Programas	Atividades
BOA GOVERNAÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL	
Atividades de cooperação desenvolvidas	Visita da Embaixadora dos EUA e Equipa do <i>Millennium Challenge Corporation</i> (MCC) Visita da Embaixadora dos EUA e Equipa de Combate à Corrupção dos EUA Encontro Linha Ministerial com o MNEC Visita do Senhor Embaixador da União Europeia no âmbito da Cooperação com a PCIC Encontro entre o Ministro e o Chefe da Delegação Regional do Comité Internacional da Cruz Vermelha
Atividades regulares, os orçamentos do Estado e a elaboração da Proposta de Orgânica do MJ	Encontro com o Primeiro-Ministro Taur Matan Ruak Participação na discussão sobre a Proposta de Orçamento Geral do Estado de 2018 com carácter de urgência Discussão na especialidade da Proposta de OGE de 2018 junto do Parlamento Nacional que visou a apreciação da incorporação de verbas adicionais ao MJ Retiro para efeitos de realização da reunião do Conselho Consultivo alargado do Ministério da Justiça Reunião no Ministério das Finanças sobre a proposta de Orçamento Geral de Estado de 2019 Participação nas Jornadas Orçamentais com vista a preparação da Proposta de OGE de 2019 Encontro do Conselho Superior da Defesa e Segurança Participação na comemoração do dia da FALINTIL - 43.º Aniversário Atividades de Inspeção e Auditoria do Ministério da Justiça
Gestão financeira e patrimonial e Execução Orçamental via regime duodecimal	
REFORMA LEGISLATIVA E QUADRO LEGAL	
DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS	
ACESSO À JUSTIÇA	
Encontro com o Bispo da Diocese de Díli, Dom Virgílio do Carmo Visita de trabalho junto da Direção Nacional de Registos e Notariado e Direção Nacional de Terras e Propriedades que funcionam junto dos municípios e contou com a participação dos diretores nacionais relevantes e demais Equipa de trabalho Análise de pedidos de Indultos	





REGISTOS E NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO CIVIL

Atribuição de cidadania timorense a 24 pessoas de entre portuguesas e indonésias que se encontrava pendente de decisão

SERVIÇOS PRISIONAIS E REINserÇÃO SOCIAL

Discussão interna junto dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social sobre as atividades prioritárias a incluir no Plano Anual de Ação de 2019

Visita da Ex Primeira-Dama de Timor Leste às prisões

Visita às Prisões de Becora, Suai e Gleno

DIREITOS HUMANOS

TERRAS E PROPRIEDADES E SERVIÇOS CADASTRAIS

EDIFÍCIOS PÚBLICOS



SECRETARIA DE ESTADO DE TERRAS E PROPRIEDADES

Nº.	Programas / atividades	indicadores	Resultados atingidos	observação
1	<p>Disseminação de leis relativas à questão de Terras e Propriedades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei nº. 13/2017: Regime Especial para a Definição de Bens e Imóveis; • Lei nº. 06/2017: Bases de Ordenamento do Território 		A disseminação das leis em processo	
2	<p>Visita oficial de trabalho aos 3 municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aileu; - Ainaro; e - Suai. <p>Com o objetivo de acompanhar a situação do serviço em cada município</p>		O objetivo da visita foi alcançado	
3	<p>Desenvolver a estrutura da DNTPSC, atribuindo assim:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Direção Geral; e • 3 Direções Nacionais 		O desenvolvimento da estrutura em processo	
4	<p>Cooperar com a <i>Millenium Challenge Corporation</i> (MCC) apoiar no processo de disseminação das Leis</p>			
5	<p>Atender os pedidos de arrendamento dos bens imóveis do Estado</p>		Resolvidos os pedidos de arrendamento dos bens do Estado resolvido, com a totalidade de noventa e cinco (95) pedidos	



Nº.	Programas / atividades	indicadores	Resultados atingidos	observação
6	Re-estruturação orgânica da Direção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais (DNTPSC)	Reestruturação orgânica da DNTPSC realizada	A proposta da reestruturação foi submetida ao Ministério da Justiça, aguarda-se a sua aprovação	
7	Diploma Ministerial de avaliação do valor de rendas de arrendamento dos bens imóveis do domínio privado do Estado	O esboço de Diploma Ministerial de avaliação do valor de rendas de arrendamento dos bens imóveis do domínio privado do Estado aprovado	O esboço de Diploma Ministerial de avaliação do valor de rendas de arrendamento dos bens imóveis do domínio privado do Estado foi submetido ao Ministério da Justiça (DNAJL) aguarda a sua discussão e aprovação	
8	Relevantamento e reidentificação de propriedades do Estado no município de Díli	Relevantamento e reidentificação de propriedades do Estado no município de Díli realizado no total de quinhentas (500) parcelas	levantamento e reidentificação de propriedades do Estado no município de Díli, está na fase de preparação técnica e estabelecimento da equipa de relevantamento e de reidentificação	Esta atividade vai ter continuidade
9	Controlar todos os pagamentos de receitas de arredamento de propriedades	A taxa de receitas de arrendamento de propriedade do Estado atinge cerca de seiscentos mil dólares americanos (\$ 600 000,00)	A taxa de receitas de arrendamento de propriedade do Estado recolhidas cerca de novecentos e sessenta e nove mil oito centos e vinte e três dólares americano (\$969 823,00)	Período do mês de julho, agosto e setembro de 2018



DIREÇÃO NACIONAL DE TERRAS, PROPRIEDADES E SERVIÇOS CADASTRAIS

NATUREZA E COMPETÊNCIA

Natureza

A Direção Nacional de Terras, Propriedade e Serviços Cadastrais (DNTPSC) é o serviço responsável pela criação e administração de um sistema de informação relativo ao uso e propriedade de bens imóveis e implementação de um sistema eficiente de gestão do património do Estado.

CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA

O Centro de Formação Jurídica (CFJ) é um organismo dotado de autonomia técnica sob tutela do Ministério da Justiça e que é responsável pela formação e investigação nas áreas da Justiça e do Direito.



POLÍCIA CIENTÍFICA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

A Polícia Científica de Investigação Criminal, abreviadamente designada por PCIC, é o corpo superior de polícia criminal que tem por missão coadjuvar as autoridades judiciárias, desenvolver e promover as ações de prevenção, detecção e investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes, bem como assegurar a centralização nacional da informação criminal e respetiva coordenação operacional e a cooperação policial internacional.

A PCIC está organizada hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça, que a tutela, rege-se pelo Decreto-Lei n.º 15/2014, de 14 de Maio, que define o seu regime, designadamente as suas atribuições, organização, funcionamento, estatuto de pessoal e pelos regulamentos internos e regras deontológicas que criar no âmbito das suas funções e das suas competências.

DEFENSORIA PÚBLICA

A Defensoria Pública é o organismo responsável por prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos cidadãos com insuficientes recursos económicos.





CAPÍTULO 8

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL



COMPETÊNCIAS

O Ministério da Administração Estatal é o departamento governamental responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do poder local, da descentralização administrativa, do apoio às organizações comunitárias, da promoção do desenvolvimento local, da organização e execução dos processos eleitorais e referendários, da promoção da higiene e organização urbana e da classificação e conservação dos documentos oficiais com valor histórico, cabendo-lhe nomeadamente: promover e conduzir o processo de descentralização administrativa e instalação dos órgãos e serviços do poder local.



As atividades prioritárias e os resultados atingidos:

No	Programa/Atividades Prioritárias	Resultados atingidos
A. Direção Geral dos Serviços Corporativos		
1	Elaborar e finalizar o orçamento do MAE de 2018 e 2019	O encontro realizado com autoridades municipais e administradores municipais sobre a elaboração do Plano de Ação Anual (PAA) e orçamento dos Municípios. Foi organizado e finalizado o PAA e orçamento do MAE de 2018, submetidos ao Gabinete do Primeiro Ministro. Organizar e ajustar ao PAA e orçamento do MAE de 2019, segundo a aprovação do CROP. Submissão final da proposta do OGE de 2019 do MAE com o montante de USD 22 483,450 ao Ministério das Finanças.
2	Elaborar e finalizar o plano de implementação para a comemoração do dia 28 de novembro de 2018.	Foi organizado e realizada a cerimónia do dia do Referendo de 30 de Agosto de 2018 em Díli. Foi realizado a terceira reunião sobre a preparação para comemoração do dia 28 de novembro de 2018.



Nº	Programa/Atividades Prioritárias	Resultados atingidos
3	<p>Apresentação sobre elaboração do manual operacional/<i>Standard Operating Procedure</i> (SOP) do MAE que foi elaborado no VI Governo e que não teve aprovação até o final do mandato do VI Governo.</p> <p>A apresentação mencionada teve que passar pela apreciação do Vice-Ministro do MAE para ser aprovado. O manual SOP é um fator muito importante na realização da administração governativa no âmbito do MAE.</p>	<p>Foi finalizada a elaboração do manual ou <i>Standard Operating Procedure</i> (SOP), e aguarda ainda a sua apresentação final no Conselho Consultivo dos Diretores, para ser aprovado pelo Ministro do MAE.</p>
4	<p>Orientação e formação da equipa de elaboração do Plano Estratégico ao Desenvolvimento do Município a Autoridade e Administração Municipal. Este serviço será em coordenação com SAIM.</p>	<p>Foi realizada a coordenação com a Direção Geral de Descentralização Administrativa, para finalizar a estrutura para elaboração/ revisão do Plano Estratégico ao Desenvolvimento dos Municípios.</p> <p>Foi realizada a formação a autoridades locais, direções relevantes e responsáveis do planeamento para elaboração/ revisão do Plano Estratégico ao Desenvolvimento dos Municípios, no município de Aileu, Ermera e Liquiça, com o total de cento e cinco (105) participantes.</p>
5	<p>Avaliação do programa do MAE nos municípios, com o principal foco para as atividades do PNDS.</p>	<p>Avaliação do programa do MAE nos municípios do PNDS, será realizado no mês de novembro de 2018, devido a constrangimentos orçamentais. Será realizado nos municípios de Bobonaro, Lautem e Viqueque, com o principal foco na implementação da Fase II, do Ciclo II, do programa do PNDS.</p>



Nº	Programa/Atividades Prioritárias	Resultados atingidos
6	Formação sobre a política pública, com o tema planeamento, programa e orçamento, monitorização e avaliação do programa e atividades, financiados pela FDCH através do INAP.	Formação sobre a Política Pública e Planeamento, programa e orçamento irá ser realizado em 2019, com a razão de que não há orçamento suficiente. Formação sobre a monitorização e avaliação das políticas públicas/ programas e atividades, será realizada no mês de novembro/ dezembro de 2018, devido a demoras com o sistema de orçamento.
7	Constituída a comissão organizadora para a comemoração do dia nacional 28 de novembro.	Foi organizada e realizada a cerimónia de celebração do dia do Referendo de 30 de agosto de 2018 em Díli. Realizada a terceira reunião sobre a preparação para a comemoração do dia 28 de novembro de 2018.
8	Produção de pacote sobre as atividades do MAE	Pacote sobre as atividades do MAE finalizado e aguarda a sua emissão na RTTL.
9	Lista sobre extensão dos cargos de dirigentes de direção e chefias assinado pelo membro do Governo do MAE.	Foi feita a extensão dos cargos de dirigentes de direção e chefias até dia 31 de dezembro de 2018.
11	Preparação de dados para o plano de recrutamento em 2019 nos municípios, com a finalidade do preenchimento da Estrutura Municipal com base no Decreto-Lei nº 3/2016 de 16 de Março alterado para Decreto Lei n.º 9/2018 de 9 de Abril, segundo orientação do Vice-Ministro do MAE.	Há dois salários para a preparação do preenchimento da Estrutura Municipal até Posto Administrativo com base no Decreto-Lei nº.3/2016, republicado pelo Decreto-Lei Nº.9/2018.



Nº	Programa/Atividades Prioritárias	Resultados atingidos
12	Juntamente com a equipa do Secretariado da Comissão da Função Pública foi feito o levantamento de dados sobre áreas remotas, muito remotas e extremamente remotas com objetivo de articulação do Decreto-Lei n.º 20/2010, 1 dezembro sobre regime de suplementos remuneratórios da administração pública.	Foi feito o <i>tryout</i> ao levantamento de dados nos arredores do município de Díli, agora está em fase de preparação para onze (11)municípios.
13	Formação sobre o plano estratégico e avaliação ao desenvolvimento local no quadro (municipal) e posto administrativo.	Preparação da formação sobre o plano estratégico que irá focar no administrador do posto administrativo, diretores SLAIM e diretores de planeamento municipal, já preparado e submetido ao INAP e FDCH. Aguarda ainda a aprovação do Secretariado da FDCH para poder ser iniciado em breve.
14	Monitorização e capacitação no processo de aprovisionamento aos funcionários dos municípios.	Assistência técnica ao aprovisionamento do município de Ermera sobre o sistema de gestão de contratos.
15	Monitorizar a implementação das leis promulgadas e divulgadas nos municípios	Encontro com autoridades locais dos postos administrativos dos municípios de Ermera, Covalima, Ainaro, Manufahi, Bobonaro, Liquiça, Manatuto, Baucau e Viqueque.
16	Elaborar pareceres legais aos Ministérios	Durante a realização das atividades dos 100 dias, não houve nenhum parecer para Sua Excia Vice Ministro do MAE.



Nº	Programa/Atividades Prioritárias	Resultados atingidos
17	<p>Coordenar e assegurar a relação de serviço entre MAE e a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.</p>	<p>Foi realizado encontro com o Secretário Regional da RAEOA sobre o serviço administrativo e o progresso do desenvolvimento das infraestruturas do ZEEMS e Instalação da infraestrutura aos sucos na RAEOA.</p> <p>Encontro com o Diretor de Recursos Humanos da RAEOA sobre a Política do VIII Governo Constitucional quanto ao planeamento e processo de recrutamento e promoção dos funcionários permanentes da RAEOA.</p> <p>Realizada a reunião para informativa sobre o progresso do serviço central do MAE, no início do mandato do VIII Governo Constitucional.</p>
B. Direção Geral de Descentralização Administrativa		
1	<p>Formação sobre Plano Estratégico e Avaliação ao Desenvolvimento Local aos quadros (municipais) e postos administrativos.</p>	<p>Preparação da formação sobre plano estratégico com principal foco aos administradores dos postos administrativo, diretores SLAIM e diretores de planeamento municipal, já foi preparado e submetido ao INAP e FDCH. Neste momento, aguarda a aprovação do Secretariado da FDCH para ser realizado em breve.</p>
2	<p>Lançamento da primeira pedra para a construção do edifício do Posto Administrativo de Maubara</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou a doação da companhia Jape para construção do edifício do Posto Administrativo de Maubara; Mas, a sua execução não será em breve pois a companhia fornecedora irá ainda fazer revisão do BoQ</p>
3	<p>Revisão ao Plano Estratégico do Desenvolvimento do Município (PEDM).</p>	<p>Foi realizado em 3 municípios e os restantes municípios serão contemplados no ano fiscal de 2019.</p>
4	<p>Finalizado o instrumento sobre avaliação da condição mínima (AKM)</p>	<p>Não se conseguiu a sua realização por falta de recursos para iniciar a sessão de trabalho. Mesmo assim, há coordenação técnica e também progressos na sua preparação para o futuro.</p>



Nº	Programa/Atividades Prioritárias	Resultados atingidos
5	Elaboração e reajustamento do PAA no orçamento para os doze (12) Municípios para 2019.	Realizado, finalizado e submetido ao Ministério das Finanças e Gabinete da UPMA.
6	Atualização de dados monográficos e demográficos nos Municípios e Postos Administrativos	Foi realizado em doze (12) municípios e em sessenta e um (61) postos administrativos Atualização de dados sobre bens e imóveis nos doze (12) municípios, cinco (5) municípios já completaram os dados (Baucau, Covalima, Lautem, Manufahi e Viqueque), e os restantes seis (6) municípios ainda não completaram.
7	Continuação da formação aos membros sobre o PAAS sobre função e a responsabilidade da liderança comunitária e no PAAS, sobre gestão da administração do suco, gestão financeira, cidadania e sobre eliminação da corrupção	Foi realizado nos municípios de Manatuto e Manufahi.
8	Seminário sobre Conselho de Polícia Comunitária, esta atividade em a parceria com a Agência <i>Asia Foundation</i> e o Ministério do Interior e teve o apoio orçamental destas instituições.	A referida atividade atrasou-se pois encontra-se no processo de preparação.
C. Direção Geral de Organização Urbana		
1	Levantamento de dados para numeração de policia ao longo da Avenida de Becora e a Avenida de Restauração	Foi adiada.



Nº	Programa/Atividades Prioritárias	Resultados atingidos
2	A implementação da montagem de cento e trinta (130) placas toponímias em Lautem, oitenta e cinco (85) placas toponímicas em Viqueque e noventa e nove (99) em Ainaro. Total de placas trezentas e catorze (314) placa). Isto inclui o lançamento deste projeto nesses três municípios.	Atividade de montagem de placas nos municípios de Lautem, Viqueque e Ainaro, não foram realizadas por constrangimentos de orçamento.
3	Monitorização das placas montadas em oito (8) municípios (Baucau, Bobonaro, Viqueque, Liquiça, Ermera, Aileu, Manatuto e Covalima)	Foi realizada a monitorização das placas montadas e verificou-se que trinta e duas (32) placas encontram-se em mau estado em quatro (4) municípios.
4	Implementar o Programa de Limpeza de Esgotos nos quatros postos administrativos do Município de Díli	Realizada a atividade e foi feita a transferência para quatro (4) Postos Administrativos no Município de Díli um total de US\$22 498,00 em julho para pagamento de cento e quarenta (140) pessoas para a limpeza de esgotos e quatro (4) camionetas.
5	Lançamento do projeto de Reciclagem de Lixo no Suco de Motael, Município de Díli.	Atividades realizadas com o lançamento do Projeto de Reciclagem de Lixo no Suco de Motael que foi lançada no dia 9 outubro de 2018 pelo Vice-Ministro do MAE e o Secretário Estado do Ambiente.
6	Preparação do concurso para o projeto de melhoramento para a gestão dos resíduos sólidos urbanos para a cidade de Díli.	Atividades realizadas, a DGOU em pareceria com ADB através do <i>transaccional advisor</i> neste momento faz-se a consulta com todas as partes, para preparação do concurso ao projeto de melhoramento da gestão dos resíduos sólidos urbanos para a cidade de Díli.



Nº	Programa/Atividades Prioritárias	Resultados atingidos
7	Lançamento de Plano de Estacionamento de duração limitada em sete (7) zonas no Município de Díli nas Avenidas de 20 de Maio, da Liberdade de Imprensa e a Rua de Bemori	Atividade de Lançamento do Plano de Estacionamento de duração limitada no Município de Díli, adiada.
D. Direção Geral de STAE		
1	Finalização dos relatórios financeiros relativos ao processo eleitoral referente à Eleição Parlamentar antecipada 2018.	Relatório financeiro nacional e municípios do STAE , incluindo a RAEOA, referente à eleição parlamentar antecipada em 2018, já concluído e submetido ao Ministério das Finanças. Processo pagamento de salários pendentes já está em processo e foi regularizada a situação. Atualização da base de dados até o mês de outubro de 2018, com o total de 787 761 eleitores.
2	Elaboração do projeto de livro de memória institucional e compilação de informações, referente ao ciclo eleitoral 2017 (Eleição Presidencial e Eleição Parlamentar) assim como à Eleição Parlamentar Antecipada de 2018.	Versão do livro “Ciclo Eleitoral 2017 - Eleição Parlamentar Antecipada 2018”, finalizado. Neste momento encontra-se em processo de tradução para Tétum e Português e o design gráfico de cada versão.
E. Direção Geral de Arquivo Nacional		
1	Documentos históricos do fundo da administração Indonésia: higiene, identificação, classificação, descritos, organizados e arquivados: por volta de noventa (90) caixas igual a 12,6 metros lineares	Foi identificado, classificado, descrito, organizado e inventariado por volta de duzentos e trinta e quatro mil e trinta e seis documentos 234 36 ML documentos. A partir do mês de julho até setembro foram já classificados, descritos, organizados e inventariadas noventa e quatro (94) caixas por volta 13,16 ML.



Nº	Programa/Atividades Prioritárias	Resultados atingidos
2	Digitalização de documentos portugueses com valor histórico por volta de nove (9) caixas equivalente a 3,74 Metros Lineares	Foram identificados, classificados, descritos, organizados e inventariados por volta de 747 ML de documentos portugueses de arquivo permanente. Estes documentos foram muito consultados pelo público. Neste momento foi já organizado e inventariado e encontra-se já na fase de digitalização para efeito de arquivo eletrónico, desde julho até setembro com o total de sete (7) caixas.
3	Restauração Cartográfica, Mapas, Plantas e documentos. Registo, identificação, higiene, classificação, prensa com entretela e preservação, conserva na mapoteca dez (10) unidades de Mapas e Plantas.	Conservação para planta e fundos da Indonésia através da restauração do laboratório com unidade 14, folhas 133 e unidade 1, folhas 9.
F	Programa de Desenvolvimento do Suco e retorno económico básico (PNDS)	
1	Finalização de projetos a nível dos sucos (Projetos PNDS e construção das casas para oficiais da Policia do Suco (OPS).	Foram finalizadas onze (11) casas para Oficiais da Policia do Suco (OPS) cerca de 3,99% das casas foram finalizadas a sua construção física. Realizou-se a inauguração a nove (9) casas para policias do suco. Participou nesta cerimónia o Comandante Geral da Policia, Comandante Policia dos municípios, Presidente da Autoridade, Administrador dos Municípios, Chefes do Suco, estudantes e comunidades. Realizou-se o encontro entre PNDS e PNTL com a Comissão de Coordenação Técnica sobre a aprovação do Orçamento adicional, para finalizar a construção de casas para OPS.



Nº	Programa/Atividades Prioritárias	Resultados atingidos
1	<p>Finalização de projetos a nível dos sucos (Projetos PNDS e construção das casas para oficiais da Policia do Suco (OPS).</p> <p>(cont.)</p>	<p>Foram realizados dois (2) encontros de continuação entre PNDS e KOICA sobre a proposta de apoio a atividade de implementação no município de Lautem.</p> <p>Foi realizado a Socialização sobre implementação do programa PNDS nos dez (10) sucos.</p> <p>Realizou-se um encontro nacional para descobrir o sucesso alcançado e os desafios enfrentados durante a implementação das atividades PNDS nos treze (13) municípios.</p>
2	<p>Finalização da revisão sobre políticas e guia de implementação do PNDS e jardim infantil (<i>Playground</i>).</p>	<p>Foi concluída a Revisão sobre Políticas e guia de implementação do PNDS e Jardim Infantil.</p> <p>Realizou-se um <i>workshop</i> sobre a socialização da implementação do programa de parque infantil (<i>playground</i>) e vários encontros entre o PNDS e o Ministério da Educação sobre o referido programa.</p> <p>Governo da Nova Zelandia apoiou o orçamento para realizar formação aos funcionários da PNDS sobre política de implementação do parque infantil (<i>playground</i>) com o total cento e cinquenta (150) participantes (50 mulheres e 100 homens).</p>

SECRETARIADO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL (STAE)

Entidade dotada de personalidade jurídica pública e de autonomia técnica e administrativa, sob tutela direta do MAE, responsável pela organização e execução dos processos eleitorais e de consulta e apoio em matéria eleitoral.

ARQUIVO NACIONAL

Entidade dotada de personalidade jurídica pública e autonomia administrativa, sob a tutela direta do MAE, responsável pela recuperação, manutenção e guarda dos documentos históricos e oficiais do país.





CAPÍTULO 9

MINISTÉRIO
DA SAÚDE



COMPETÊNCIAS

O Ministério da Saúde é o departamento governamental responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política definida pelo Conselho de Ministros para as áreas da saúde e das atividades farmacêuticas.

Ficam na dependência do Ministro da Saúde:

- a) Hospitais do Serviço Nacional de Saúde;
- b) Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos, EP, (SAMES);
- c) Instituto Nacional de Saúde; e
- d) Laboratório Nacional de Saúde;



GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO SETOR DA SAÚDE (BOA GOVERNAÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL)

Serviços e Unidades de Saúde de diagnóstico, ponto de situação e *briefing* sobre as atividades em curso, incluindo os principais desafios enfrentados - visitas a cada Direção e Departamento dos Serviços Centrais do MS, HNGV - Hospital Nacional Guido Valadares, Laboratório Nacional; Instituto Nacional da Saúde e ao SAMES.

1. Reuniões de coordenação interna e Conselhos de Diretores para a resolução de assuntos correntes e visitas oficiais de trabalho realizadas aos seguintes serviços desconcentrados:
 - a. Serviço Municipal de Saúde de Liquiça;
 - b. Serviço Municipal de Saúde de Bobonaro;
 - c. Hospital de Referência de Maliana;
 - d. Serviço Municipal de Saúde de Manatuto;



- e. Serviço Municipal de Saúde de Viqueque;
 - f. Serviço Municipal de Saúde de Lospalos;
 - g. Serviço Municipal de Saúde de Baucau;
 - h. Serviço Municipal de Saúde de Ainaro;
 - i. Hospital de Referência de Maubisse; e
 - j. Serviço Municipal de Saúde de Aileu.
3. Apresentação e análise do relatório de execução do OGE 2018 (até 30 de junho), incluindo dívidas pendentes para efeitos de previsão de despesas até final do ano.
 4. Revisão do plano de despesas necessárias no âmbito do OGE 2018.
 5. Visitas oficiais de trabalho realizado aos Serviços de Saúde do Município de Ermera.
 6. Reunião e encontros de coordenação intersetorial e com os parceiros de desenvolvimento – JICA; CCM; BMC; KOICA; Ministério da Educação (Nutrição); SEACLN (Veteranos); SEII (Igualdade e Inclusão).
 7. Realização de uma reunião de coordenação sobre o enquadramento do Programa do VIII Governo Constitucional.
 8. Definição da Matriz Lógica do Plano Quinquenal de Atividades do Setor da Saúde baseada no Programa do Governo para a Saúde. Formato da Matriz definida – falta definir as atividades anuais a serem implementadas e os respetivos indicadores de desempenho.
 9. Estabelecimento da Comissão Técnica para a Revisão do Plano Estratégico Nacional do Setor da Saúde, tendo em conta a Matriz Lógica do Programa do VIII Governo Constitucional para o setor da saúde.
 10. Lançamento do sítio oficial do Ministério da Saúde (*website*). O *layout* do *website* e o conteúdo técnico-programático encontra-se completo, faltando apenas a sua apresentação e aprovação oficial para o devido lançamento durante a primeira semana de outubro.
 11. Seminário de desenvolvimento da Proposta de Atividades do MS para o enquadramento do Envelope Fiscal do Ano 2019, incluindo as Instituições Autónomas do MS.
 12. Visitas de trabalho realizadas por SE Vice-Ministra da Saúde ao Serviço Municipal de Saúde de Covalima e ao Hospital de Referência do Suai.



13. Aprovação interna do novo Estatuto Orgânico do Ministério da Saúde e respetiva submissão a pareceres dos ministérios relevantes.
14. Revisão dos Termos do Contrato Interorgânico de Delegação de Competências às Autoridades Municipais no domínio da saúde – aguarda-se a aprovação da orgânica do MS e MAE para apresentação e submissão do novo Contrato Interorgânico ao MAE.
15. Mapeamento dos Serviços Municipais de Saúde, a fim de se identificar o perfil dos recursos humanos, recursos materiais, infraestruturas de saúde e barreiras físicas existentes com impacto na prestação de cuidados de saúde.
16. O processo de mapeamento dos Serviços Municipais de Saúde está prestes a ser finalizado, faltando apenas harmonizar as informações associada à colocação dos profissionais de saúde e validação dos indicadores de desempenho de saúde a nível dos Postos Administrativos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PRIMÁRIA

1. Realização da Campanha Nacional de Imunização
2. Celebração do Dia Nacional da Saúde.
3. Definição do plano integrado de prestação dos serviços de imagiologia nos CSC de Díli para efeitos de descongestionamento do HNGV.
4. Prestação de serviços de controlo das doenças contagiosas e de controlo dos vetores transmissores das respetivas doenças.

ATIVIDADES REGULARES DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS IMPLEMENTADAS SEM INTERRUPÇÕES

1. Prestação de serviços de controlo de Doenças Não-contagiosas, Saúde dos Idosos e Saúde Mental.
2. Prestação de serviços de Saúde Reprodutiva e Planeamento Familiar.



3. Prestação de serviços integrados de Saúde na Família.
4. Prestação de serviços de saúde infantil, incluindo imunização, controlo do crescimento e fornecimento de micronutrientes.
5. Revisão dos programas chave de controlo de Doenças Não-contagiosas para efeitos de definição da nova orgânica do MS e planeamento orçamental.
6. Desenvolvimento do Plano de Ação Multisetorial para a Prevenção e Controlo de Doenças Não-Contagiosas.
7. Análise e revisão das competências da Equipa Médica Nacional para o Atendimento Exclusivo dos Combatentes de Libertação Nacional por forma a integrar todos os idosos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITALAR

1. Estabelecimento da Comissão Técnica de Desenvolvimento do Pacote Compreensivo de Cuidados de Saúde Hospitalares.
2. Prestação de serviços de diagnóstico e terapêutica, incluindo o do Banco de Sangue.

ATIVIDADES REGULARES DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

1. Prestação de serviços de radiologia;
2. Prestação de serviços de reabilitação física e ortopédica;
3. Prestação de serviços especializados e subespecializados;
4. Prestação de serviços de internamento médico, incluindo o fornecimento de alimentos e nutrição clínica;
5. Atendimento nas urgências e emergências médicas (entre hospitais e dos Centros de Saúde Comunitários para os hospitais do SNS);
6. Audiência com os médicos do Horex de Baucau, para solucionar os problemas identificados; e
7. Apresentação e análise do plano de expansão dos serviços de nefrologia e diálise, oncologia e cardiologia no HNGV e inclusão no OGE 2018 e 2019.



INFRAESTRUTURAS NO SETOR DA SAÚDE

1. Levantamento de dados sobre as condições físicas e materiais dos Postos de Saúde existentes e em falta, tendo em conta as metas traçadas no Programa do Governo sobre no que diz respeito às infraestruturas de saúde - processo integrado no Mapeamento dos SMS;
2. Foram identificados os Sucos que não têm acesso a instalações ou Posto de Saúde, incluindo os Sucos com população superior a mil e quinhentas pessoas e população residente em áreas muito isoladas. Foram, também, identificados Postos de Saúde existentes que não preenchem os requisitos mínimos de acesso a água, saneamento e eletricidade;
3. Reunião com a Equipa de Profissionais de Saúde (representante de cada categoria profissional) e com a Equipa de Engenheiros para definir um padrão/*standard* mínimo de necessidades físicas de cada Unidade de Saúde;
4. Identificação de um Centro de Saúde e de um Posto de Saúde em cada município para servir de referência segundo o padrão definido em termos de infraestruturas (telhados, paredes, portas, janelas, sanitários, aparelhos de ar condicionado, etc), organização do espaço, higiene, água e saneamento, eletricidade, equipamentos médicos básicos e de gestão de lixo (resíduos) clínico - para inclusão no Plano de Ação do OGE 2019;
5. Gestão e distribuição de medicamentos e equipamento médico;
6. Compilação do Relatório de Consumo de Medicamentos em 2016 e 2017, por cada Município e Hospital para proceder ao processo de quantificação das necessidades bianuais para o ano fiscal de 2018 e 2019;
7. Gestão dos processos de licenciamento e de autorização do comércio na área farmacêutica e controlo da qualidade dos medicamentos e produtos farmacêuticos. Estas atividades são da responsabilidade da Direção Nacional de Farmácia e Medicamentos, tendo sido autorizados cerca de cem itens do total de quatrocentas propostas de novos produtos no mercado nacional; registo de uma empresa importadora; duas novas farmácias e quatro extensões de licença;
8. Resolução dos atrasos incorridos com a distribuição de medicamentos e consumíveis médicos para os hospitais e Serviços Mu-



nicipais de Saúde devido à retenção de cinco contentores pelos Serviços Alfandegários; e

9. Desenvolvimento do Guia de Gestão de Produtos Farmacêuticos e Medicamentos Falsos no mercado nacional, o Guia foi desenvolvido com o apoio da Organização Mundial da Saúde, seguindo os padrões técnicos internacionalmente reconhecidos

EMERGÊNCIAS MÉDICAS

Avaliação do processo de emergências médicas para o estrangeiro desde a implementação da Política até ao presente (enfoque na base de dados, nas indicações e no seguimento dos casos referenciados):

1. Transferência de pacientes para tratamento médico no estrangeiro. Desde janeiro a setembro do corrente ano, foram transferidos cerca de cento e trinta e sete pacientes para tratamento médico no estrangeiro. O MS está ainda a processar cerca de vinte pacientes que deverão partir em breve para o Hospital de Sanglah, Indonésia;
2. Definidos os termos de referência e a proposta de nomeação do Adido da Saúde junto do Consulado da RDTL em Denpasar, Bali, Indonésia – para submissão ao MNEC;
3. Elaboração da proposta de Guia de Transferência Médica no país e no estrangeiro (condições, requisitos e monitorização) com base numa avaliação prévia, 80% da proposta de Guia de Transferência Médica está pronta – falta completar os formulários afetos aos procedimentos de gestão das emergências médicas; e
5. Definição do novo projeto de lei que transforma os serviços de ambulância em uma instituição autónoma tutelada pelo Ministério da Saúde.



RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE

Extensão dos Cargos de Direção e Chefia dos Serviços afetos ao MS, em coordenação com a Comissão da Função Pública:

1. Desenvolvimento dos termos de referência para o projeto piloto de Contratação do Sistema de Controlo Eletrónico da Assiduidade nos Serviços Centrais, INS e Lahane;
2. Resolução dos problemas de pagamento em atraso das horas extras no HNGV e outros Hospitais de Referência, incluindo o plano de promoção dos profissionais de saúde integrados ano Regime de Carreira Especial;
3. Extensão do regime de internato profissional até dezembro de 2018;
4. Aprovação da proposta de Protocolo para envio de Bolseiros para a Universidade de Santo Tomás, nas Filipinas;
5. Definição do Plano de Desenvolvimento de Capital Humano – análise sobre os Bolseiros atuais do MS e Plano de Oferta de Novas Bolsas no âmbito do FDCH 2019.;
6. Avaliação de desempenho dos assessores e revisão dos termos de referência para assessoria técnica ao MS;
7. Aprovação dos termos de referência para a implementação do sistema de base de dados referente ao registo eletrónico da força de trabalho;
8. Apresentação da proposta “*Health Workforce Strategic Plan*” para apreciação e aprovação final;
9. O documento está a ser apreciado pelo novo executivo do MS e pondera-se alguns esclarecimentos para revisão do documento aprovação final do mesmo; e
10. Visitas de trabalho junto do Conselho das Profissões de Saúde na Indonésia para o desenvolvimento de padrões de competências necessários à realização dos exames de competência de cada profissional de saúde.





CAPÍTULO 10

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO,
JUVENTUDE E DESPORTO



COMPETÊNCIAS

O Ministério da Educação, Juventude e Desporto é o departamento governamental responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do ensino e da qualificação de todos os níveis de ensino, com exclusão do nível superior, da consolidação e promoção das línguas oficiais, da juventude e do desporto.



Ficam na dependência do Ministro da Educação, Juventude e Desporto: Comissão Nacional do Desporto (CND); Comissão Reguladora das Artes Marciais (CRAM); Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE).

ATIVIDADES

Apesar de todos os desafios, particularmente relativos às limitações orçamentais causadas pelo Sistema Informático de Gestão Financeira (SIGF) relativamente ao regime duodecimal, o Ministério da Educação, Juventude e Desporto (MEJD), durante os 100 primeiros dias de governação, conseguiu alcançar bons resultados, onde se inclui o desenvolvimento de políticas e a elaboração dos planos e dos orçamentos para os anos fiscais de 2018 e de 2019, a produção de algumas reformas legais chave, o fortalecimento de parcerias com parceiros chave e a implementação das principais atividades presentes no programa apresentado no Parlamento Nacional.

Assim, relativamente:

- **Aos documentos orientadores da ação governativa**
 - o Os titulares da pasta da Educação, Juventude e Desporto contribuíram positivamente para a preparação e apresentação do Programa do VIII Governo Constitucional, especialmente nas áreas tuteladas, sendo que o mesmo foi apresentado ao Parlamento Nacional;
 - o Igualmente, preparam e apresentaram o Plano de Ação Anual e o Orçamento Geral do Estado para 2018, o qual foi discutido em



finais de agosto e aprovado em início de setembro ao Parlamento Nacional.

- o Foram iniciados, com sucesso, os preparativos para o processo de desenvolvimento do Plano Setorial da Educação, sendo que é um processo que se encontra em curso.

• **À formulação de enquadramentos legais**

Desde a tomada de posse do VIII Governo Constitucional que têm sido desenvolvidos instrumentos legislativos no sentido de facilitar uma implementação suave e efetiva do Programa de Prioridades na área da Educação e assegurando a sua eficácia e efetividade, pelo que foi:

- o Desenvolvido o Diploma Ministerial que estabelece os Gabinetes dos dois Membros do Governo - Ministra e Vice-Ministro da Educação, Juventude e Desporto;
- o Formulada a Lei Orgânica do MEJD, apresentada ao Conselho de Ministros, em estreita colaboração com outros ministérios e entidades relevantes, sendo que a nova orgânica foi adaptada à nova estrutura do governo e introduzidas pequeníssimas mudanças relativamente à anterior Lei Orgânica do Ministério da Educação e Cultura;
- o Produzido um Decreto do Governo que regula os subsídios atribuídos aos técnicos que participam na preparação dos exames nacionais.

• **À Gestão e Administração**

Foram realizadas atividades extracurriculares, onde se inclui produção e disseminação do manual do Conselho Estudantil que conduziu ao estabelecimento, em dezassete (17) escolas, de estruturas de Conselho Estudantil.

Procedeu-se à preparação das partes relevantes para a implementação do licenciamento das escolas, através da finalização de todos os instrumentos necessários, incluindo formulários.

Liderada pelo Vice-Ministro da Educação, Juventude e Desporto, foi criada uma Equipa Conjunta (diretores, funcionários e assessores) que tem por objetivo agir diretamente no cerne das situações problemáticas. Esta equipa já desenvolveu ações relevantes que permitiu a rápida resolução de problemas, nomeadamente desativação de escolas que não seguem os requisitos mínimos legais, resolução de conflitos e irregularidades em algumas escolas.

Foi realizado ainda com sucesso o Conselho de Coordenação, no qual



participaram a Ministra e o Vice-Ministro da Educação, Juventude e Desporto, os dirigentes centrais do MEJD e os diretores municipais da educação. Foram também realizados mensalmente os Conselhos Executivos, com a participação do Ministro e Vice-Ministro da Educação, Juventude e Desporto, os Diretores-Gerais, o Inspetor-Geral e o Presidente do INFORDEPE.

- **Às Infraestruturas Educativas**

Apesar da não alocação orçamental para desenvolver novas estruturas, foi dada continuidade aos trabalhos já iniciados no passado, com especial atenção para a conclusão dos projetos em curso, podendo referir-se a conclusão da instalação de água canalizada e da instalação elétrica, na Escola CAFE de Same.

Foi também preparada a documentação de desenho, coordenação e assistência técnica para os procedimentos de aprovisionamento e foram submetidos dois projetos à Agência de Desenvolvimento Nacional (Escolas CAFE de Lospalos e Suai), para se iniciarem os procedimentos de aprovisionamento. Continuou-se a responder a pequenas necessidades das escolas que solicitaram reparações menos complexas e que entretanto foram realizadas, no sentido de facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

- **À Inspeção**

Para assegurar a qualidade da educação e a boa governação é necessário garantir que existe um controlo e uma supervisão efetiva e eficiente por parte das entidades relevantes do Ministério da Educação, Juventude e Desporto. Portanto, é necessário continuar a fortalecer a capacidade da equipa de inspeção no sentido de ser capaz de colocar em prática as suas competências, pelo que foram desenvolvidas formações, nomeadamente um *workshop* sobre o Decreto-Lei nº 29 relativo à disciplina dos professores, que contou com a participação de cento e vinte e cinco (125) elementos da equipa de inspeção, de todos os municípios, com o objetivo de dar a conhecer e aprofundar o conteúdo do Decreto-Lei para posteriormente poderem monitorizar e supervisionar o comportamento dos professores dentro das escolas, bem como um encontro de avaliação do trabalho desenvolvido pela Inspeção.

Estas formações vieram a fortalecer as competências da equipa de inspeção que investigou, durante este período, oito (8) ocorrências em várias escolas e que conduziram a sanções.

- **Aos Exames Nacionais**

A preparação para os Exames Nacionais inicia-se logo em janeiro,



apesar de estes decorrem apenas em outubro. Logo após a tomada de posse foi necessário ultrapassar vários problemas, cuja resolução dependia essencialmente da disponibilidade orçamental. Assim, através de vários exercícios conjuntos dos membros do governo juntamente com as direcções e unidades relevantes, foram ultrapassadas com sucesso questões como a necessidade de manutenção das máquinas de impressão, a aquisição de material para impressão, a garantia de pagamento das horas extraordinárias a vários funcionários, entre outros, de forma a garantir que a impressão dos exames fosse concluída atempadamente, para serem distribuídos e realizados dentro dos prazos estabelecidos.

- **Ao Reforço do sistema e da gestão interna**

O VIII Governo Constitucional tem focado os seus esforços na melhoria da boa governação e elevando a capacidade institucional na produção de resultados de qualidade, o que inclui o despacho dos processos de pagamentos e a resolução de questões de aprovisionamento pendentes, onde se incluem as questões relacionadas com a impressão dos exames nacionais, bem como a preparação dos processos para o pagamento das concessões escolares, no sentido de serem executadas rapidamente, assim que o sistema o permitisse.

- **Aos Parceiros de Desenvolvimento**

O MEJD encetou bons contactos com os seus parceiros chave de desenvolvi-



mento, sendo que foram realizadas dois encontros da Ação Conjunta para a Educação em Timor-Leste (ACETL) no sentido de discutir várias questões, incluindo o desenvolvimento do Plano Sectorial da Educação para os próximos cinco (5) anos, o que poderá conduzir a uma possível revisão, no futuro, do Plano Nacional para o Setor Educativo -2030. A elaboração deste plano terá por base o Relatório da Análise ao Setor da Educação, desenvolvido entre finais de 2017 e inícios de 2018. De referir que a ACETL é um mecanismo de coordenação que permite ao MEJD que tutela a área da Educação coordenar, discutir e desenvolver decisões conjuntas no sentido de formalizar certas iniciativas.

Foi dada continuidade ao trabalho conjunto com os vários parceiros de desenvolvimento, incluindo o *Ministry of Foreign Affairs and Trade* (MFAT) da Nova Zelândia, o *Department of Foreign Affairs and Trade* (DFAT) da Austrália, o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua de Portugal, *Korea International Cooperation Agency* (KOICA), várias organizações das Nações Unidas, o Banco Mundial, entre outros, no sentido de liderar o setor e impulsionando os principais recursos para o desenvolvimento da educação.

A organização do encontro anual da SEAMEO-Innotec foi um sucesso, sendo que Timor-Leste foi o anfitrião do evento que se realizou em Díli, em Setembro de 2018 e que contou com a participação dos países membros da ASEAN. No âmbito deste encontro anual, o Ministério da Educação Juventude e Desporto apresentou o uso que faz das Tecnologias de Informação e Comunicação (ITC) nos projetos educativos apoiados pelo MFAT e pelo DFAT, respetivamente através dos programas *Halimar*, *Aprende no Deskobre Susesu* (HANDS) e *Professional Learning and Mentoring Program* (PLMP).

SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE E DESPORTO

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto é o órgão central do Governo que tem por missão conceber, executar, coordenar e avaliar a política, definida e aprovada pelo Ministério da Educação, Juventude e Desporto e do Conselho de Ministros, para as áreas da promoção do bem-estar e desenvolvimento da juventude e desporto.

Assim, entre 22 de junho e 22 de setembro de 2018, esta Secretaria apoiou várias atividades desportivas e relacionadas com a juventude,



nomeadamente:

- A participação de sessenta e quatro (64) atletas nos Jogos Asiáticos, em Jacarta, Indonésia, distribuídos por doze (12) modalidades, a saber futebol (vinte e dois (22) jogadores), voleibol praia (quatro (4) jogadores), natação (um (1) nadador), Taekwondo (seis (6) atletas), Karaté (cinco (5) atletas), Silat (cinco (5) atletas), ténis de campo (dois (2) atletas), ciclismo (quatro (4) atletas), boxe (cinco (5) atletas), atletismo (seis (6) atletas), halterofilismo (quatro (4) atletas) e tiro (dois (2) atletas). O melhor resultado foi a classificação de um 4º lugar na modalidade de Atletismo.
- A participação de trinta e quatro (34) para-atletas nos Asian Para Games 2018, também em Jacarta, Indonésia onde foram conquistadas duas medalhas de ouro e uma de bronze. No *ranking* final, Timor-Leste ocupou o 20º lugar, num total de quarenta e três (43) nações.
- A participação de vinte e oito (28) jovens nos Jogos da CPLP, nas modalidades de futebol, voleibol de praia e Taekwondo. A melhor classificação foi uma medalha de bronze na modalidade de Taekwondo.
- Outras atividades, como a Taça *Suzuki Cup*, com a participação da equipa nacional; a Liga de Futebol Amador (LFA), 1ª e 2ª Divisão.

Com o apoio de doares procedeu à celebração do Dia Internacional da Juventude.

Tutela do Ministério da Educação, Juventude e Desporto

Considerando o Decreto-Lei nº 14/2018 de agosto, que estabelece a Orgânica do VIII Governo constitucional, artigo 4.º, ficam na dependência da Ministra da Educação, Juventude e Desporto o Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE), a Comissão Nacional do Desporto (CND) e a Comissão Reguladora das Artes Marciais (CRAM), sendo que as duas últimas instituições respondem de perto à SEJD.

INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE DOCENTES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (INFORDEPE)

O Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da



Educação, abreviadamente designado por INFORDEPE, é um estabelecimento público dotado de autonomia administrativa e científica, sob a tutela e superintendência do Ministro da Educação, Juventude e Desporto com a competência de promover as áreas relevantes da formação do pessoal docente e dos outros profissionais do sistema educativo.

No âmbito das suas competências, o INFORDEPE continuou as suas atividades que visam o aprofundamento de conhecimentos por parte dos professores, especialmente através da formação. Assim, as atividades de formação de professores continuaram a decorrer normalmente, apesar dos constrangimentos do regime transitório, no sentido de melhoria dos conhecimentos técnicos, capacidades e profissionalismo em várias áreas, incluindo as seguintes formações, algumas realizadas em parceria com outras direções relevantes do MEJD:

- o Formação de Língua Portuguesa Nível A1, abrangendo um total de mil setecentos e cinquenta e quatro (1754) professores;
- o Continuação do Curso de Formação Académica, em parceria com a UNTL, para dois mil setecentos e sessenta (2760) professores contratados;
- o Continuação da implementação do projeto Formar Mais, em parceria com o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, nos doze (12) distritos e na RAEOA, que proporciona formação nas várias áreas disciplinares em língua portuguesa para professores do ensino secundário e formação de língua portuguesa aos professores do 3º ciclo;
- o Continuação da implementação do PLMP, com foco nos professores do Ensino Básico, nos Grupos de Trabalho dos Professores (GTP) e nos Coordenadores;
- o Continuação da implementação do HANDS, que apoia os professores da Educação Pré-Escolar, onde em agosto de 2018 decorreu uma formação sobre a capacidade dos facilitadores para realização de formações;
- o Desenvolvida uma formação, em trinta e uma (31) escolas, para o Ensino Técnico-Vocacional no sentido de apoiar os jovens estagiários na procura de trabalho, através de uma Prova de Aptidão Profissional (PAP), continuando também a elevar as capacidades dos professores através de formação;
- o Realizada uma formação para professores no sentido de melhorar o seu conhecimento sobre educação inclusiva;



- o Realizadas formações sobre atividades de Ciência e Matemática para alunos e professores, em parceria com a *Knua Sentral ba Prátika (KSP)*, em Díli.
- o Produzidas filmagens e gravações audiovisuais, num total de quarenta e duas (42) aulas de ensino à distância sobre as várias disciplinas, no sentido de serem disseminadas pelas comunidades, professores, encarregados de educação.
- o Produzidos e distribuídos trinta (30) conteúdos (gravados e editados no Estúdio Rádio Sapientiae - RS) e quarenta e dois (42) conteúdos divulgados nas dezasseis (16) Rádios Comunitárias no território nacional para facilitar a disseminação de informações às comunidades e professores.

COMISSÃO NACIONAL DO DESPORTO (CND)

Organismo criado pelo Decreto-Lei nº 39/2011, de 21 de setembro, é uma entidade que integra a administração pública desportiva e que junto da SEJD exerce funções fiscalizadoras, de arbitragem desportiva, de resolução de litígios da administração e desenvolvimento do desporto, da promoção da saúde dos desportistas, da promoção do voluntariado no desporto e da organização e coordenação de ações de combate à dopagem, a violência no desporto e aos demais desvios do sistema desportivo.

Apesar do orçamento alocado para a CND, os montantes não foram transferidos durante o período ao qual se refere este relatório, pelo que não foram desenvolvidas atividades relevantes.

COMISSÃO REGULADORA DAS ARTES MARCIAIS (CRAM)

Estabelecida pela lei nº 5/2017, de 19 de abril, a CRAM está sob tutela da SEJD e atua com autonomia técnica com o fim de supervisionar as atividades dos centros, clubes ou escolas quanto ao ensino, aprendizagem e exercício de artes marciais e rege-se por estatutos próprios e pela legislação aplicável.

Apesar do orçamento alocado para a CRAM, os montantes não foram transferidos durante o período ao qual se refere este relatório, pelo que não foram desenvolvidas atividades relevantes.





CAPÍTULO 11

MINISTÉRIO DO ENSINO
SUPERIOR, CIÊNCIA
E CULTURA



COMPETÊNCIAS

O Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura é o órgão central do Governo responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do ensino e da qualificação de nível superior, assim como para as áreas de ciência, da tecnologia, das artes e da cultura.



Ficam na dependência do Ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura os seguintes serviços e organismos: Universidade Nacional Timor Lorosa'e - UNTL; Instituto Politécnico de Betano; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia; Comissão Nacional da UNESCO; Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA); Secretaria do Técnico do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano; Unidade de Implementação da Academia de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais; Comissão de Acompanhamento da Academia de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais; Biblioteca Nacional de Timor-Leste; Museu Nacional de Timor-Leste.

ATIVIDADES

Este relatório identifica as atividades mais relevantes implementadas pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC), nova instituição criada através do Decreto-Lei n.º14/2018, de 17 de agosto, que aprovou a Orgânica do VIII Governo Constitucional.

Por essa razão, destacam-se os seguintes aspetos:

1. Até ao momento, o MESCC não possui orçamento específico para o Ministério, sujeitando-se ao orçamento aprovado em 2017 e implementado pelas direções existentes, desde o VI Governo,



na área do ensino superior e cultura. A execução do orçamento em duodécimos é realizada pelo Ministério da Educação, Juventude e Desporto, no caso das direções da área do Ensino Superior, e pelo Ministério do Turismo, no caso das direções da área da Cultura.

2. Não possui ainda uma lei orgânica própria, pelo que não é possível, até ao momento, ter autonomamente a Direção Nacional de Finanças, de Aprovisionamento, de Recursos Humanos, etc.
3. Não possui instalações próprias, funcionando no edifício do Ministério da Educação, Juventude e Desporto, sendo que a parte da Cultura funciona nas instalações da anterior Secretaria de Estado das Artes e Cultura.

Os aspetos acima identificados, acrescidos da existência de um orçamento de duodécimos, condicionaram a implementação de atividades do MESCC nas áreas do Ensino Superior e das Artes e Cultura. No entanto, apresenta-se seguidamente as atividades desenvolvidas.



ÁREA DO ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

N.º	Atividade Implementada	Descrição do Progresso Alcançado
1.	Programa do VIII Governo Constitucional (área do Ensino Superior)	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborado e apresentado no Parlamento Nacional o Programa VIII Governo Constitucional.
2.	Orçamento Geral do Estado de 2018	<ul style="list-style-type: none"> • Discutida com as diversas direções e apresentada a proposta de OGE 2018 para o MESCC, que foi, posteriormente, aprovado pelo Parlamento Nacional.
3.	Lei Orgânica do MESCC	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborada a proposta de Lei Orgânica do MESCC. • Emitido parecer técnico positivo por parte da Comissão da Função Pública. • Em fase de agendamento no Conselho de Ministros para aprovação.
4.	Criação do Conselho de Reitores	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborado o Diploma Ministerial para aprovar o funcionamento do Conselho de Reitores (Aguarda a aprovação da Lei Orgânica do MESCC).
5.	Acesso e Ingresso ao Ensino Superior Público para 2019	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborado e aprovado por Despacho Ministerial o Manual Operacional do processo de Acesso e Ingresso ao Ensino Superior Público para 2019, estando contempladas 3.131 vagas (UNTL e IPB). • Iniciada a disseminação dos critérios, junto dos alunos finalistas do Ensino Secundário Geral e do Ensino Secundário Técnico-Vocacional. • Realizada cerimónia de início da disseminação dos critérios de acesso e ingresso em Baucau.
6.	Orçamento Geral do Estado de 2019	<ul style="list-style-type: none"> • Realizadas reuniões com as unidades orgânicas do MESCC e nomeada equipa técnica responsável pela elaboração da proposta de OGE 2019. • Iniciada a elaboração da proposta de OGE 2019, em articulação com a UPMA e o Ministério das Finanças.



ATIVIDADES NA ÁREA DAS ARTES E CULTURA

N.º Atividade Implementada	Descrição do Progresso Alcançado
1. Construção de muro e drenagem para iniciar a construção da Biblioteca Nacional.	<ul style="list-style-type: none"> Esta atividade está na fase de conclusão, sendo monitorizada pelos técnicos da Secretaria de Estado da Arte e Cultura e ANPM que regularmente reportam o seu desenvolvimento na reunião da equipa de trabalho, composta por SEAC, ANPM, ADN, ENI e Obras Públicas.
2. Lançamento do Livro “As Uma Lulik de Marobo e de Bobonaro”, em resultado da cooperação com a Comissão Nacional de UNESCO de Timor-Leste	<ul style="list-style-type: none"> O livro resultou da cooperação entre a SEAC e a CN-UNESCO no processo de recolha e da análise de dados culturais, contribuindo para uma publicação final sobre as casas sagradas de Marobo incluindo as que já desapareceram.
3. Elaboração e submissão da proposta da SEAC e a KOICA CIAT (<i>Capacity Improvement and Advancement for Tomorrow</i>)	<ul style="list-style-type: none"> As propostas foram submetidas à KOICA sendo previamente avaliadas pela Unidade de Desenvolvimento e Parcerias do Ministério das Finanças. Foram elaboradas propostas na área de gestão do património cultural e da Academia da Arte e Indústrias Criativas Culturais. O resultado fixo da aprovação será anunciado em meados de 2019.
4. Reforço de Cooperação com a Embaixada de Portugal e a União Europeia.	<ul style="list-style-type: none"> A SEAC apoiou a Embaixada de Portugal nas realizações de atividades culturais, nomeadamente as Oficinas de Danças Tradicionais europeias e o Seminário sobre Arquitetura de Timor-Leste, no âmbito da comemoração do Ano do Património Cultural da Europa. A Secretaria de Estado da Arte e Cultura participou nas oficinas das danças, fez interpretação das músicas tradicionais e participou no seminário com a apresentação da Diretora-Geral sobre as Políticas Nacionais da Secretaria de Estado da Arte e Cultura para preservar o património cultural de Timor-Leste.



N.º Atividade Implementada	Descrição do Progresso Alcançado
5. Participação da SEAC nas atividades de cariz cultural e artístico nos municípios	<ul style="list-style-type: none"> Participação da Secretaria de Estado da Arte e Cultura no Festival Nacional sobre “Turismo Cultural”, em Atauro, na “Feira de Educação da Indonésia”, organizada pela Embaixada da Indonésia, e na Conferência sobre Economia, Turismo, Ambiente, Cultura e ASEAN organizada pela UNITAL.
6. Negociação para obtenção de terreno para futuro Centro Cultural de Liquiçá e do mini museu em Barique, Manatuto.	<ul style="list-style-type: none"> A SEAC efetuou recolha de dados junto a Secretaria de Estado das Terras e Propriedades e da autoridades locais com o objetivo de identificar quais as medidas a implementar para assegurar as condições necessárias à construção do Centro Cultural de Liquiçá e do mini museu em Barique, Manatuto.
7. Encontro Oficial com os Parceiros de Desenvolvimento: PALOP, Camões - Instituto de Cooperação, <i>American Library Congress</i> , USAID	<ul style="list-style-type: none"> Estas reuniões foram realizadas com o intuito de disseminar os programas do VIII Governo para a área da Arte e Cultura e identificar as possibilidades de obter os apoios externos para a implementação dos seus planos de curto, médio e longo prazos
8. Reforço de Cooperação com instituições nacionais para assegurar a implementação do programa do VIII Governo	<ul style="list-style-type: none"> Foram realizadas as reuniões com a equipa da Chega, com os representantes do IOB (<i>Institute of Bussiness</i>), Grupo <i>Kultural</i> Almamor, Grupo Artístico <i>Hadomi</i> Timor com o objetivo de identificar possibilidades de cooperação no futuro





CAPÍTULO 12

MINISTÉRIO DA
SOLIDARIEDADE SOCIAL
E DA INCLUSÃO



COMPETÊNCIAS

O Ministério da Solidariedade Social e Inclusão é o departamento governamental responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da segurança social, assistência social e da reinserção comunitária.

Ficam na dependência do Ministro da Solidariedade Social e Inclusão:

o Instituto Nacional de Segurança Social, IP, o Centro Nacional de Reabilitação, a Comissão dos Direitos das Crianças e a Comissão de Combate ao HIV-SIDA.



ATIVIDADES PRIORITÁRIAS:

Elaboração da Lei Orgânica do MSSI e do organograma

Elaboração da Lei Orgânica com o objetivo de a ajustar às mudanças relacionadas com a nova estrutura, definida com base na Lei Orgânica do VIII Governo Constitucional.

Plano do MSSI para cinco anos (2018 - 2023)

O Plano do MSSI para cinco anos está centrado na Proteção Social, Segurança Social e Solidariedade Social, como guia para definir o Plano de Ação Anual das atividades dos programas específicos para mulheres, crianças, idosos, outros grupos vulneráveis e HIV/ SIDA.

Diagnóstico interno do MSSI

Deu-se início à definição de um diagnóstico interno que tem como objetivo identificar o progresso do serviço das diferentes direções e do desempenho em termos de prestação de serviços pelos funcionários públicos e agentes administrativos no MSSI. Espera-se que este diagnóstico interno possa dar uma resposta na melhoria do desempenho do serviço dos funcionários do MSSI, no futuro.





Implementação do programa e atividades na Direção Nacional de Desenvolvimento Social

Assegurar e promover os direitos e a proteção das crianças, jovens, pessoas com deficiência, ex-reclusos, vítimas de violência doméstica e de violência com base no gênero.

Assistência Social

Assegurar a implementação do programa de assistência humanitária (alimentos e bens), transferência condicional monetária para indivíduos, grupos e instituições.

- a. Bolsa da Mãe;
- b. Coordenação com as instituições relevantes;
- c. Apoio humanitário; e
- d. Assistência a famílias enlutadas.

Distribuição de Material de Construção a Vítimas de Desastres

Assegurar o programa de recuperação a vítimas de desastres através do fornecimento de materiais de construção.

Segurança Social

Proteger os trabalhadores do setor público e privado de riscos sociais substituindo os rendimentos quando o trabalhador atingir a idade de reforma ou quando for vítima de acidente no local de trabalho.

Pagamento aos idosos e às pessoas com deficiência.

Orientar os cidadãos que pela idade ou por serem portadores de deficiência não têm capacidade para trabalhar ou têm maior dificuldade para atingir um nível de vida baixo.



Comissão dos Direitos das Crianças

Promover, defender e salvaguardar os direitos fundamentais e a liberdade das crianças.

Comissão Nacional HIV/SIDA

Prevenir, proteger e sensibilizar todos os cidadãos sobre os riscos da doença HIV/SIDA.

Centro Nacional de Reabilitação (CNR)

O Centro Nacional de Reabilitação, na condição de Instituição Pública tutelada pelo Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão, desenvolve as suas funções na área da fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala, cadeiras de rodas, próteses para pernas e braços e na comunidade de base da reabilitação.

Resultados de implementação dos programas nos Municípios, Postos Administrativos e Sucos e os seus beneficiários

1. Elaboração da Lei Orgânica do MSSI e do organograma

A orgânica do Ministério da Solidariedade Social e Inclusão encontra-se, neste momento, em fase de revisão pelo Decreto-Lei da Orgânica do MSSI n.º 33/2015. Esta revisão está a ser feita e estão previstas algumas mudanças na Direção dos Veteranos e na Proteção Civil. A equipa jurídica do MSSI, no dia 25 de setembro de 2018, enviou aos ministérios relevantes esboço da lei orgânica do MSSI para comentários e pareceres. De acordo com a calendarização, no dia 1 de outubro será enviada ao Conselho de Ministros para apreciação. Esta Lei orgânica é muito importante para a elaboração do orçamento geral do estado (OGE) para o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão para o ano de 2019.

2. Plano para Cinco Anos do MSSI (2018 - 2023)

3. Diagnóstico interno do MSSI

a) Identificação de problemas e lacunas na área da gestão e manutenção de edifícios/infraestruturas, transportes e comunicações. Por um lado, verificam-se os aspetos de gestão dos edifícios/infraestruturas na área de serviço do MSSI. Procura ter-se em consi-



deração o plano, gestão e manutenção dos edifícios para facilitar o bom serviço dos funcionários.

Por outro lado, considera-se também a gestão dos armazéns de cada município, identificam-se os centros de evacuação e as casas-abrigo. Neste âmbito, a importância destes edifícios é a de se poder fazer atendimento social de forma efetiva, eficás, com dignidade para aumentar a dignidade das vítimas como pessoas certas e imagem de Deus. Neste aspeto, outra parte importante é a de dar atenção às facilidades/equipamentos de serviço, transporte e comunicação.Observar e identificar as facilidades de serviço dos técnicos nos Postos Administrativos, Sucos e Aldeias. Como funcionam as linhas de coordenação, comunicação e as relações de serviço entre as áreas remotas e o nível nacional.

- b. Identificar problemas e lacunas na área da estrutura organizacional.

Neste sentido, dar atenção à identificação de desafios na área da gestão da organização no que diz respeito à capacidade institucional de conceção e execução de todos os programas no âmbito do MSSI. A equipa também deu atenção específica à identificação de desafios no funcionamento efetivo da comunicação, inclusive na identificação de desafios nos meios de comunicação do MSSI relativamente à gestão de dados eletrónicos e de divulgação de informação eletrónica e impressa sobre as atividades levadas a cabo pelo MSSI, e como melhorar.

- c. Identificar problemas e lacunas na área de implementação de programas.

A equipa fará uma revisão das normas e procedimentos de forma a assegurar a implementação de diferentes programas nas direções nacionais, departamentos, unidades, centros de solidariedade social, inclusive dos serviços sociais descentralizados. Está incluída neste aspeto a identificação de desafios relacionados com o planeamento, a gestão de programas, a execução do orçamento, a monitorização e avaliação. A identificação de desafios relacionados com o sistema de recolha de dados quantitativos e relatórios, e como melhorar. Identificação de desafios relativos aos pagamentos pendentes no banco de subsídios de Apoio a Idosos e Inválidos e da Bolsa da Mãe.

- d. Identificar problemas e lacunas na área da gestão dos recursos humanos.

Neste âmbito, a equipa dará atenção à identificação de proble-



mas e lacunas sobre o destacamento de funcionários, inclusive a questão da avaliação de desempenho, formação e processos disciplinares que os funcionários, que cometem irregularidades, enfrentam e como melhorar. Quando é necessário para a importância de assegurar o bem-estar dos funcionários.

O processo de elaboração de relatórios de diagnóstico preliminares já atingiu os 85%. Foi feito o lançamento de um relatório preliminar no início do mês de outubro de 2018.

4. Implementação do programa/atividades da Direção Nacional de Desenvolvimento Social

a. Programa de apoio a Instituições de Solidariedade Social

Esta atividade foi realizada de forma a apoiar Instituições de Solidariedade Social:

Estabelecimento de uma equipa técnica e avaliação de propostas de ISS para 2018. A equipa avaliou um total de trinta e seis (36) ISS que têm acordo com o MSSI. A avaliação focou-se mais na proposta que cada instituição endereçou ao MSSI para consideração. Como resultado da avaliação destas trinta e seis ISS, a equipa decidiu que trinta e uma (31) preenchem os requisitos para obtenção de apoio orçamental para a implementação dos programas.

b. Programa de atendimento social a crianças e a mulheres

As atividades realizadas no âmbito deste programa foram as seguintes:

- Acompanhamento do processo de recuperação/reintegração de crianças em risco e em perigo (vítimas de abuso/violação sexual, abandono, violência física). Foram identificadas vinte (20) crianças vítimas (doze (12) raparigas e oito (8) rapazes), a partir do relato de cada Município (Díli, Ermera e Baucau) receberam apoio pontual resolução dos seus processos de recuperação para poderem voltar a viver com as respetivas famílias. As crianças em risco e em perigo receberam a proteção da família e da comunidade.
- Acompanhamento dos processos de reabilitação e recuperação/reintegração social para crianças em conflito com a lei. Esta reintegração foi feita para um total de trinta e dois (32) jovens e para treze (13) crianças na Prisão de Becora (todos rapazes). Foram reintegrados nas famílias nos Municípios de Díli e Baucau. As crianças, em conflito com a lei, identificadas e referenciadas por cada município receberam apoio pontual no seu processo de recupera-



ção para poderem viver com as respetivas famílias.

- Apoio a quinze (15) mulheres em risco e vítimas de violência com base no género e violência doméstica, nos Municípios de Manatuto e Aileu. Garantir a assistência e serviço social a mulheres e a vítimas de VBG. As vítimas receberam apoio de recuperação para as suas necessidades mais urgentes e imediatas.
- Acompanhamento social a vítimas de tráfico humano. Garantir a assistência e serviço social a vítimas de tráfico humano doméstico e estrangeiro. Este atendimento foi feito a duas 2 pessoas de Timor-Leste (Díli) e da Indonésia, através de um serviço de parceria entre o MSSI e o PRADET de Timor-Leste.
- Acompanhamento social a pacientes de famílias pobres. Garantir acompanhamento social a vinte e cinco (25) pacientes vulneráveis em Díli, Ainaro, Bobonaro, Manatuto e na RAEOA.

5. Assistência Social

a. Programa de Bolsa da Mãe

Assegurar a implementação do programa a beneficiários da Bolsa Mãe (subsídio de apoio condicional) através da Direção Nacional de Assistência Social (DNAS) com as seguintes atividades:

Atendimento do Programa de Beneficiários da Bolsa da Mãe

- A equipa da Bolsa da Mãe e a equipa de estagiários da SEFOPE realizaram o trabalho de inserção de dados sobre os beneficiários da Bolsa da Mãe no Sistema SIGAS no Gabinete da DNAS.
 - Os dados inseridos durante os 100 dias de atividade já atingiram quarenta e quatro mil e oitenta e quatro (44.084) beneficiários da Bolsa da Mãe que estão agora em processo de verificação para se poder identificar corretamente o número total de beneficiários que têm mesmo direito a este apoio. Nesse sentido, revê-se os dados para que o governo possa realizar o pagamento em breve.
- ### b. Coordenação com instituições relevantes
- Relativamente ao problema de dados, a DNAS realizou um encontro de coordenação com instituições relevantes, tais como o Ministério da Administração Estatal (MAE), o Ministério das Finanças (MF) e o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL), com o objetivo de melhorar o mecanismo de pagamento com base nos dados já verificados pela equipa de verificação da DNAS.



- Tendo em consideração estes passos, o progresso do programa já atingiu quase 70%.

c. Apoio Humanitário

- Do número de atendimentos de propostas da comunidade, três (3) foram aprovadas pelo Diretor da DNAS.
- Foi feito atendimento a duas (2) famílias vulneráveis do Município de Díli
- Foi dado apoio a orfanatos e a vulneráveis no Município de Aileu
- Foi dada assistência humanitária, através da distribuição de cento e quatro (104) sacos de arroz, seis (6) lonas, em nove (9) Municípios;
- Foi feito o atendimento de propostas da comunidade em relação a pessoas com doenças mentais, no Suco Camea, Município de Dílli, Posto Administrativo de Cristo Rei, Suco Camea;
- Recebida a proposta da Comissão Organizadora da Atividade de Diálogo no Município de Díli - Suco Comoro.
- Recebida a proposta da Comissão Organizadora da Atividade de Retiro THS THM;
- Recebida a proposta do Corpo de Escuteiros Católicos do Agrupamento de São José Aimutin;
- Recebidas propostas de pessoas vulneráveis do Município de Ainaro;
- Recebidas propostas de três (3) pessoas vulneráveis do Município de Díli;
- Recebidas propostas de pessoas vulneráveis do Município de Liquiçá.

d. Assistência a famílias enlutadas

- Assistência de caixões para duzentos e oitenta e dois (282) falecidos num total de: US\$ 34 070,00 e assistência de carros funerários de Díli para os Município.
- Transporte de um total de duzentos e noventa e seis (296) falecidos, vinte e três (23) apoio em transporte, vinte e três (23) restos mortais num



total de trezentos e dezanove (319) transportados com um orçamento para viagens locais e motoristas de: \$ 12 860,00;

- Assistência de carros funerários em Díli para transporte de falecidos do Hospital, Clínicas, de Casa e de Casa para o Cemitério, num total de cento e sessenta (160);
- Assistência a três (3) bebês falecidos de famílias desconhecidas, num total de US\$ 1 000,00.

6. Distribuição de Material de Construção a Vítimas de Desastres

A Direção Nacional de Gestão de Riscos de Desastres tem como função fundamental assegurar a gestão de risco de desastres em Timor-Leste, para poder criar políticas, programas, planos, estratégias de ação de resposta a desastres, através de mecanismos de coordenação com todos os departamentos e entidades, no âmbito da Gestão de Risco de Desastres.

Relativamente à execução de atividades da DN-GRD durante 100 dias, desde o mês de Junho até ao mês de Outubro de 2018, a DN-GRD realizou as seguintes atividades:

- a. Formação e exercícios de resposta a emergências às autoridades locais e para os setores relevantes nos Postos Administrativos de Maubisse, Hatubuilico, Ainaro Vila e Hatoudo, no Município de Ainaro;
- b. Dados de vítimas de desastres em 2017 fixos no sistema SIGAS que ainda não foram atendidos, e os que foram aprovados para execução são os seguintes: no Município de Manufahi um total de cento e vinte e quatro (124) chefes de famílias vítimas, no Município de Lautém cento e quarenta e dois (142) chefes de famílias, no Município de Ermera cento e oitenta (180) chefes de famílias, no Município de Covalima cento e catorze (114) chefes de famílias, no Município de Liquiçá cento e dez (110) chefes de famílias, no Município de Aileu trinta e seis 36 chefes de famílias, no Município de Díli dez (10) chefes de famílias, no Município de Bobonaro duzentos e trinta (230) chefes de família e no Município de Baucau cinquenta e seis (56) chefes de famílias. Num total de novecentos e trinta (930) chefes de famílias vítimas desastres em oito (8) municípios que a DN-GRD, entre Janeiro a Julho inseriu no sistema SIGAS. Faltam registar dados de vítimas de outros cinco (5) municípios que ainda não deram entrada na DN-GRD;
- c. Os dados das vítimas de desastres em 2018 já inseridos no SIGAS



mas ainda não produzidos por falta de orçamento correspondem a mil duzentos e nove (1209) chefes de famílias.

- d. Com base nos dados das vítimas de desastres em 2017 já descritos em cima, o Departamento de Emergência continuou a executar a distribuição de material de construção que inclui “alimentos e bens”, apoio de emergência tal como colchões. As vítimas de desastres e famílias pobres nestes municípios tornaram-se prioridade neste período dos 100 dias. No município de Covalima a distribuição de material de construção para vítimas de desastres no Centro de Solidariedade Social e Inclusão do Município de Covalima, três (3) Postos Administrativos: posto administrativo de Suai Vila - dez (10) chefes de famílias, posto administrativo de Maucatar - seis (6) chefes de famílias e posto administrativo de Fatulilik - um (1) chefe de família, num total de dezassete (17) chefes de famílias beneficiárias apoiadas. A distribuição de alimentos e de bens a comunidades pobres, vítimas de desastres e com doenças mentais no município de Díli, Suco de Lahane.

7. Segurança Social

a. Regime Contributivo

1) Esboço da Estratégia Nacional de Proteção Social - Timor-Leste 2018 - 2030

A proteção social corresponde a um pacote de políticas públicas cujo objetivo de principal é proteger as pessoas e garantir um padrão de vida mínimo. Daí que os objetivos da proteção social sejam:

Proteger as pessoas de riscos económicos e riscos sociais durante toda a vida;

- Prevenir e lutar contra a pobreza;
- Garantir que todos podem dar resposta a necessidades pessoais básicas;
- Garantir que todos têm acesso a assistência social essencial (cuidados de saúde, educação, casa, casas para idosos ou centros de cuidados para idosos e para crianças, centros de educação, centros sociais para a comunidade);
- Garantir que todos têm um nível de rendimento mínimo, que permite viver com dignidade;



- Contribuir para a paz social;
- Contribuir para o desenvolvimento económico (garantir o nível de rendimento mínimo, que permite reforçar a estabilidade das compras e a capacidade de consumo, importante para a atividade empresarial e para produzir riqueza nacional).

A Proteção Social é como um sistema composto por três componentes principais;

- Segurança Social – cria direitos e implica a segurança social contributiva e a segurança social com base no cidadão (não contributiva).
- Assistência Social – garantida pelo Estado de acordo com a capacidade existente nos serviços.
- Serviço Social – orienta a provisão de assistência essencial como educação, caixão, saúde e outro tipo de assistência social.

2) Esboço do Decreto do Governo para a Remuneração dos Órgãos do Instituto de Segurança Social (INSS)

Este decreto determina a remuneração do Presidente e do Diretor Executivo do Instituto Nacional de Segurança Social, assim como um valor senha de presença a atribuir aos outros membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal.

3) Esboço da Resolução do Governo para a Nomeação do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

O Conselho de Administração é composto pelo Presidente, por dois vogais e dois outros representantes dos parceiros sociais nomeados pelo Conselho de Ministros para um mandato de três anos, renovável por igual período.

- 4) Elaboração do fluxograma e mapeamento de processos.
- 5) Elaboração da Circular-Procedimento de retenção de 4% de contribuição social dos trabalhadores do setor público.
- 6) Aprovação do OGE de 2018, 13,7 milhões para Pagamento de 6% correspondente à parte do Estado como entidade empregadora.
- 7) Aprovação do OGE de 2018, 5,6 milhões para a contribuição de 4% dos trabalhadores do Estado que paga o Estado para os meses de janeiro até agosto de 2018. Retenção na fonte dos salários dos trabalhadores do setor público a partir de setembro de 2018.
- 8) Recolha da contribuição do setor privado, um montante de: \$ 870 344,25.



- Foram realizados encontros com os responsáveis dos recursos humanos de todos os Ministérios.
- Conclusão do processo de inscrição na Segurança Social.
- Verificação das listas com as informações necessárias para enviar ao Ministério das Finanças para se proceder à retenção.

9) Assegurar o pagamento rápido eficaz das prestações.

Regime Transitório da Segurança Social (valor acumulado):

- Pensão de Velhice: 600;
- Pensão de Sobrevivência: 823;
- Pensão de Invalidez: 5;

Regime Contributivo de Segurança Social:

Parentalidade:

- Subsídio de Maternidade: 46
- Subsídio de Paternidade: 47
- Subsídio de Morte: 3

10) Serviço de Atendimento de Segurança Social

Conclusão de procedimentos para a Segurança Social:

- Recibo de entrega de requerimentos;
- Registo da Declaração de Remuneração;
- Registo de recebimento de requerimentos e documentos;
- Registo de pedidos de inscrição;
- Registo de pedidos;
- Atendimento de um total de mil e vinte e dois (1 022) clientes entre julho e 21 de setembro.
- Investimento na expansão da cobertura do Regime de Segurança Social
- Conclusão do Guia de Provisão para a Velhice, Invalidez, Parentalidade e Morte;
- Elaboração de um vídeo sobre o assunto – concluído e aprovado.

11) Elaboração do Relatório de Atividades e Contas

- Elaboração do relatório de atividades e contas de 2017.
- Elaboração do plano e orçamento da Segurança Social para 2018.

b. Regime Não Contributivo



Subsídio para Idosos e Inválidos:

1) Subsídio para idosos: 89 123 USD;

2) Subsídio para inválidos: 7 936

8. Comissão dos Direitos das Crianças

As atividades que realizadas nos 100 dias foram as seguintes:

- Preparação do esboço do estatuto orgânico para a CNDC para melhorar a prestação de serviços na área da promoção dos direitos das crianças.
- Audiência com a Comissão F para apresentar a visão, a missão e a implementação de programas.
- Monitorização e acompanhamento, no Ministério Público, de quatro (4) casos de violência para com crianças, para conhecer o processo e os processos legais de violência em relação a crianças.
- Encontro com a Agência UNICEF (preparação do plano estratégico para 2020 - 2024).
- Encontro com os Ministérios relevantes e com a sociedade civil para a preparação do dia internacional da Convenção dos Direitos da Crianças /CDC dia 20 de novembro 2018).

9. Comissão Nacional HIV/SIDA

Durante os 100 dias do VIII Governo Constitucional, a Comissão Nacional de Combate ao HIV - SIDA de Timor-Leste (CNCS-TL), conseguiu realizar as seguintes atividades:

a. Município de Díli;

- Formação do pessoal de saúde no Posto Administrativo de Ataúro;
- Seminário para estudantes da UNTL no Salão da Igreja Hossana - Bebora;
- Campanha de disseminação de informação para estudantes da Escola Secundária FINANTIL, em Aimutin;
- Campanha de disseminação de informação para estudantes da escola de Hospitalidade, em Becora;
- Debate interativo na Rádio e na TV (GMNtv);
- *Spot* de televisão e rádio;
- “Talk-show” na Rádio Metro-FM;

b. Município de Covalima;

- Seminário conjunto com a Polícia de Imigração e com as autoridades locais no Município de Covalima;



- Encontro de avaliação com os conselheiros e com pessoas portadoras de HIV-SIDA, no hotel Dragon Suai.
- c. Município de Bobonaro;
- Seminário conjunto com a Polícia de Imigração para a Comunidade e autoridades locais no Município de Bobonaro;
 - Encontro de avaliação com o conselheiro e com sobreviventes do HIV-SIDA, em Maliana.
- d. RAEOA / Oe-Cusse;
- Seminário conjunto com a Polícia de Imigração para toda a comunidade da RAEOA;
 - Encontro com a coordenação e com o conselheiro e com o pessoal de saúde da RAEOA;
- e. No município de Aileu foi levado a cabo um encontro de avaliação com o conselheiro e sobrevivente de HIV-SIDA em Aileu;
- f. O município de Manufahi realizou um encontro de avaliação e aconselhamento para as pessoas que vivem com o HIV-SIDA em Same;
- g. O município de Liquiçá dá apoio em termos de alimentação a vítimas do HIV-SIDA que estão a descansar na Casa de Recuperação de Saúde - Tibar;
10. Centro Nacional de Reabilitação (CNR);

O Centro Nacional de Reabilitação, como Instituição Pública, de acordo com o Decreto-Lei no 37/2012 de 1 de agosto, sob administração indireta do Estado. O Centro é tutelado pelo Ministério da Solidariedade Social e Inclusão.

A prestação de serviços do Centro Nacional de Reabilitação passa pelo atendimento na área da fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala, cadeiras de rodas, próteses de pernas e braços e a reabilitação no seio da comunidade.

As atividades de sensibilização no âmbito da reabilitação de pessoas portadoras de deficiência. De junho a agosto foi realizada a socialização na RAEOA, a monitorização e sensibilização no município de Liquiçá e a sensibilização de famílias de pessoas com deficiência no CNR, um total de duzentas e quarenta e sete (247) pessoas.

C. Orçamento executado (de julho a setembro de 2018)

Foi executado um orçamento total de 41 125 017.99 USD (taxa de execução de 72%) de acordo com a seguinte descrição:



- Despesas de salários e vencimentos: 438 920.97 USD (taxa de execução de 93%);
- Despesas com bens e serviços: 740 499.86 USD (taxa de execução de 47%)
- Despesas com capital de desenvolvimento: 22 472.98 USD (taxa de execução de 35%);
- Transferências públicas: 39 923 124.18 USD (taxa de execução de 72%), executadas da seguinte forma:
 - Pagamento de Pensão aos veteranos: 21 799 087.25 USD
 - Pagamento de Subsídio aos Idosos e aos Inválidos: 17 241 150 USD
 - Pagamento de pensões a pensionistas: 753,986.83 USD
 - Pagamento às ISS: 128 900.10 USD





CAPÍTULO 13

MINISTÉRIO PARA OS ASSUNTOS DOS COMBATENTES DA LIBERTAÇÃO NACIONAL



COMPETÊNCIAS

O Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional é o departamento governamental responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para os assuntos dos antigos Combatentes da Libertação Nacional.

Fica na dependência do Ministro para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional, a Comissão de Homenagem, Supervisão do Registo e Recurso dos Combatentes da Libertação Nacional.



SECRETARIA DE ESTADO DOS ASSUNTOS DOS COMBATENTES DA LIBERTAÇÃO NACIONAL

Considerando que a Constituição da República Democrática de Timor reconhece e valoriza a resistência secular do Povo Maubere contra a dominação estrangeira e o contributo de todos os que lutaram pela independência nacional. Reafirmando a vontade de homenagear todos os Combatentes da Libertação Nacional, pela dedicada e honrosa participação na luta pela Independência Nacional;

Sublinhando a valorização e o reconhecimento público da Resistência Timorense e da preservação da memória coletiva, concretizadas na atribuição de comendas em cerimónias públicas solenes, o VIII Governo Constitucional, através da sua Orgânica aprovada pelo Decreto n.º 14/2018, de 17 de agosto, cria o Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional, que é o órgão central do Governo que tem por missão conceber, executar, coordenar e avaliar a política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros para as áreas dos assuntos dos combatentes da Libertação Nacional, para os próximos cinco anos de Governação.



A questão dos Combatentes da Libertação Nacional tem sido, desde a restauração da independência, uma prioridade para o Estado timorense, assumindo sempre um lugar prioritário nos programas dos seis Governos Constitucionais que até ao momento estiveram à frente do destino do país.

O Estatuto resolve a difícil questão de quem deve ser considerado Combatente da libertação nacional, no movimento de resistência que incluía muitas células clandestinas semiautónomas, e que dependia fortemente das comunidades de apoio não formais.

O preâmbulo do Estatuto estabelece as três dimensões que as políticas públicas dirigidas aos Combatentes da Libertação Nacional devem incorporar: 1) O reconhecimento e a valorização, que constituem a dimensão moral; 2) A proteção social ou socioeconómica, que traduz a dimensão solidário-retributiva; 3) A preservação de memória que reflete a dimensão da conservação e disseminação dos valores e feitos da resistência contra a ocupação estrangeira.

ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS

As principais atividades	Resultados alcançados
Encontro com a ex-Ministra da Solidariedade Social e ex-Secretário de Estado dos Veteranos	Entrega do relatório de atividades e passagem de responsabilidades ao novo membro do governo com a tutela dos veteranos.
Encontro com os funcionários da Direção Nacional para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	Encontro com todos os funcionários vinculados à direção nacional para definir orientações e normas do novo ministério, assim como informar sobre as possíveis mudanças que possam ocorrer da nova orgânica do ministério.
Encontro com a Ministra de Saúde em exercício	Definição de formas de coordenação e melhoria do serviço, nomeadamente, na unidade de prestação de serviços de saúde na prestação de consultas aos Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional (VCLN).



As principais atividades	Resultados alcançados
Inauguração do sítio histórico da II Guerra Mundial e Resistência Armada	Cerimónia de inauguração do memorial do sítio histórico em Labalou, Ossu. Esta iniciativa dos Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional do Posto Administrativo de Ossu. A cerimónia contou com a participação de Veteranos e Combatentes da Libertação da Região 1, 2, 3, 4 e Região Autónoma e 12 Veteranos da Austrália do programa <i>'Timor Awakening/Despertar em Timor'</i> .
Celebração do 20 de agosto em Dare, Ainaro	Comemorações das FALINTIL, relacionadas com o levantamento do dia 20 de agosto de 1982, em Dare, Posto de Hatu-Builico, Município de Ainaro. O evento foi organizado pelos Veteranos do Município de Ainaro.
'Timor Awakening/ Despertar em Timor'	Deu continuidade e apoio ao <i>Taskforce</i> dos Veteranos para os Assuntos do Interesse Nacional para participarem no programa de <i>'Timor Awakening/Despertar em Timor'</i> , acompanhando 22 Veteranos da Austrália, incluindo um Veterano da II Guerra Mundial, visitando locais de valor histórico relacionados com a II Guerra Mundial nos Municípios de Manufahi, Aileu, Ainaro, Liquiça, Ermera, Balibo e Bobonaro. O programa <i>Timor Awakening</i> é uma iniciativa conjunta da <i>"Veterans Care Association"</i> , da RSL Queensland e do Gabinete do Primeiro-Ministro - surge no sentido de dirigir os problemas enfrentados pelos veteranos australianos em situações pós-guerra. Timor-Leste foi o país escolhido como um lugar de possível cura psicológica para os Veteranos australianos, com problemas de stress, sobretudo para aqueles que estiveram cá no período da INTERFET.
Seminário sobre o Massacre de Craras, 17 de setembro de 1983	Seminário sobre o massacre de Craras, 17 de setembro de 1983, no Suco de Bibileo, na Vila de Viqueque. O SEACLN foi o principal orador neste seminário com o tema: "Kondisaun Polítika ba Vitima Masakre 1975-1999 iha Timor-Leste".
Inauguração do monumento Angelino Brites "Mesak" em Ermera	Inauguração do monumento como forma de valorizar o contributo prestado por estes combatentes à luta da libertação nacional.
Documentos legais	Procedeu-se à elaboração do projeto de Lei da orgânica do Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional, e aguarda-se a discussão em Concelho de Ministros.



As principais atividades	Resultados alcançados
Coordenação com a UPMA	Foi elaborado o plano de ação anual para o ano de 2018 e 2019 para Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional, com base no plano de 5 anos elaborado pelo Ministério, tendo sido já definidas as prioridades anuais. Em coordenação, também, com a UPMA, foi também elaborado o orçamento para o ano de 2018 e encontra-se na fase terminal a preparação do orçamento para o ano fiscal de 2019.
Execução do Orçamento	O orçamento em regime duodecimal para 2018 foi executado e deu-se início à elaboração do orçamento para 2019. No decorrer deste período, de 22 de junho a 22 de setembro do corrente ano o orçamento executado pelo MACLN foi USD\$ 14.663.448,40
Validação de Combatentes, Veteranos e Mártires da Libertação Nacional	No conjunto dos oito editais de validação do 1º período de registo (2003-2005), publicados até à presente data, foram validados e reconhecidos como Combatentes, Veteranos e Mártires da Libertação Nacional 70.549 (92,7%). Do total dos 76.068 pedidos de registo, foram validados 15 figuras proeminentes (PERD), 232 Veteranos com 20 a 24 anos de dedicação exclusiva (PER1), 608 Veteranos com 15 a 19 anos de dedicação exclusiva (PER2), 16.875 Combatentes com 8-14 anos de dedicação exclusiva (PSid), 451 Combatentes incapacitados de guerra (PSinc), 25.919 Combatentes com 4-7 anos de dedicação exclusiva (PPU), 14.208 Mártires (PSv), 11.052 Combatentes com 0-3 anos de dedicação exclusiva (CLN <4), 2.863 Combatentes falecidos durante o período da luta mas não Mártires (Não Mártires), 1.248 pedidos de registo como Não Combatentes (Não CLN), 1.514 pedidos de registo que ficaram pendentes e 1.084 registos repetidos. A CHSRR recebeu até à presente data 9.931 reclamações/contestações sobre as validações de dados, das quais foram tomadas 5.229 decisões sobre as reclamações/contestações.



As principais atividades	Resultados alcançados
<p>Validação de Combatentes, Veteranos e Mártires da Libertação Nacional</p> <p>Cont.</p>	<p>Existem ainda 4.702 reclamações/contestações sobre as quais foram tomadas quaisquer decisão, sendo que 90% destas reclamações são referentes à última validação de dados ocorrida em dezembro de 2014. Não foi tomada qualquer decisão pelo motivo de que estes dados validados no edital de 2014 são resultado dos recursos feito pelos ex-quadros da resistência compostos por elementos representativos da FA e FC, desde o nível nacional até à base. Visto que as reclamações confrontam os dados validados pelos ex-quadros da resistência (todas elas assinadas por 6 membros dessas comissões de validações e recursos), não é possível tomar uma decisão apenas pela CHSRR a nível nacional que vá contra os dados validados por uma equipa conhecedora da realidade das participações dos Combatentes reclamados/contestados. Estes casos de tomada, ou não, de decisão, estão a ser avaliados no sentido de passar a responsabilidade ao Conselho de Veteranos uma vez instituído ou juntar aos processos de validação do registo de 2009, para, em conjunto com a CHSRR, proceder à averiguação da verdade sobre a participação dos CLN reclamados/contestados.</p>
<p>Processo de pagamento de pensões</p>	<p>Do total de 28.419 processos de requerimento de pensões, receberam pensão durante estes 100 dias 27.781 pensões e a 28.274 beneficiários. Foi executado pelo OGE o total de 14.439.037,28 USD neste período.</p>
<p>Cerimónias fúnebre nos Jardins dos Heróis</p>	<p>Foram sepultados dez combatentes em jardins especiais de combatentes, nomeadamente sete no Jardim dos Heróis de Metinaro e três no Jardim dos Heróis de Liquiça.</p>
<p>Tratamento de saúde aos Combatentes e Veteranos</p>	<p>O Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional apoiou dezoito Combatentes da Libertação Nacional nestes 100 primeiros dias de governação, tendo o Estado suportado com o valor de 69.300,75 USD.</p>



As principais atividades	Resultados alcançados
<p>Processo de pagamento de bolsas de estudo aos filhos dos Mártires e CLN falecidos</p>	<p>Do total de 2.193 processos de requerimento, de Bolsas de Estudo a atribuir aos filhos dos Mártires e CLN falecidos, recebidos pela DNACLN entre 2009 e 2017 foram pagos até à data 1500 bolsas de estudo, sendo que 693 não cumpriram os requisitos obrigatórios definidos por Lei para a atribuição da pensão. Sendo que desde 2009 até 2017, foi executado do OGE o total de US\$ 1.158.489, 30 com 1.500 bolsas. Do total de mil e quinhentas Bolsas de Estudo atribuídas nos oito anos letivos (2008/2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017), setenta e seis foram atribuídas a estudantes do 1º Ciclo do Ensino Básico (BEEB1), trezentas e sessenta a estudantes do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (BEEB/2+3), 3trezentas e sessenta e cinco a estudantes do Ensino Secundário (BEES), seiscentas e vinte e sete a estudantes do Ensino Superior Universitário em Timor-Leste (BEEU - TL) e setenta e duas a estudantes do Ensino Superior Universitário fora de Timor-Leste (BEEU - RL). No decorrer deste período de tempo dos 100 dias, o Ministério está a finalizar a lista de candidatos aprovados para receber bolsa de estudo para o ano de 2018.</p>
<p>Subsídios de Apoio aos filhos dos Combatentes</p>	<p>Foram apoiados dois filhos de combatentes vivos, à margem do decreto de lei que regulamenta a atribuição das bolsas de estudo aos filhos dos mártires e CLN falecidos, tendo sido executado o montante de 3.000,00 USD</p>



As principais atividades	Resultados alcançados
<p>Apoio e contribuições para recolha de restos mortais</p>	<p>O Estado da República Democrática de Timor-Leste realizou já cinco cerimónias de Honras Fúnebres em reconhecimento aos saudosos que tombaram pela libertação do país, as quatro primeiras no Jardim dos Heróis em Metinaro e a última no Jardim dos Heróis do município de Liquiça. Tendo-se iniciado em 2006, no período do III Governo Constitucional da RDTL, a construção de um cemitério nacional onde se pudesse prestar as devidas Honras Fúnebres e sepultar os Heróis da Libertação da Pátria, dando-lhe o nome de Jardim dos Heróis. A 1ª cerimónia realizou-se a 29 de agosto de 2009 e a última cerimónia realizada em 14 de junho de 2017, tendo sido já sepultados em cerimónias solenes o total de 870 restos mortais (611 em Metinaro e 259 em Liquiça). Desde o ano de 2008 foram já recolhidos 15.293 restos mortais em todo o território. Neste período, o MACLN recebeu uma proposta para recolha de restos mortais pela comissão organizadora do Município de Lautem, com o valor de 10 000,00 USD.</p>
<p>Apoio através de doação de caixões aos CLN falecidos</p>	<p>Foram fornecidos cinquenta e seis caixões a CLN que faleceram neste período e para os quais foi solicitado apoio de caixão</p>
<p>Desenho e construção de Jardins, Ossuários e Monumentos</p>	<p>O MACLN elaborou as seguintes atividades no âmbito das construções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação do Edifício do Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional • Finalização das escadas e drenagem no Jardim dos Heróis de Metinaro.





CAPÍTULO 14

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E INVESTIMENTO ESTRATÉGICO



COMPETÊNCIAS

O Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico é o departamento governamental responsável pela conceção, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros para as áreas de promoção do desenvolvimento económico e social do país, através do planeamento estratégico e integrado e racionalização dos recursos financeiros disponíveis, assumindo responsabilidades específicas sobre a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento, sobretudo no que se refere a:



- a. Infraestruturas e Planeamento Urbano;
- b. Petróleo e Minerais; e
- c. Planeamento e Ordenamento do Território.

Compete ao Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico planear, propor e coordenar a execução de infraestruturas de cariz estratégico, bem como a responsabilidade de supervisionar a qualidade de trabalho e das atividades de execução de projetos físicos promovidos, desenvolvidos e financiados pelo:

- a. Fundo de Infraestruturas ou outros, cujos fins ou atribuições sejam o de financiamento de projetos estratégicos plurianuais;
- b. Unidade de Parcerias Público Privadas do Ministério das Finanças.

Ficam dependência do Ministério do Ministro de Planeamento e Investimento Estratégico:

- a. Comissão Nacional de Aprovisionamento - CNA;
- b. Agência de Desenvolvimento Nacional - ADN;
- c. Secretariado dos Grandes Projetos.

Os órgãos e serviços que compõem o Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico são os definidos na respetiva lei orgânica.



ATIVIDADES IMPLEMENTADAS

Serviços centrais do MPIE

Têm por missão assegurar a gestão do expediente geral, gestão dos recursos humanos, gestão dos recursos financeiros, logística, aprovisionamento, coordenar os sistemas de comunicação externa e interna, documentação, arquivo, gestão patrimonial, de acordo com a lei e sob as orientações superiores do Ministro. Assim, durante os primeiros 100 dias de governação do VIII Governo Constitucional, foram realizadas as seguintes atividades:

- No âmbito do programa de melhoria da qualidade dos serviços do MPIE, a eficiência da administração, aprovisionamento e gestão patrimonial foi assegurada;
- Receção, compilação e edição dos Relatórios de Desempenho Trimestrais e Anuais de 2018, bem como dos Planos de Ação Anuais de 2018 e 2019, e posterior submissão à Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação do Gabinete do Primeiro-Ministro (UPMA);
- Coordenação com os restantes serviços do MPIE na elaboração dos Planos de Orçamento para 2018 e 2019, e posterior submissão ao Ministério das Finanças;
- Realização de contratos, de processos de aprovisionamento, pagamentos e prestação de serviços;
- Garantir um quadro variado, adaptável e adequado às necessidades do MPIE, com a prestação de serviços de funcionários públicos, assessores e técnicos;
- Elaboração do quadro de pessoal dos serviços centrais do MPIE para 2019;
- Elaboração de um Plano de Atividades de Formação para o último trimestre de 2018;
- Realização de averiguações aos procedimentos de controlo interno de natureza administrativa e financeira, do acompanhamento do processo de execução do orçamento em regime duodecimal, bem como partilha de informação acerca dos procedimentos de execução do OGE com os oficiais de finanças;
- Assegurar o apoio jurídico, bem como participação em diversas ações de fiscalização sucessiva exercidas pela Câmara de Contas a organismos na dependência direta do MPIE;



- Garantir a legalidade de contratos através da avaliação dos riscos dos mesmos, visando garantir a segurança jurídica da administração;
- Elaboração do esboço de Lei Orgânica do Ministério em coordenação com os vários serviços na dependência do MPIE;
- Colaboração na conclusão dos procedimentos necessários para a abertura do “Aeroporto do Suai – Comandante das Falintil Xanana Gusmão” à aviação comercial.

No decorrer destas atividades, surgiram alguns obstáculos relacionados com a execução do orçamento em regime duodecimal, tais como a falta de verbas para a manutenção de ares condicionados, para a aquisição de combustível e manutenção das viaturas do Governo, entre outros, afetando assim o bom funcionamento do Ministério e dificultando a coordenação das atividades entre os vários serviços. No entanto, com a aprovação do OGE para 2018, estas situações estão a ser regularizadas e o funcionamento do MPIE está a ser normalizado.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL - ADN

A Agência de Desenvolvimento Nacional foi criada através do Decreto-Lei nº.11/2011 (aprovado pelo Conselho de Ministros no dia 19 de fevereiro de 2011 e promulgado pelo Presidente da República no dia 16 de março de 2011). A missão da ADN é assegurar uma boa execução do orçamento do Estado no investimento em projetos (construção civil) em todo o território, com qualidade e conforme as especificações e o desenho, bem como uma análise de custo-benefício razoável e viável. De acordo com o Decreto-Lei nº.11/2011, a ADN tem as seguintes funções principais:

1. Avaliar o mérito e a viabilidade dos projetos de capital de desenvolvimento;
2. Supervisionar, fiscalizar e certificar a qualidade dos projetos de capital de desenvolvimento bem como a respetiva execução, em coordenação com o ministério da tutela;
3. Gerir os projetos de construção civil de montante entre cento e cinquenta mil e um cêntimo e quinhentos mil dólares norte-americanos, atribuídos a empresas locais sediadas nos subdistritos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Descentralizado II (PDD II); e



4. Providenciar apoio ao Programa Objetivos de Desenvolvimento do Milénio Sucos (MDG Sucos).

Assim, durante os primeiros 100 dias de governação do VIII Governo Constitucional, a ADN realizou as seguintes atividades:

- Reunião com o Primeiro-Ministro no dia 1 de outubro. O Primeiro-Ministro solicitou à ADN a imposição de regras rigorosas às companhias que gerem as obras do Governo, a fim de evitar a manipulação de projetos no terreno;
- Participação na reunião do CAFI, entre o dia 24 e 25 de setembro;
- Participação do Diretor-Geral da ADN numa reunião de trabalho presidida pelo Primeiro-Ministro, no dia 17 de outubro, acerca das áreas prioritárias de infraestruturas para o OGE de 2019;
- Participação em reunião com a Comissão C do Parlamento Nacional, acerca do orçamento da ADN para o OGE de 2018;
- Coordenação e trabalho conjunto com as entidades relevantes para a finalização do livro 3 e 6 do OGE de 2018, bem como do livro de Orçamento para o OGE de 2019;
- Participação do Diretor-Geral da ADN nas Jornadas Orçamentais de 2019, realizadas pelo Ministério das Finanças;
- Participação do Diretor-Geral da ADN na inauguração da Ponte de Comoro III;



Reunião entre S.E. o Primeiro-Ministro com a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN), no dia 1 de outubro de 2018, na ADN. Técnico explica que tipo de equipamentos de laboratório a ADN usa para testar as matérias que as companhias utilizam em projetos do Governo.



O Diretor-Geral da ADN, Sr. Samuel Marçal apresenta, a S.E. o Primeiro-Ministro, os trabalhos que a ADN se encontra a realizar.



Participação do Diretor-Geral da ADN, na reunião para a definição de prioridades para o setor das infraestruturas no OGE de 2019, no GPM.



- Participação do Adjunto do Diretor-Geral da ADN em vários eventos e reuniões, tais como: inauguração da Escola EBF Lepo - Zumalai; inauguração da Capela Aiassa - Balibó - Bobonaro, reabertura do Santuário do Ramelau; Panorama para o Orçamento de 2019 no MdF; reuniões regulares com a UPMA sobre a elaboração de planos e relatórios;
- Estabelecimento de uma equipa de coordenação de infraestruturas básicas e equipa de liquidação orçamento infraestruturas, liderada pela ADN e por um membro do grupo técnico composto pelo MOP, CNA, SGP e ADN;
- **A Direção de Recursos Humanos** realizou treze (13) reuniões técnicas, das quais: uma (1) reunião com diretores e chefes de departamento sobre a avaliação de desempenho de todos os funcionários; quatro (4) reuniões com diretores sobre a rotação interna de funcionários; três (3) reuniões com diretores sobre o processo de recrutamento; duas (2) reuniões com todos os diretores e funcionários sobre os trabalhos da ADN nos municípios;
- **A Direção de Estradas e Pontes** realizou inspeção a treze (13) projetos, dos quais: projeto de Escola Vocacional em Maubessi - Ainaro; projeto do Aeroporto do Suai; projeto de Escola em Lepo - Suai - Zumalai; projeto de estradas e barragem em Aituto



Reunião técnica interministerial entre a ADN, CNA, MAE e MOP para a verificação e inspeção de projetos para a preparação do OGE para 2019.



Reunião e formação acerca do sistema PMIS.



Técnicos da ADN participam em formação sobre o sistema PMIS.



Técnicos da ADN realizam inspeção a projetos no terreno (estrada Fortuna - Sarlala - Aileu).



- Ainaro; projeto de estradas em Zumalai - Suai; projeto de estrada para Terminal em Becora - Díli; projeto de estrada em Hudi-Laran - Bairro - Pité - Díli; projeto de estrada em Hali-Laran - Obrigado Barak; projeto de estrada em Fortuna - Sarlala - Aileu; projeto de estradas em Vemasse - Baucau; projeto de estrada Bee Mos - Díli; projeto de estrada para Natarbora - Manatuto;

- **A Direção de Estradas e Pontes** realizou reuniões técnicas interministeriais entre a ADN, CNA, o MAE e o MOP, para verificar e avaliar os projetos implementados, com o objetivo de preparar o orçamento para o OGE de 2019;
- **A Direção Nacional de Eletricidade** realizou a inspeção e verificação aos vinte e cinco (25) projetos de eletricidade implementados em todo o território; participou numa reunião de Comissão Interministerial entre a ADN, MdF e o GPM; participou em reunião regular com companhias com problemas conforme o resultado de verificação e inspeção no terreno; participação em reunião com o SGP relacionada com preparação de SOP;
- **A Unidade de Verificação** realizou uma reunião técnica e deu formação sobre o sistema PMIS aos técnicos da ADN; verificou sete (7) projetos; realizou o levantamento de dados para preparar o desenho e BQQ para o



Técnicos da ADN realizam inspeção ao projeto da estrada Manatutu - Natarbora.



Técnicos da ADN realizam teste "profiling" no projeto da estrada Manatuto.



Técnico da ADN realiza inspeção ao projeto do aeroporto do Suai.





Técnicos da ADN realizam seleção para o processo de concurso para a compra de equipamentos de informática.



Reunião da equipa de coordenação de infraestruturas básicas, liderada pelo Diretor-Geral da ADN (chefe de equipa).

projeto de reabilitação do edifício e jardim do Tribunal de Recurso de Díli, e projeto de reabilitação do edifício do MNEC;

- **A Administração e Finanças** produziu um conjunto de trezentos e dezasseis (316) documentos financeiros compostos por: sessenta e quatro (64) CPVs, sessenta e dois (62) PRs, sessenta e dois (62) POs, sessenta e quatro (64) PRTs, e sessenta e quatro (64) EVs; participou em várias reuniões técnicas realizadas pelo Ministério das Finanças e pela UPMA;
- **A Unidade de TIC** realizou uma monitorização aos doze municípios e RAEOA para verificar a implementação do projeto “*National Connectivity Project/NCP 5*”;
- **A Unidade de TIC** participou em três (3) reuniões técnicas: uma (1) reunião com o MdF sobre o contrato de *Free Balance* para a criação de *chart of account* baseado na estrutura do VIII Governo Constitucional; uma (1) reunião com a equipa TIC do GPM sobre a monitorização do projeto *National Optica Fiber Backbone*; uma (1) reunião com a OJETIL para a utilização do sistema IT no seu novo edifício;
- **A Unidade de Planeamento e Monitorização** participou em três (3) reuniões técnicas nomeadamente: uma (1) reunião de coordenação com o Ministro da Administração Estatal sobre a implementação de projetos de PDIM; uma (1) reunião com o administrador do município de Liquiçá sobre a implementação dos projetos de PDIM; uma (1) reunião técnica com o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde sobre a implementação dos projetos de KTI;
- **A Unidade de Planeamento e Monitorização** participou no seminário sobre “Auditoria Social” ao programa PDIM com o Presidente da Comissão C do Parlamento Nacional, Ministério da Administração Estatal, Autoridade do Município de Liquiçá e Manatuto, Sociedade Civil e líderes comunitários;
- **A Unidade de Planeamento e Monitorização do MPIE** preparou o orçamento de capital de desenvolvimento do MPIE - ADN para o



OGE de 2019;

- **A Direção Edificação** verificou a três (3) projetos e inspecionou trinta e três (33) projetos.

COMISSÃO NACIONAL DE APROVISIONAMENTO - CNA

A CNA tem por missão realizar processos de aprovisionamento de projetos definidos em lei própria, bem como acompanhar e assistir tecnicamente os restantes procedimentos realizados no âmbito de todas as entidades públicas. Assim, durante os primeiros 100 dias de governação do VIII Governo Constitucional, a CNA realizou as seguintes atividades:

- Realizar os procedimentos de aprovisionamento para projetos financiados pelo Fundo de Infraestruturas, pelo Orçamento Geral de Estado e por doadores (ADB, World Bank), de valor igual ou superior a um milhão de dólares americanos;
- Prestação de assistência técnica às linhas ministeriais nos seus procedimentos de aprovisionamento de projetos financiados pelo OGE, até um milhão de dólares americanos;
- Conclusão da negociação contratual para o Ferry de Passageiros Roro (Nakroma 2) e preparação dos respetivos relatórios;
- Avaliação da proposta técnica do projeto de investigação, desenho e construção do Cais Flutuante no Porto de Díli;
- Avaliação das propostas de serviços de consultoria (*supervision consultant*) para o projeto da estrada de Baucau-Viqueque;
- Avaliação da proposta de concurso para o projeto do Sistema de Gestão da Água de Manatuto;
- Realização de uma reunião com o dono do projeto e com o empreiteiro para resolver a questão da “*performane security*” sobre o projeto de construção do edifício de Investigação Policial e Criminal, em Díli;
- Realização de um encontro com os representantes do Ministério da Administração Estatal - distrito de Díli, consultor técnico e ADB - para discutir e decidir o tipo de aprovisionamento e preparação de documentos de concurso (bidding documents) sobre o projeto de gestão de resíduos sólidos;



- Submissão ao Tribunal de Contas dos documentos de avaliação para o projeto de Laulara- *Solerema Upgrading and Maintenance Lot 2*, após o recibo da declaração do MPS de disponibilidade de financiamento e segurança de desempenho (*performance security*) da entidade vencedora;
- Preparação e submissão da resposta da CNA ao ADB sobre a “*ADB’s follow-up review on the Implementation Status of Project Procurement-Related Review Recommendations on the Road Network Upgrading Sector Project*”;
- Prestação de assistência técnica à ZEESM no plano de aquisição de combustível para a Central Elétrica de Sakato e para veículos;
- *Tibar Bay Port PPP project: verificação dos requerimentos financeiros necessários ao encerramento (USD 206 million) e entrega do original and handed over original bid security to contractor;*
- A CNA completou dez (10) emendas do contrato (extensão de tempo), com base em solicitações por parte dos donos do projeto.

Durante a realização das suas atividades, a CNA deparou-se com os seguintes desafios:

- Documentos técnicos submetidos por parte de ministérios e outras entidades públicas não completos, bem como a respetiva aprovação tardia por parte dos órgãos competentes, atrasando os processos de aprovisionamento e levando a uma baixa percentagem de execução;
- Pedidos para processos de aprovisionamento que careciam de cabimento orçamental;
- Pedidos para a extensão do período de tempo de contratos sem a prestação de justificação clara e, muitas vezes, sem estarem de acordo com os procedimentos e regras em vigor.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DAS INFRAESTRUTURAS (CAFI)

SECRETARIADO DOS GRANDES PROJETOS (SGP)

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar as atividades e os resultados conseguidos pelo FI durante os 100 dias de mandato do VIII Governo Constitucional.



As atividades têm base nas carteiras ou portfólios do FI/CAFI, nomeadamente:

- 1.Preparação de reuniões e documentação relevante e apoio ao CAFI;**
- 2.Planeamento e orçamentação;**
- 3.Pagamento dos projetos pelo FI;**
- 4.Estudo de viabilidade e avaliação de projetos; e**
- 5.Relatório de execução do FI**

As atividades acima mencionadas fazem parte da operação dos programas do FI que já estavam planeados pelos VI e VII Governos. Portanto, estes 100 dias foram um período de transição para os novos membros do CAFI tomarem posse e assumirem responsabilidades. Por outro lado, o SGP como a máquina operacional do FI, desempenha as suas responsabilidades na execução das atividades programadas.

2. ATIVIDADES 100 DIAS

1 PAGAMENTO DO FUNDO DAS INFRAESTRUTURAS

A. PAGAMENTOS DE PROJETOS DO FI SUBMETIDOS PELAS LINHAS MINISTERIAIS E ADN

O SGP recebeu recomendações sobre os pagamentos por parte das LM e ADN sobre dezanove (19) pagamentos que advêm de seis (6) programas do FI, nomeadamente:

Programa	Pagamento
Agricultura e pescas	2
Estradas	7
Sistema de apoio a finanças	1
Água e saneamento	4
Saúde	1
Manutenção e reabilitação	4
Total	19

B. PAGAMENTOS DO FI ENVIADOS PARA O BANCO CENTRAL

Quarenta e oito (48) pagamentos foram enviados para o Banco Central durante este período. O número total de pagamentos é maior do que os dezanove 19 referidos, a razão prende-se com o facto de alguns pagamentos terem sido iniciados durante o mandato do VII



Governo, ou seja havia vinte e nove (29) pagamentos foram processados durante o Governo anterior e finalizados nos primeiros dias do mandato do VIII Governo. Estes pagamentos vêm dos seguintes programas:

Programa	Total
Informática	1
Estradas	13
Sistema de apoio a finanças	1
Manutenção e reabilitação	7
Água e saneamento	1
Juventude e desporto	2
Eletricidade	5
Agricultura e pescas	3
Edifício público	1
Compensação de estradas	14
Total	48

C. CRIAÇÃO DE CPV/PRT/PR/EV/PEP/TPO

As criações de CPV/PRT/PR/EV/PEP/TPO durante 100 dias foram as seguintes:

Documento	Criação	Nota
<i>Commitment Payment Voucher (CPV)</i>	20	19 CPVs de pedidos de pagamentos e 1 pedido que está com a CNA para criar o PO
<i>Payment Requisition (PR)</i>	20	19 CPVs de pedidos de pagamentos e 1 pedido que está com a CNA para criar o PO
<i>Purchase Order (PO)</i>	20	19 CPVs de pedidos de pagamentos e 1 pedido que está com a CNA para criar o PO
<i>Payment Request (PRT)</i>	20	19 CPVs de pedidos de pagamentos e 1 pedido que está com a CNA para criar o PO
<i>Expend Voucher (EV)</i>	48	48 EV
<i>Payment Extra Payment (PEP)</i>	20	19 CPVs de pedidos de pagamentos e 1 pedido que está com a CNA para criar o PO
<i>Treasury Payment Order (TPO)</i>	48	48 EV
Total Transações		196



2 ATUALIZAÇÃO DO GUIÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE

O SGP elaborou o esboço do Guião de Estudo de Viabilidade (EV) em 2017. Este guião tornou-se um padrão para todas as agências executadoras e implementadores de projetos do FI, permitem a supervisão dos consultores que vão preparar o EV. O esboço, está na fase de revisão juntamente com a JICA e o ADB, e está na fase de consultação com as LMs. Na seguinte secção apresenta-se as atividades realizadas durante 100 dias do VIII Governo:

A. ESTABELECE O PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE EV

- Preparar o calendário de revisão para rever e melhorar a capacidade e o conhecimento dos pontos focais designados pelo SGP em conformidade com a especialidade da carteira de cada projeto de infraestruturas que tem a ligação com a importância de EV;
- Preparar o calendário de capacitação através de reintrodução do programa de EV, de acordo com o conteúdo estipulado no esboço do Guião;
- Preparar o calendário para restabelecer a coordenação com as LMs para introduzir o conceito de EV e auscultar os comentários sobre o esboço do guião;
- Considerar a implementação de EV através de um projeto piloto conforme o conceito de programa sectorial que já foi preparado com o intuito de avaliar a relevância do conteúdo do esboço de EV;
- Observar e considerar a possibilidade de estabelecer um enquadramento jurídico para o Guião de EV com a aprovação do CAFI e do Conselho de Ministros, como base para a implementação do EV que se aplicará a cada projeto de infraestruturas com complexidade significativa, a fim de assegurar os máximo de impactos positivos para o desenvolvimento socioeconómico de Timor-Leste.

B. CALENDÁRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EV

- Realizar o programa de capacitação relativamente ao conceito de EV com os pontos focais do SGP e com a assistência dos peritos técnicos da JICA e do ADB;
- Executar e estabelecer novamente a coordenação com as LMs para discutir o conceito de EV, ligado ao esboço do guião de EV



estabelecido para ouvir os comentários sobre este esboço; e

- Estabelecer e coordenar com as agências parcerias internacionais para implementar o calendário de aplicação de EV num projeto piloto com o objetivo de avaliar a relevância do conteúdo estipulado no esboço.

Esboço do Guião de EV



Treinamento para oficiais do SGP sobre EV



3 Preparação do Segundo Relatório Trimestral do FI para o ano de 2018

A. PREPARAÇÃO SEGUNDO RELATÓRIO TÉCNICO TRIMESTRAL DO FI DE 2018

O resultado destas atividades estão patentes no relatório técnico do segundo trimestre. O presente relatório cobre o período de 1 de janeiro até 30 de junho. Porém, este relatório foi finalizado durante os 100 dias do mandato do VIII Governo e contém as seguintes informações:

- Atualizar as informações sobre os pagamentos para os projetos do FI durante o período do segundo trimestre de 2018;
- Atualizar os progressos físicos dos projetos do FI com base em informações das ADN e LMs;
- Apresentar um ponto de situação sobre as questões relevantes durante a implementação dos projetos do FI;
- Atualizar a situação dos beneficiários durante a implementação dos projetos do FI (número de trabalhadores, etc.).

Este relatório do SGP-FI foi finalizado e distribuído por todas as LMs e o Gabinete do PM - UPMA para ser apresentado ao Parlamento Nacional sobre a execução do FI durante o período de relatório.



B. PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DE ORÇAMENTO DUODECIMAL

O produto resultante destas atividades é o relatório de execução do orçamento duodecimal com as seguintes informações:

- Atualizar a execução do orçamento geral do FI; e
- Atualizar a execução do orçamento de cada programa.

4 Preparação do OGE de 2018 para o FI

O resultado produzido encontra-se no Livro 3-A do FI que contém as seguintes informações:

- Alocação orçamental para os projetos do FI em 2018;
- Projeção orçamental de cinco (5) anos para os projetos do FI;
- Acompanhar a discussão do orçamento geral de 2018 no Parlamento Nacional (PN) e fornecer as informações ao Governo com vista a defesa do OGE durante a plenária (generalidade e especialidade);
- Marcar a audiência na plenária no PN sobre os assuntos existentes do FI; e
- Fazer a revisão do Livro do Orçamento (Livro 3-A) depois da discussão da plenária.

5 Jornal do OGE para 2019

O SGP envolve-se diretamente no debate de alto nível na determinação do pacote de orçamento para os projetos do FI e a projeção orçamental:

- Analisar as informações sobre a carteira dos projetos de infraestruturas que se encontram concluídos, em curso e na fase de serem considerados para avançar com o financiamento; e
- Preparar e apresentar o FI na jornada orçamental para definir o teto do envelope fiscal para o ano de 2019.

6 Preparação do Plano de Ação Anual (PAA) de 2019 para a UPMA

O SGP prepara o plano de atividades e a indicação de orçamento para os projetos do FI que estão em curso, os que não tiveram finan-



ciamento no ano passado e os novos projetos avaliados pelo SGP e aprovados pelo CAFI.

7 Organizar e Administrar as Reuniões do CAFI

Foram realizadas três (3) reuniões do CAFI durante os 100 dias do mandato do VIII Governo Constitucional:

- A reunião do CAFI realizada a 24 de setembro em relação às regras de implementação do orçamento e dos projetos do FI;
- A reunião de Pré-CAFI realizada a 25 de setembro relativamente à discussão técnica entre o SGP, a ADN, a CNA e as LMs; e
- A reunião entre os membros do CAFI e o Primeiro-Ministro sobre a operação do FI, as carteiras de projetos do FI, o total dos contratos, os compromissos que são assinados pelos Governo e sectores privados até à data.

Os resultados das reuniões são os seguintes:

- Reativação de atividades do CAFI;
- Delegação de novas competências para o SGP a fim de continuar as suas responsabilidades normais;
- Delegação de competências para a Ministra das Finanças a fim de autorizar os pagamentos com o montante superior a \$500,000 de dólares americanos;
- Discussão técnica ampla sobre os assuntos e problemas ligados a implementação dos projetos.

8 Base de Dados Geográficos e Mapeamento

Durante as atividades de 100 dias do SGP-FI, o SGP conseguiu:

- Desenvolver o Plano de Ação sobre as atividades e recolher as informações geográficas sobre os projetos do FI;
- Assegurar o provisionamento do GPS para facilitar o processo de recolha de informações geográficas;



- Visitar aos locais para fazer os testes de recolha de dados utilizando o GPS. Além disso, estas visitas também servem de capacitação dos funcionários para executar o exercício de *Ground-Truthing*;
- Apresentar as informações recolhidas do GPS para o mapa com vista a comparar com a imagem de LiDAR para examinar as compatibilidades; e
- Melhorar o plano e o formulário de atividade de visita aos locais para iniciar o processo de recolha as informações geográficas utilizando o GPS.

A deslocação dos pontos focais para recolher as informações do GPS



Deslocação dos pontos focais para recolher as informações do GPS



Mapa de visitas da equipa do SGP





CAPÍTULO 15

MINISTÉRIO
DAS OBRAS
PÚBLICAS



COMPETÊNCIAS

O Ministério das Obras Públicas é o departamento governamental responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas das obras públicas, planeamento urbano, habitação, abastecimento, distribuição e gestão de água, saneamento e eletricidade.



O Instituto de Gestão de Equipamento - IP fica na dependência do Ministro das Obras Públicas.

Após a tomada de posse do Governo, deu-se a transferência de pasta entre o Vice-Ministro do Desenvolvimento e Reforma Institucional cessante, e o novo Ministro das Obras Públicas.

ATIVIDADES

Atividades	Implementação	Resultados Atingidos
Reuniões e seminários	O Ministro encetou diversas reuniões com as várias direções e agências sob a tutela do MOP	Conhecer todos os dirigentes, funcionários e colaboradores, bem como conhecer as atribuições e desafios de cada direção geral e ainda transmitir as políticas do novo governo em funções.
	Conselho Ministros	Participou reuniões ordinárias e extraordinárias de Conselho de Ministros.
	Reuniões com parceiros	Estreitar as relações de cooperação e de dar a conhecer as novas prioridades estabelecidas no programa do Governo, e promoveu encontros com potenciais investidores e futuros parceiros.
	Participou em vários seminários e <i>workshop</i>	Promover o conhecimento da política do MOP através da sua participação como orador em seminários
Direção Geral de Administração e Finanças	Preparação da proposta de orçamento transitório de 2018	Orçamento Executado para BS,SV,SD com total \$10 308 402,09



Direção Geral de Obras Públicas

Nos primeiros 100 dias de governação do VIII Governo, a DNEP - CC procedeu à consolidação, coordenação, monitorização, preparação do relatório de atividades, programa desta direção de acordo com as orientações do Ministro e Vice-Ministro das Obras Públicas.

Preparação de relatório trimestral de desempenho para a UPE/UPMA sobre a execução do orçamento em duodécimos de 2018. Preparação do orçamento geral transitório de 2018 e programa para os próximos cinco (5) anos de direção e preparação da inauguração da *HINODE* (Comoro Bridge III) construída com a colaboração do Governo do Japão, JICA.

Direção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (DNPD)

Nos primeiros meses de atuação do VIII Governo a DNPD desenvolveu as seguintes atividades: manutenção e conservação das estradas nacionais; manutenção e conservação das estradas municipais; manutenção e conservação das pontes e estradas rurais R4D.

Direção Nacional de Edificações (DNE)

Nos primeiros 100 dias de governo a DNE procedeu às seguintes atividades: compilação de documentos referentes ao regime jurídico sobre controlo de construção e urbanização e ainda diplomas ministeriais respeitantes à edificação, licença de construção de edifícios do governo e de edifícios privados e públicos.

Direção Geral da Eletricidade

- i. Direção Nacional de Produção de Energia Elétrica (DNPEE): procedeu-se ainda à: reparação e teste do Transformador de Alta Tensão número 2 na central elétrica de Betano, em setembro de 2018; e Reparação do cabo de saída número 4 da central elétrica de Hera, em julho de 2018.
- ii. Direção Nacional de Transmissão de Energia Elétrica (DNTEE) A DNTEE procedeu à: manutenção da linha de transmissão de 150kV das torres na secção de Liquiça - Maliana; preparação do termo



de referência para aquisição de *grounding transformers* e peças extras para as subestações, encontrando-se em fase de concurso público.

- iii. Direção Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (DNDEE) - a DNDEE desenvolveu as seguintes atividades: atendimento diário, incluindo manutenções programadas e serviço de emergência; fiscalização e inspeção dos projetos de eletrificação em curso; continuação da execução do orçamento dos projetos aprovados, tendo já sido atingido 68% do orçamento.
- iv. Direção Nacional de Apoio ao Consumidor (DNAC) - instalação de contadores de pré-pago, pós-pago, *automatic meter reading* (AMR); Continuação da realização de inspeção às ligações ilegais e reativação de pagamento do consumo de energia elétrica; continuação da execução do programa de manutenção de baixadas e contadores: instalação de cabo concêntrico para prevenir a ligação ilegal e instalação de novas baixadas; continuação da execução do programa de melhoramento do sistema de venda de energia elétrica: instalação de sistema de *recovery center* (DRC) ao sistema de venda de pré-pago, colocação de DRC em NOC Telekomcel e, melhoramento e manutenção do sistema de pós-pago.
- v. Direção Nacional de Energia Renovável (DNE A DNER) procedeu a: reuniões com as autoridades locais e montagem de placa de estudos de energias renováveis - hídricas e eólicas; participação em ação de formação sobre produção de módulo e instalação dos painéis solares, realizada na Faculdade de Engenharia da UNTL, em cooperação com a JICA, em Hera;
- vi. Direção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Energia Elétrica (DNPDEE) - na sequência de diagnóstico efetuado ao MOP, apurou-se que o orçamento para combustível para operações de manutenção das centrais elétricas consome cerca de 60% do orçamento total anual do Ministério.

Direção Geral de Água e Saneamento

- i) Direção Nacional dos Serviços de Água (DNSA) - A DNSA desenvolveu as seguintes atividades: continuação do investimento em abastecimento de água em áreas urbanas e rurais através da construção de novos e reabilitação de sistemas de água, permitindo uma maior percentagem de famílias e aldeias com acesso a sistemas funcionais de água; continuação da execução do plano



de manutenção e gestão dos sistemas de abastecimento de água em áreas rurais e urbanas; em especial na capital, Díli, continuação da operação de manutenção do sistema de abastecimento de água, no que respeita ao volume de água produzida e consumida e efetuado testes laboratoriais;

- ii) Direção Nacional de Saneamento Básico (DNSB) nos primeiros 100 dias, procedeu-se à: elaboração do plano de melhoria da ETAR de Tibar, em particular linear o plano de reabilitação das infraestruturas,; monitorização do laboratório em Tibar e formação de funcionários; desenvolvimento de propostas de implementação de quatro (4) projetos-piloto de tratamentos comunitários; desenvolvimento das diversas atividades atinentes à execução do plano mestre de saneamento e drenagem de Díli; acompanhamento do estudo da DED e DSD- MP para implementação de plano mestre de saneamento de Díli; monitorização do projeto implementado em Atabae - Bobonaro sobre a higiene;
- iii) Direção Nacional de Gestão dos Recursos de Água (DNGRA) - A DNGRA procedeu: desenvolvimento de parceria para novas montagens estação de água para o controlo de desastres naturais nas ribeiras de Aisirimou; município de Aileu e Sarai, município de Ainaro; monitorização e mediação das potências das ribeiras em Iralalro Lospalos, Bebui Viqueque e Loehuno Ossú; continuação da observação de águas subterrâneas no município de Baucau, Liquiça e Maliana; continuação da observação da intrusão de salinidades na água potável em zonas costeiras de Maubara e Liquiça; levantamento de dados sobre a alturas das ribeiras e precipitação de água da chuva; estudo para apresentação de política dos recursos hídricos; hand over de materiais técnicos dos recursos hídricos trabalhando conjuntamente com a UNDP; participação na Conferência Internacional em Timor-Leste sobre *“Geological Resources Data and Information for Economic Deverification and Development”* de 23 a 26 de outubro de 2018.

Instituto de Gestão de Equipamento

Nos primeiros meses de governação o IGE continuou a assegurar a política de infraestruturas e a assegurar a existência de quatro (4) brigadas e uma (1) brigada de reserva para atender as necessidades de cada serviço no terreno. Elaboração de plano de contingência de desastres naturais, em especial, na época de chuvas intensas.





CAPÍTULO 16

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES



COMPETÊNCIAS

O Ministério dos Transportes e Comunicações é o departamento governamental responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas dos transportes e comunicações.

Ficam na dependência do Ministro dos Transportes e Comunicações: Administração dos Portos de Timor-Leste - APORTIL; Administração de Aeroportos e Navegação Aérea - ANATLEP; Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste - AACTL; ANC - Autoridade Nacional de Comunicações.



ATIVIDADES

Os principais objetivos setoriais alcançados, durante os 100 Dias de Governação, foram:

1. Transportes Terrestres:

- Reabilitação do terminal de Tasi Tolu quase concluído, com a participação do município de Díli;
- Projeto de instalação *Data Base* e *Data Center* da DNTT quase finalizada e funcionários já treinados;
- Pavimentação do espaço para exame de carta de condução, suspenso por falta de contrato; e
- Redução de acidentes de tráfico, em parceria com a Polícia de Trânsito.

2. Transportes Marítimos:

- Assegurar a operação dos barcos que transportam passageiros e cargas para Atauro e Oé-Cusse (Nakroma, Laju-laju e Star Craft);
- Finalizar o processo de *tenderização* para a construção do barco “Nakroma 2”, dentro do acordo de cooperação Timor-Leste – Alemanha;
- Implementar regulamentos que permitiram reduzir o tempo de espera para atracar no porto de Díli;
- Monitorização da construção Cais para o Ferry, doação do Japão;



- Aumentou-se o sistema de segurança com a colocação de treze (13) câmaras CCTV no porto de Díli; e
- A assinalar que o uso forçado de duodécimos provocou atrasos nas operações do serviço.

3. Transportes Aéreos:

- Aprovou-se o Regulamento Interno da AACTL;
- Certificou-se o Aeroporto Internacional de Suai permitindo a sua utilização com voos internacionais;
- Finalizou-se a proposta sobre o Programa Nacional de Facilitação da Aviação Civil; e
- Finalizou-se o Manual de Operações sobre Provisão de Aeródromos e Serviços de Bombeiros;

4. Meteorologia e Geofísica:

- Na impossibilidade financeira orçamental de criar uma *webpage*, o serviço desenvolveu o programa CAFE DADER, entre as 08:00 e as 9 horas e também o acesso ao *Blogspot* DNMG (dnmg.blogspot.com) e aumentou o fornecimento SMS & WA para a rádio comunitárias em todo o território nacional; e
- Em agosto de 2018, foi assinado um acordo com a UNDP sobre o sistema de monitorização do tempo e clima, bem como o “*hand over*” do “*Automatic Weather Station (AWS), server, software, TV 55*” para a Direção Nacional de Meteorologia e Geofísica.





5. Serviços Postais:

- Concluiu-se contratos para transporte aéreo de carga dos correios com várias companhias aéreas; e
- Concluiu-se contratos relativo ao sistema IPS. Correios que atingiam somente 50% no primeiro trimestre deste ano.

6. Infraestruturas de Comunicações:

- Garantir a ligação da fibra ótica que assegura o sistema de aplicação do *free balance* do MF para todos os Ministérios e agências do Governo em todo o território nacional;
- Garantir o funcionamento do Sistema PMIS da CFP;
- Manter a extensão da rede de *internet* a todos os serviços do Estado, através do cabo de fibra óptica, tanto a nível nacional como municipal;
- Garantir o sistema de registo do domínio TL.;
- Assegura o funcionamento do Centro de Operações 24/7;
- Assegura o sistema *IP Address* e respetiva manutenção para todo o Governo.

7. Quadro Institucional:

- Criou-se vários novos serviços necessários ao regular funcionamento do ministério;
- Procedeu-se à distribuição do pessoal existente pelos diversos serviços, sendo necessá-



rio proceder a recrutamento de mais funcionários para ocuparem os postos vagos;

- Estamos a preparar o Mapa de Pessoal e respetivo enquadramento, para posterior recrutamento através de concurso público por mérito;
- Necessidade de desenvolver os serviços dos transportes e comunicações a nível municipal;
- Encetou-se contatos com parceiros internacionais com vista a obter apoio para os vários programas e atividades do ministério, bem como fundos (assistência técnica) para a formação e capacitação dos funcionários existentes e os novos a recrutar através da Comissão da Função Pública.



APORTIL

Resultado das Atividades Operacionais do Porto de Díli

CONTENTORES	Contentores Importados: 5.379	Contentores Exportados: 4.931	20' e 40'
--------------------	----------------------------------	-------------------------------	-----------

	Nº.	Tipo de Carga	Quantidade	Observações
CARGA GERAL	1.	Veículos	27 Unidades	
	2.	Arroz	15.642,08 Toneladas	
	3.	Açúcar	-	Não houve importação
	4.	Cimento	56.100 Toneladas	
	5.	Outros	8.859,07 Toneladas	
	6.	Madeira	821,02 M3	
	7.	Combustível	52.915,18 Klr	



MOVIMENTAÇÃO DE NAVIOS	Nº.	Descrição de Navios	Quantidade	Observ.
	1.	Navios Contentores	33 Navios	
	2.	Navios de Carga Geral	19 Navios	
	3.	Navios Tanker	8 Navios	
	4.	Outros Navios (Local/Doméstico)	128 Navios	
	5.	Navios Non Solas	44 Navios	

OPERAÇÃO DO BERLIN NAKROMA	Nº.	Descrição	Quantidade
	1.	Número de VOY	34 viagens
	2.	Número de Passageiros	15.051 passageiros
	3.	Transporte de Veículos	190 Veículos
	4.	Transporte de motorizadas	425 motorizadas





CAPÍTULO 17

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PESCAS



COMPETÊNCIAS

O Ministério da Agricultura e Pescas é o departamento governamental responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da agricultura, das florestas, das pescas e da pecuária.

Fica na dependência do Ministro da Agricultura e Pescas o Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu, IP.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Atividades implementadas pelo Ministério da Agricultura e Pescas (MAF) nos primeiros 100 dias (22 de junho a 22 de setembro de 2018). A descrição nesta secção está distribuída em duas partes. A primeira destaca algumas atividades principais relacionadas à gestão, administração e planeamento (ver tab. 1); enquanto esta última abrange as atividades completadas pelos seus quatro sub- setores(ver tab. 2).

Tabela 1: atividades relacionadas à gestão, administração e planeamento

Nº.	Atividades	Descrição
1	Reuniões oficiais com o corpo diplomático, parceiros de desenvolvimento e agências internacionais	<p>Atividade oficial de entrega de trabalho do Ministro anterior ao novo Ministro da Agricultura e Pescas para o período de 2018-2023 no escritório do Ministério da Agricultura e Pescas;</p> <p>Reunião com equipa de gestão do SAPIP (projeto de melhoria da produtividade da agricultura sustentável);</p> <p>Reunião de alto-nível com embaixador da Alemanha e <i>Country Director</i> da GIZ. O objetivo da reunião foi, sobretudo, reforçar a cooperação no setor do desenvolvimento agrícola entre o governo de Alemanha (através da GIZ) e o Governo de Timor-Leste (através do Ministério da Agricultura e Pescas);</p> <p>Reunião com o representante da FAO para os países da Indonésia e Timor-Leste e seus representantes nacionais em Timor-Leste. O objetivo da reunião foi fazer uma visita de cortesia e discutir sobre o fortalecimento da cooperação do próximo programa a ser implementado no MAP;</p>



Nº.	Atividades	Descrição
1	Reuniões oficiais com o corpo diplomático, parceiros de desenvolvimento e agências internacionais (cont.)	Reunião com o ADB – foi uma visita de cortesia para felicitar o novo ministro eleito para a posição e discutir sobre o próximo programa mais focado no desenvolvimento da plantação de café e agroflorestal com a subvenção financeira de 3,000.00 para 2019 em diante.
2	Reuniões internas (gabinete do ministro da agricultura e pescas e sua direção)	<p>Primeira reunião interna entre a gestão da MAP e todos os funcionários do Gabinete. O objetivo da reunião foi simplesmente para introduzir o plano de trabalho, o seu papel e responsabilidade;</p> <p>Introduzir a estrutura e administração do sistema de gestão do Ministério da Agricultura e Pescas a todos os funcionários do Gabinete;</p> <p>Reuniões regulares com os assessores do MAP para troca de ideias luminosas (<i>brainstorming</i>) sobre assuntos significativos associados com o desenvolvimento estratégico de programas do MAP 2018-2023;</p> <p>Reunião com todos os Diretores-Gerais (DG's), Diretores Nacionais e Chefes de Departamentos. A reunião deu-se por três (3) vezes com o objetivo de: 1) introduzir o programa do VIII Governo Constitucional 2018-2023; 2) discutir o plano de orçamento para o período de setembro a dezembro de 2018; 3) discutir sobre a estrutura orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) para o período de 2018-2023.</p>
3	Viagens de negócios oficiais (local e internacional)	<p>Visita oficial a Gleno-Ermera. A visita foi para participar num <i>workshop</i> em relação ao desempenho do trabalho das extensões agrícolas na região III;</p> <p>Viagem oficial a Uatu-carabau-Viqueque. O objetivo da visita foi para participar no evento da cerimónia de plantação de mangais, organizado pelo PNUD como um dos parceiros de desenvolvimento;</p> <p>Representar Timor-Leste na Conferência da reunião de alto-nível Ministerial dos Oceanos em Lisboa, Portugal.</p>
4	Discussões sobre o programa do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) 2018-2023	Realizou várias discussões com a equipa dos assessores, discutindo o programa do VIII Governo Constitucional para o período de 2018-2023;



Nº.	Atividades	Descrição
4	Discussões sobre o programa do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) 2018-2023	Realizou uma reunião com cada um dos diretores-gerais e seus diretores nacionais para de maneira compreensiva discutir e elaborar o programa do VIII Governo Constitucional da RDTL para o período de 2018-2023 antes da apresentação ao PN para a discussão a aprovação plenária. O objetivo da reunião foi para compilar todas as informações necessárias para obter um sentido abrangente da aplicação e implementação dos programas.
5	Comunicação e coordenação com parceiros de desenvolvimento	Realizou vários encontros com todos os parceiros de desenvolvimento que trabalham em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) para apoiar o desenvolvimento do programa no setor da agrícola. A reunião foi simplesmente para transmitir o grande programa do VIII Governo Constitucional para o período de 2018-2023;

Tabela 2: as atividades em curso de cada subsetor

Subsetor	Atividades	Descrição
Agricultura	Estabelecimento de agricultura integrada nas áreas irrigadas potenciais	<p>1. Treinamento sobre culturas de agrícola para duzentos e trinta e cinco (235) técnicos, no encontro trimestral do conselho nacional de sementes neli, milho e outras sementes agrícolas;</p> <p>2. Encontro com as autoridades locais sobre a implementação das áreas de demonstração aos agricultores e técnicos nas áreas de irrigação de Raibere, Oebaba, Carau Ulun, Cassa, Bonuk, Buluto.</p>
Agricultura	Estabelecimento de agricultura integrada nas áreas irrigadas potenciais	<p>3. Treinamento para agricultores nas áreas de irrigação de Raibere, Oebaba, Carau Ulun, Cassa, Bonuk, Buluto. Terinamento e formação agrícola aos agricultores. TOT/PAT (Extencionista e Agricultores)</p> <p>4. Treinamento sobre sementes de vegetais</p> <p>5. Implementação das atividades, lançamento de projetos e atividades do MAP monitorizado e avaliado. Monitorização das atividades agrícolas no campo.</p>



Subsetor	Atividades	Descrição
Agricultura	Estabelecimento de agricultura integrada nas áreas irrigadas potenciais	<p>6. Implementação das atividades, lançamento de projetos e atividades do MAP monitorizado e avaliado. Monitorização das atividades agrícolas no campo.</p> <hr/> <p>7. Implementar áreas de demonstração (Dem-area) irrigada de Oebaba 2,262 ha, Raibere 225 ha, Carau Ulun 1,050 ha, Cassa 40 ha, Bonuk 900 ha, Buluto 780 ha, Maliana I 1,050 ha, no total de 6,307 ha, são utilizadas para a agricultura integrada.</p> <p>Implementação das atividades, lançamento de projetos e atividades do MAP monitorizado e avaliado. Monitorização das atividades agrícolas no campo.</p>
	Implementação da atividade de desenvolvimento de horticultura	<p>1. Monitorização das atividades dos grupos de jovens agrícolas no campo.</p> <p>2. Instalação de túnel no município de Baucau, Bobonaro e Liquiça.</p> <p>3. Treinamento para cento e vinte (120) agricultores sobre utilização de adubos POC NASA.</p>
	Implementação da atividade de desenvolvimento de horticultura	<p>4. Distribuição de sementes de hortaliças para responder às propostas dos agricultores no terreno</p>
	Implementar a política de subsídios aos agricultores para o arroz, milho e hortícolas	<p>1. Treinamento sobre culturas alimentares para 54 técnicos e encontro trimestral do conselho nacional de sementes neli, milho e outras sementes agrícolas</p>
	Apoiar o cultivo de outras culturas alimentares e promover boas práticas agrícolas para o arroz e milho	<p>1. Levantamento de dados sobre milho e arroz para ano cultivo de 2018</p> <hr/> <p>2. Treinamento sobre Prática <i>Agricoltura Diak</i> (PAD)</p> <hr/> <p>3. Controlo e prevenção de pestes e doenças no território.</p>



Subsetor	Atividades	Descrição
Agricultura	Multiplicação de sementes (<i>breeder</i> , fundação e certificado) e produção de sementes comerciais (arroz e milho)	1. Produção (reprodutor de sementes, fundação e certificação).
		2. Cerimónias de lançamento de projetos
		3. Seis (6) localidades de produção de arroz, feijão mungo, soja.
		4. Testes de germinação de sementes de milho e neli, amendoim e outras.
	Estabelecimento de pequenos reservatórios de água de fontes naturais ou de água de chuva (<i>rain water harvesting</i>).	Implementação das atividades, lançamento de projetos e atividades do MAP incluindo monitorização das atividades no campo.
	Estudos sobre o sistema de irrigação, operação e manutenção, assegurar os serviços de emergência aos esquemas de irrigação	Monitorização do projeto de construção do canal de irrigação Bilimau Maliana e o projeto de construção de barreira proteção para a Ribeira de Laleia.
Agricultura	Gerir os sistemas de apoio aos serviços dos Gabinetes	1. Planeamento
		2. Organização
		3. Execução
		4. Coordenação
		5. Controlo/monitorização
		6. Implementação
Pecuária	Disseminação de informação	Realizou um <i>workshop</i> para divulgar os resultados da pesquisa sobre a população pecuária em municípios selecionados nas principais partes interessadas
	Capacitação	Forneceu um treinamento para as comunidades selecionadas sobre a utilização de <i>Seam Weed (Chromolaena odorata)</i> como rações para animais e fertilizantes orgânicos



Subsetor	Atividades	Descrição
Pecuária	Distribuição de gado	Distribuição de dez (10) leitões para comunidades selecionadas
	Prestar apoio técnico ao setor privado	Prestou assistência técnica ao setor privado com projetos em fazendas Gracia, Epifarm, cooperativa de crédito e Cladotia.
Florestas	Reabilitação do café	Reabilitação de 200 ha de plantações de café no município de Liquiça
	Manutenção da plantação de sândalo	Manutenção de cerca de 150 ha de plantações de sândalo no município de Bobonaro
	Manutenção de plantas industriais	Manutenção de cerca de 150 ha de plantações de plantas comerciais no município de Viqueque
Pescas	Elaboração de legislação	Rever as leis existentes com o objetivo de produzir a lei bases ou regime geral de pescas
	Distribuição de alevinos de peixes	Distribuição de alevinos de peixes de Tilapia para aquacultores nos municípios que tem lagoas de peixes
	Capacitação	Capacitação de grupos de pescadores de diferentes municípios em gestão e método de pesca sustentável





CAPÍTULO 18

MINISTÉRIO
DA DEFESA



COMPETÊNCIAS

É politicamente responsável pela elaboração e execução da componente militar da Política de Defesa Nacional, pela administração das F-FDTL e pela preparação dos meios militares e resultados do seu emprego, bem como pela administração dos órgãos, serviços e organismos dele dependentes



Compete ainda ao Ministro da Defesa fazer a correta administração dos meios humanos, materiais e financeiros postos à disposição das F-FDTL, bem como a correta execução da legislação aplicável.

Fica na dependência do Ministro da Defesa, o Instituto de Defesa Nacional.

ATIVIDADES NO ÂMBITO DA DEFESA E MILITAR

F-FDTL

- a) Cumprimento da desconcentração financeira através do CEMGFA e respetivos órgãos de apoio.
- b) Tomada de posse do Brigadeiro-General Falur Rate Laek como Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (VCEMGFA).
- c) Tomada de posse do Coronel Koliate como Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (CEMFA).
- d) O processo de preparação de projetos de formação ao abrigo do Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano para 2019.
- e) O processo de formação dos quadros superiores das F-FDTL, concretizado através da frequência de cursos de Estado-Maior no estrangeiro.





f) O processo contínuo de formação dos recursos humanos para 2018/2019, nomeadamente dos contratados, quer no incentivo à frequência de cursos universitários quer na frequência de cursos de formação técnico-profissional.

g) A realização de formação na área dos Direitos Humanos a cargo da PDHJ, efetivada com a produção de um manual de Direitos Humanos.

h) A preparação de militares das F-FDTL para a participação num exercício constituído por forças especiais (*Special Operation Forces Exercise Challenge-SOFEC 2019*) a decorrer na Ilha da Madeira, em Portugal, entre 26 de maio a 2 de junho de 2019.

i) A preparação administrativa do processo de envio de três (3) militares da Unidade das Falintil para Portugal a fim de frequentarem o curso de forças especiais em Lamego, Portugal.

j) A manutenção de missões militares nos postos de Camea; Hera; Tilomar; Tunubibi; Ainaro; Betano; Batugadé; Oe-Cusse; Atauro; Gleno; Bobonaro; Behau; e de prontidão ao Presidente da República.

k) A manutenção das missões de engenharia militar em Vila e Loro-Lospalos; Turiscae; Viqueque; Suai; Baucau e Zumalae.



SERVIÇOS CENTRAIS E GABINETES

- a) A organização administrativa do processo de integração de militares das F-FDTL numa Missão de Paz no estrangeiro, em 2019, integrados num contingente militar português.
- b) A criação do *website* da defesa como forma de divulgação pública das políticas praticadas na área da defesa e militar.
- c) A realização de ações de inspeção e auditoria aos serviços centrais do MD, mormente aprovisionamento e finanças.
- d) A reorganização da distribuição de viaturas administrativas (*Karetá* Estado) aos funcionários do MD.
- e) Despacho de delegação de competências na área do aprovisionamento ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), Major-General Lere Anan Timur, na senda da desconcentração financeira iniciada em 2011, confirmando o sucesso do comando militar e respetivos órgãos de apoio nesta área da Administração Militar. Aliás, processo de gestão na área do aprovisionamento militar impulsionado e cimentado pelo atual Ministro da Defesa como Vice-CEMGFA.
- f) Despacho de constituição de um Comité de Aprovisionamen-



to e Contratação no Ministério da Defesa, com o objetivo de participar em todos os procedimentos concursais realizados no âmbito do Ministério da Defesa, assegurar o respetivo cumprimento legal, e recomendar o Ministro em todos os atos do procedimento.

- g) A elaboração da lei orgânica do Ministério da Defesa, já aprovada pelo Conselho de Ministros, e que apresenta como principal alteração, face à lei orgânica anterior, a elevação da anterior Direção Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional da Defesa a Direção-Geral, agora Direção-Geral de Política da Defesa e Cooperação Internacional, de modo a separar os assuntos das relações externas de defesa da parte puramente administrativa.
- h) A elaboração da Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar, que define as linhas orientadoras do Planeamento Estratégico Militar na prossecução das atividades de Defesa Militar, no horizonte temporal 2018-2023, considerando os objetivos a alcançar e as condicionantes funcionais, as ameaças, os riscos do ambiente estratégico. Este documento define, igualmente, as necessidades relativamente ao edifício jurídico e respetivos documentos estratégicos na área da defesa.

COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS

- a) Foi reafirmada a continuidade das cooperações na área da defesa e militar com os EUA, Austrália, Portugal, Brasil, Nova Zelândia, Coreia do Sul, Japão, China e Filipinas.
- b) Foi definida a continuidade e participação nas mais diversas reuniões com alguns parceiros das cooperações técnico-militares (MAP *Talks* com a Nova Zelândia; DCP com a Austrália e BDD com os Estados Unidos da América).
- c) Concretização de um acordo de doação com a República Popular da China, realizado em duas fases. Na primeira fase, as F-FDTL receberam cozinhas móveis, armários individuais e botas e na segunda fase, a concretizar no decorrer do mês de novembro de 2018, vão ser doadas camas e tendas militares.
- d) Realização de uma reunião extraordinária realizada em Portugal com os Diretores da Política de Defesa Nacional da CPLP para discutir assuntos relacionados com a Defesa/CPLP, e preparação da documentação para a reunião entre os Ministros da Defesa a realizar em 2019.



- e) A participação do Ministério da Defesa em conferências regionais e internacionais - Bali, Indonésia, e Xiangshang, na República Popular da China, em 2018.

GOVERNAÇÃO

- a) A realização de uma gestão financeira do Ministério e das F-FDTL centrada no equilíbrio das contas e pagamento das dívidas em 2018.
- b) A organização e proposta de um Orçamento para 2019 (defesa e militar) que permita assegurar o cumprimento das missões das F-FDTL; consolidar os projetos em curso; e garantir uma gestão eficiente do Ministério e das F-FDTL.
- c) Uma política de defesa centrada nas cooperações bilaterais, facto que motivou a subida da Direção Nacional do Planeamento Estratégico e Política Internacional a Direção-Geral.
- d) Uma política centrada na consolidação dos projetos relacionados com as infraestruturas e recursos humanos.

INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL

MISSÃO E VISÃO

Como uma instituição de ensino superior público universitário militar e policial que quer contribuir para o desenvolvimento do pensamento estratégico nacional através da promoção do ensino e estudo, investigação e debate sobre áreas da Defesa e Segurança Nacional, o IDN tem por Missão:

- Ministrando a formação, nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares e das ciências policiais, necessária ao desempenho das funções de comando, direção, chefia e estado-maior nas Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança, em forças conjuntas e combinadas e em organizações internacionais, a quadros das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança;
- Ministrando formação académica e técnico-profissional a técnicos superiores e dirigentes dos serviços e organismos da Administração Pública e de entidades privadas.



Dentro do âmbito da sua missão o IDN pode ainda realizar cursos não conferentes de grau académico, conducentes à atribuição de diploma, designadamente cursos de promoção, atualização e qualificação, tirocínios e estágios e cursos de formação complementar ao longo da carreira. Também focaliza a sua missão no fomento da investigação, do debate e discussão das questões relacionadas com a Defesa e Segurança Nacional, promovendo a transferência do conhecimento, da formação cultural, artística, tecnológica e científica.

Quanto à sua Visão, o Instituto pretende ser uma referência no desenvolvimento do pensamento estratégico nacional pelo seu desempenho de qualidade e excelência nas atividades de ensino, estudo, investigação e debate que contribuem para a valorização dos quadros das Forças Armadas, das Forças e Serviços de Segurança, e dos Quadros Superiores do Ministério da Defesa e Segurança e da Administração Pública.

Tem também por objetivo criar uma consciência nacional de Defesa e Segurança que possa contribuir para o desenvolvimento económico e social, através da sua orientação para a criação, transmissão e difusão da cultural, do saber e da ciência.

O IDN visa ainda formar e graduar os seus auditores e alunos com elevado nível intelectual e predisposição para a pesquisa e investigação científica, orientados aos valores humanos e à consciência nacional e ao sentido de serviço a favor do bem-estar e prosperidade da sociedade. Pretende ainda promover a compreensão, harmonia e solidariedade entre culturas e povos.





CAPÍTULO 19

MINISTÉRIO
DO INTERIOR



COMPETÊNCIAS

O Ministério do Interior, é o departamento governamental responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação das políticas, definidas e aprovadas pelo Conselho de Ministros, para as áreas da segurança interna, de migração e asilo, de controlo de fronteiras, da proteção civil, da segurança rodoviária e da cooperação policial.



ATIVIDADES

POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

1. Avaliação das atividades desenvolvidas pelos executivos anteriores nas áreas da Segurança Interna e da Proteção Civil, nomeadamente os objetivos/metapas que foram alcançados e os que estão por alcançar no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030;
2. Identificação das necessidades prioritárias dos serviços centrais integrados no Ministério do Interior nas áreas dos recursos humanos, logísticos, financeiros e de infraestruturas;
3. Contribuição para a elaboração do Programa do VIII Governo Constitucional nas áreas da Segurança Interna e da Proteção Civil;
4. Definição das atividades prioritárias a desenvolver pelo Ministério do Interior, de acordo com os objetivos e as ações definidas no Programa do VIII Governo Constitucional, nas áreas da Segurança Interna e da Proteção Civil;
5. Contribuição para a elaboração da Orgânica do VIII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 14/2018, de 17 de agosto, no que respeita ao Ministério do Interior;
6. Elaboração da nova orgânica do Ministério do Interior para aprovação em Conselho de Ministros;
7. Participação na elaboração do Orçamento Geral do Estado respeitante ao ano fiscal de 2018 e na elaboração da proposta de Orçamento Geral do Estado para o ano fiscal de 2019, no que respeita aos serviços centrais integrados no Ministério do Interior;



SEGURANÇA PÚBLICA (POLÍCIA NACIONAL DE TIMOR-LESTE)

1. Proteção da liberdade e segurança das pessoas e dos seus bens;
2. Manutenção da ordem e tranquilidade públicas e promoção das condições de segurança para o funcionamento das instituições democráticas;
3. Execução de operações de prevenção e de repressão da criminalidade em todo o território nacional;
4. Realização de diligências de investigação criminal sob a direção funcional da autoridade judiciária, nomeadamente mandados de busca, de detenção, de apreensão e de condução;
5. Realização de ações de prevenção, controlo e fiscalização do trânsito nas principais localidades e estradas nacionais no âmbito da prevenção e segurança rodoviárias;
6. Realização de operações de segurança pessoal a entidades nacionais e a entidades estrangeiras em visita ao território nacional;
7. Realização de operações de segurança em grandes eventos, nomeadamente nas comemorações do feriado nacional de 20 de agosto e na prova desportiva Tour de Timor;
8. Execução do primeiro e início do segundo Cursos de Missões Internacionais para membros da PNTL;
9. Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da PNTL



para os próximos quatro (4) anos denominado “Estratégia da PNTL - 2019-2022”;

10. Participação ativa na segurança dos aeroportos, portos e fronteiras, através da Unidade de Patrulhamento de Fronteiras e da Unidade Marítima da PNTL, tendo sido detetadas diversas situações ilegais, nomeadamente tráfico humano e contrabando, entre outros delitos;
11. Elaboração de propostas de diplomas enquadradores da orgânica e funcionamento da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), nomeadamente a revisão da Lei Orgânica da PNTL, a preparação do Estatuto dos membros da PNTL e a revisão do Regime de Disciplina da PNTL (a submeter futuramente para apreciação em Conselho de Ministros);
12. Elaboração do Regulamento do Concurso de admissão ao Curso de Promoção a Oficial Inspetor da PNTL;

CONTROLO DE FRONTEIRAS (SERVIÇO DE MIGRAÇÃO)

1. Controlo da circulação de pessoas nas fronteiras e da entrada, permanência e residência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (controlo de pessoas: cento e trinta mil oitocentos e setenta e um (130.871) cidadãos; passe fronteira: onze mil trezentos e vinte e um (11.321) cidadãos; ações de fiscalização e inspeção a atividades de cidadãos estrangeiros: duzentos e oitenta e uma (282) ações; processos de abandono voluntário: quarenta (40) processos; processos de expulsão por decisão judicial: um (1) processo; vistos atribuídos: três mil e sessenta e oito (3.068) vistos; receitas coletadas: novecentas e noventa e cinco mil novecentas e setenta e cinco 995.975 dólares americanos);
2. Operacionalização do Posto de Fronteira do aeroporto do Suai com a colocação de membros do Serviço de Migração deslocados do Posto de Fronteira de Salele;
3. Promoção de ações de informação às comunidades de estrangeiros residentes e às representações diplomáticas acreditadas em território nacional sobre a aplicação da nova Lei de Migração e Asilo, aprovada pela Lei n.º 11/2017, de 24 de maio;
4. Elaboração de diplomas regulamentadores da Lei de Migração e Asilo;
5. Realização de protocolo entre o Serviço de Migração e o Gabinete Nacional da Interpol relativo ao acesso à base de dados da Interpol



pelo Serviço de Migração;

6. Desenvolvimento de aplicação informática para o Sistema de Gestão de Fronteiras (Sistema Passe-TL) e o Sistema de Vistos e criação de uma base de dados para alertas de interdições de entradas e saídas de pessoas no território nacional;
7. Formação de formadores sobre o tráfico de seres humanos em parceria com peritos da União Europeia no âmbito do Programa MIEUXII do Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD – *International Centre for Migration Policy Development*);

PROTEÇÃO CIVIL (AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL)

1. Implementação da Secretaria de Estado da Proteção Civil, e subdelegação de competências no Secretário de Estado da Proteção Civil, de forma a possibilitar as condições necessárias ao desenvolvimento do sistema de proteção e socorro e da Autoridade Nacional de Proteção Civil;
2. Clarificação das atribuições relacionadas com a Proteção Civil entre o Ministério do Interior (Autoridade Nacional de Proteção Civil) e o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (Direção Nacional de Gestão de Desastres Naturais);
3. Promoção de ações de informação e sensibilização junto da comunidade civil acerca da proteção civil e do risco de desastres naturais;
4. Participação na preparação e execução de exercícios de simulação e resposta a catástrofes naturais, nomeadamente a situações de terremotos e a tsunamis;
5. Promoção de ações de formação de desenvolvimento de recursos humanos, nomeadamente de prestação de primeiros socorros;
6. Reativação das reuniões da *Humanitarian Country Team*, com a participação das Nações Unidas e outros parceiros nacionais e internacionais, na área dos mecanismos de coordenação para a prevenção, mitigação, resposta e recuperação de desastres naturais;



PATRIMÓNIO PÚBLICO (Direção Nacional de Segurança do Património Público)

1. Proteção e segurança do património imobiliário e mobiliário do Estado;
2. Elaboração de proposta de diploma legal que aprova a atualização do valor mensal do subsídio de alimentação a atribuir aos funcionários da Direção Nacional de Segurança do Património Público com funções de vigilância ou escalados para serviços em regime de turnos;

SEGURANÇA RODOVIÁRIA (Direção Nacional de Segurança Rodoviária)

1. Realização de ações de informação, campanhas de sensibilização e produção/distribuição de folhetos informativos na área da prevenção e segurança rodoviária junto dos estabelecimentos de ensino e das estações de televisão com o intuito de diminuir a sinistralidade rodoviária;
2. Desenvolvimento de ações junto das entidades relevantes para a aplicação efetiva do regime de controlo de circulação de veículos à entrada e à saída do território nacional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 28/2017, de 02 de agosto;

CONFLITOS COMUNITÁRIOS (Direção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários)

Desenvolvimento de ações de prevenção, mediação e resolução de conflitos comunitários;

INSPEÇÃO E AUDITORIA (Gabinete de Inspeção e Auditoria)

Realização de ações de fiscalização, inspeção e auditoria aos serviços centrais integrados no Ministério do Interior, com destaque para o uso dos meios e equipamentos do Estado;

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (Gabinete de Assessoria)

Manutenção de relações de cooperação no domínio das políticas de Segurança Interna e Proteção Civil com outros países e organizações internacionais.





CAPÍTULO 20

MINISTÉRIO
DO PETRÓLEO
E MINERAIS



COMPETÊNCIAS

O Ministério do Petróleo e Minerais é o departamento governamental responsável pela conceção e execução da política energética e de gestão dos recursos minerais, incluindo o petróleo e outros minérios estratégicos, aprovada pelo Conselho de Ministros, bem como pelo licenciamento e regulação da atividade extrativa, da atividade industrial de beneficiação do petróleo e dos minerais, incluindo a petroquímica e a refinação.



Ficam na dependência do Ministro do Petróleo e Minerais:

- a) Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais;
- b) TimorGap, EP;
- c) Instituto do Petróleo e Geologia, IP.

ATIVIDADES

Atividades realizadas	Resultados alcançados
Organização do GJPRU	Para o sucesso da realização desta atividade, o MPM, em coordenação com a Comissão da Função Pública, reuniram-se com quadros de todos os ministérios. O Grupo de Gestão Profissional de Recursos Humanos (GJPRU sigla em tétum) consiste em identificar os obstáculos do ministério relativamente à prestação de serviços dos funcionários e elevar a qualidade de serviços dos funcionários públicos para que exerçam as suas funções com responsabilidade e criatividade.
Plano Orçamental	O MPM procedeu à elaboração do Plano de Ação Anual para o ano de 2018 e para o ano de 2019. Assim, preparou a proposta de orçamento para os últimos quatro (4) meses do ano 2018 e esclareceu dúvidas dos deputados da Comissão D do Parlamento Nacional numa reunião realizada para o efeito.



Atividades realizadas	Resultados alcançados
Desenvolvimento de Recursos Humanos	No âmbito do programa de desenvolvimento de recursos humanos, vinte (20) cidadãos beneficiários de bolsa de estudos do MPM concluíram com sucesso o curso de especialização na área de petróleo e gás na Universidade Malásia Sabah. A duração do referido curso foi de dois (2) anos. Os referenciados solicitaram ao Ministério a extensão de bolsa de estudo para um período adicional de quatro (4) meses para obterem o certificado da língua inglesa e o certificado <i>T-BO-SIET</i> . Estes dois certificados são importantes para um profissional da área do petróleo e gás, uma vez que o primeiro certificado vai permiti-los a comunicar fluentemente na língua de trabalho na área e o segundo certificado permite-lhes trabalhar em <i>Offshore</i> .
Reunião entre o Quadro do MPM	Foi realizada a reunião trimestral entre os membros de direção, chefias e funcionários permanentes e casuais. Estas reuniões trimestrais têm por objetivo avaliar os serviços realizados de cada Direção, estabelecer o plano de serviço e analisar a disciplina dos funcionários.
Atividades de Aprovisionamento	Encontra-se em fase de preparação a abertura de concurso público para contratação de empresas fornecedoras de bens e serviços.
Monitorização do Projeto Tasi Mane	A equipa do MPM acompanhou a equipa técnica da TIMOR GAP, E.P. a Beaço e Viqueque, de modo a monitorizar a atividade de consulta pública referente ao impacto ambiental relacionado com a implementação do projeto fábrica LNG.
Atividades de Ordem Jurídica	<p>O projeto da Orgânica do Ministério do Petróleo e Minerais foi aprovada pelo Conselho de Ministros. Outrossim, de forma a melhorar a eficiência do funcionamento do Ministério, o MPM preparou uma proposta do Regulamento Interno que se encontra na fase de discussão interna. Encontra-se ainda na fase de preparação o Decreto-Lei que cria a Companhia Nacional Mineira e a Lei do Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE). Juntamente com a ANPM, encontram-se em fase de preparação os seguintes diplomas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Decreto-Lei sobre Operações Petrolíferas <i>Onshore</i>; 2. Código Mineiro; 3. Decreto-Lei sobre a Importação, Transporte, Armazenagem e Utilização de Produtos Explosivos para a Implementação de Projetos de Interesse Público;





Atividades realizadas	Resultados alcançados
<p>Atividades de Ordem Jurídica</p>	<ol style="list-style-type: none"> 4. Decreto-Lei sobre a transição de títulos petrolíferos e a regulação das atividades petrolíferas na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero; 5. Decreto-Lei sobre a transição de títulos petrolíferos e a regulação das Atividades Petrolíferas no campo de Buffalo, Laminaria e W-18L; 6. Decreto-Lei sobre a transição de títulos petrolíferos e a regulação das Atividades Petrolíferas no campo de Bayu-Undan; 7. Decreto-Lei sobre Emprego nas Atividades Extra-tivas.
<p>Implementação do programa relativo à Boa Governação – Transparência e Contabilidade das Receitas provenientes do setor do petróleo, gás e minerais</p>	<p>O MPM está a preparar os Termos de Referência (ToR) para efeitos de contratação de um Administrador Independente (AI), para um período de três (3) anos. A referida contratação tem por objetivo a elaboração dos próximos relatórios TL-ITIE e estudos de viabilidade. Também foi aprovado o Relatório da ITIE relativo à reconciliação das receitas petrolíferas do ano fiscal de 2015 e o relatório de progresso anual dos trabalhos realizados pelo <i>MSWG (Multi Stake Holder Working Group)</i>. Para além das atividades supra, o MPM realizou o Colóquio Anual juntamente com o Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero sobre o relatório da ITIE do ano 2014 e 2015, no Posto Administrativo Zumalai e Hatudo.</p>
<p>Outras Atividades</p>	<p>O MPM realizou ainda as seguintes atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Handover</i> do escritório do Ministério do Petróleo do VII Governo Constitucional localizado no Palácio do Governo à Direção Nacional de Logística do Conselho de Ministros. 2. Participou no primeiro encontro do VIII Governo na área de comunicação. 3. Procedeu à entrega de oito (8) viaturas e dezoito (18) motas, que já não se encontram em condição de uso, ao Ministério das Finanças, mais precisamente à Direção Nacional do Património de Estado, para que sejam leiloados.



ANPM (AUTORIDADE NACIONAL DO PETRÓLEO E MINERAIS)

1. Setor de Downstream:

» Licenças de Comercialização:

- Emissão de quatro (4) Licenças de Comercialização de Downstream.
- As taxas recolhidas durante o período das Licenças de Comercialização foram de \$1 809.82.

» Licenças e Atividades dos Postos de Abastecimento de Combustível:

- Aprovação de localização para um posto de abastecimento de combustível para aviação.
- Realização de inspeções preliminares e finais a todos os postos de abastecimento de combustível licenciados.

» Autorização para candidaturas a Importação de Combustíveis (tais como Lubrificantes, GPL, Asfalto, Combustível para Aviação, Gasolina para Aviação, Gasolina Rodoviária, Gasóleo Rodoviário e Gasóleo para a EDTL/Energia) para o território de Timor-Leste:

- Setenta e duas (72) autorizações de transações foram concedidas e cinquenta (50) autorizações de transações já haviam sido executadas.

» Atividades de Calibração:

- A Direção de Downstream da ANPM está neste momento a conduzir atividades de calibração aos dispensadores de combustível dos postos de abastecimento de combustível em todos os Municípios.
- As atividades de calibração nas zonas Oeste e Sul foram concluídas a 21 de setembro de 2018.
- Nas atividades seguintes, a calibração continuará na Zona Este.



» Regulamento de *Downstream*:

- Alteração da data limite para os postos de abastecimento de combustível existentes ao abrigo do artigo n.º40 do Regulamento n.º1/2013, sobre a Instalação e a Operação dos Postos de Abastecimento de Combustível.
- A Direção de *Downstream* submeteu uma proposta ao Conselho Diretivo da ANPM procurando a aprovação de uma prorrogação da data-limite ao abrigo do artigo n.º40.
- A proposta foi aprovada e será publicada no Jornal da República na próxima semana.

» Seminário sobre Comercialização:

- O seminário foi realizado para todos os comerciantes licenciados, incluindo para as empresas que desejam conduzir atividades de comercialização. Este seminário teve o objetivo de disseminar o Regulamento de Comercialização, especialmente no que toca ao processo de importação de combustíveis, biocombustíveis e lubrificantes.
- O seminário foi conduzido com muito sucesso e contou com a participação de quarenta e dois (42) empresas no evento.



2. Setor de Minerais:

» Atualização dos Processos de Candidaturas a Licenças Minerais e das suas Receitas:

- Emissão de catorze (14) comentários técnicos para licenças minerais e um (1) ainda em processamento.



- Emissão de uma (1) Licença de Prospecção para a China Harbour, Lda.
 - Emissão de 8 (oito) Licenças Mineraias para o Grupo de Construção Xangai, de modo a apoiar os projetos de construção de estradas.
- » **Atribuição de aprovação a onze (11) localizações para empresas mineiras, como a CBMI, a Jonize, a Metalica e a Fitun Diak.**
- O total de Taxas Mineraias recolhidas à data do relatório é de USD 806,425.64, valor este composto pelo pagamento de Licenças Mineraias USD 145,700.00 e ainda pelo pagamento de Compensações USD 660,725.64.
- » **Comentários Técnicos de SSA para EMP e SEIS:**
- Emissão de 8 (oito) comentários técnicos para SEIS e EMP para as empresas Carya Timor Leste, Lda, Joinize Unip, Lda, City Development Group, Lda, Nobre Labadaen Unip., Lda e Montana Diak, Lda.
 - Conclusão de dois (2) comentários da categoria de projetos para a Nananiu Unip., Lda e a Profrawijaya Unip., Lda.
 - Emissão de 5 (cinco) Planos de Gestão da Licença Ambiental para Localizações Específicas para a empresa Grupo de Construção Xangai.
- » **Pesquisa Mineral com recurso a Drone:**
- Realização de uma pesquisa com recurso a drone ao campo da pedreira COVEC-CRFG em Suai.
 - Participação numa Pesquisa Conjunta ao Campo Geológico para Mineraias com a PT Karvak em Suai.
 - Realização de uma pesquisa com recurso a drone a empresas locais na área de Suai, tais como a Aitula, Lda, a Nananiu Unip., Lda e a Starking Construction.
 - Realização de uma pesquisa com recurso a drone à pedreira da Montana Diak Unip., Lda em Hera.
 - Realização de uma pesquisa com recurso a drone na Área de Beduku, Rio de Comoro, de forma a apoiar o estudo técnico sobre as Diretrizes Mineiras.



- » **Inspeções aos Locais:**
 - Realização de uma inspeção ao local das pedreiras existentes em Suai, como a Aitula, Lda, a Nananiu Unip., Lda, a COVEC - CRFG e a Nobre Labadaen Unip., Lda.
 - Realização de uma inspeção ao local ao campo da SCG no Rio de Aipelu, no Município de Liquiçá.
 - Emissão do relatório da inspeção à COVEC -CRFG.
- » **Atualização da TL Cement:**
 - Revisão do Plano Mineiro da TL Cement e preparação dos comentários técnicos relevantes ao plano.
- » **Exposição de Mármore - Verona, Itália:**
 - Escolha de amostras de Maubisse e Ilimanu, transporte das mesmas para Behau para corte e envio das mesmas para Verona. Mais de 100 amostras estão neste momento na exposição.
- » **Conclusão do teste STM ao Mármore.**
 - Preparação e participação na Exposição do Mármore em Itália.

3. Contrato de Partilha na Produção (CPP) e Conteúdo Local:

- » **Legal: Decreto-Lei sobre Operações Petrolíferas *Onshore* em Timor-Leste:**
 - O esboço final está pronto para ser apresentado ao Conselho de Ministros no próximo mês.
- » **Código Mineiro:**
 - Está neste momento em processo de revisão, de modo a inserir alguns comentários da Universidade de Coimbra, Portugal.
- » **Decreto-Lei sobre a criação da Murak Rai, Timor:**
 - O esboço final está pronto, tendo que ser, todavia, enviado ao Assessor Legal do MPRM para verificação final.
- » **Decreto-Lei sobre Emprego nas Atividades Extrativas:**
 - O esboço final está pronto e será apresentado ao SEFOPE antes de ser levado a Conselho de Ministros no próximo mês.
- » **Decreto-Lei sobre a transição de títulos petrolíferos e a regulação das atividades petrolíferas na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero:**
 - O esboço do Decreto-Lei foi preparado tanto pela Austrália



como por Timor-Leste através de um processo de revisão legal adequada, sendo ainda necessário ampliar a discussão de modo a apurar a existência de quaisquer lacunas ou inconsistências. O esboço já circulou pelos parceiros associados para comentários e opiniões adicionais.

» Decreto-Lei sobre a transição de títulos petrolíferos e a regulação das atividades petrolíferas nos campos de Buffalo, Laminaria e W-18L:

- Os esboços dos Decretos-Lei foram preparados tanto pela Austrália como por Timor-Leste através de um processo de revisão legal adequada, tendo ainda sido reencaminhada uma discussão mais ampla e as respetivas leis para a *Carnarvon Petroleum Limited* e para a *Northern Oil and Gas Pty Ltd*. Para emitirem comentários e opiniões adicionais.

» Decreto-Lei sobre a transição de títulos petrolíferos e a regulação das atividades petrolíferas no campo de Bayu-Undan:

- O esboço do Decreto-Lei foi preparado tanto pela Austrália como por Timor-Leste através de um processo de revisão legal adequada, sendo ainda necessário ampliar a discussão de modo a apurar a existência de quaisquer lacunas ou inconsistências. O esboço já circulou pela parceiros associados de Bayu-Undan para comentários e opiniões adicionais.

» Conteúdo Local: *ConocoPhillips* - Bayu-Undan CPP 03-12, 03-13:

- Realização das atividades regulares na avaliação das candidaturas de aprovisionamento submetidas pelos Operadores. Em seguida, apresentam-se os detalhes das notificações de aprovisionamento recebidas de cada operador:
 - Operações normais de Bayu-Undan;
 - Aprovação de Comunicação de Satélite de Alta Velocidade;
 - Ligação Primária às Instalações de Bayu-Undan e aos Poços de Enchimento de Bayu-Undan; e
 - Aprovação do fornecimento de Combustível para as Operações de Bayu-Undan e para as atividades de Perfuração dos Poços de Enchimento de Bayu-Undan.

» ENI – CPP ACDP 11-106:

- Resposta ao pedido de notificação da Eni para uma *Single Source* dos Serviços de Apoio Logístico da Campanha de Perfuração Kanase.
- Aprovação da Celebração de um Contrato para os Serviços de



- Recuperação de Lama para a Campanha de Perfuração Kanase.
- Aprovação do Concurso dos Serviços de Helicóptero para a Campanha de Perfuração Kanase.
 - Aprovação do Concurso para Petróleo de Grau Marítimo para a Campanha de Perfuração Kanase.
 - Aprovação da Celebração de um Contrato com a Parte Externa QAQC para a Campanha de Perfuração Kanase.
 - Aprovação do Concurso para os Serviços de Fornecimento Básico para a Campanha de Perfuração Kanase.
 - Aprovação da Celebração de um Contrato para Engenharia Técnica e para Geólogo do Local do Poço para a Campanha de Perfuração Kanase.
 - Aprovação da Celebração de um Contrato para a Unidade de Perfuração *Offshore* Móvel Atracada (*Moored Mobile Offshore Drilling Unit- MODU*) para a Campanha de Perfuração Kanase.
- » **Timor Resources - CPPOnshoreTL-OT-17-08 e TL-OT-17-09:**
- Aprovação da Celebração de um Contrato para a Aquisição Sísmica 2D dos Blocos A e C.
 - Aprovação do uso do “bem importado” camião Vibroseis para a Aquisição Sísmica 2D dos Blocos A e C.
- » **Programa de Bolsas *Fulbright* SERN:**
- No total, foram recrutados vinte (25) estudantes do 1º e do 2º grupos do programa, dos quais dezoito (18) estudantes se graduaram com sucesso e regressaram a Timor-Leste. um (1) estudante encontra-se ainda a estudar em Ciência Ambiental na Universidade de Indiana e espera-se que se gradue em dezembro de 2018. Seis (6) outros estudantes não conseguiram levar a cabo este programa de estudos, devido a compromissos pessoais e profissionais; e
 - O recrutamento do 3º grupo do programa foi efetuado no final de 2017, tendo deste grupo sido quatro (4) estudantes bem sucedidos recrutados; contudo, dois (2) dos candidatos recusaram a oferta devido a questões de saúde e a outros compromissos. Os dois estudantes que aceitaram as ofertas confirmaram que iam levar a cabo os programas de Mestrado em Geologia e em Engenharia do Petróleo.
- » **Projeto da Biblioteca Nacional de Timor-Leste (CPP 06-105):**
- O Projeto da Biblioteca Nacional já tinha iniciado o seu processo



com a execução do trabalho de campo antes do pacote de trabalho da ANPM e da *Jova Construction*, ao abrigo de um Acordo de Prestação de Serviços assinado a 17 de agosto de 2017. Espera-se que o projeto de construção do trabalho de campo esteja finalizado em dezembro de 2018. De forma a garantir a qualidade do projeto e que o trabalho decorre de acordo com o cronograma, a SEAC/MEC (Ministério da Educação e Cultura), como proprietário do projeto, comprometeu-se a ser o Consultor-Supervisor, de modo a fiscalizar o mesmo em colaboração com o pessoal técnico apontado da ANPM.

» Programa de Formação Vocacional e Educacional:

- Dezoito (18) formandos graduaram-se com sucesso do nível II da Formação em Engenharia Elétrica e Instrumentação. O Certificado de nível II da Formação em Engenharia Elétrica e Instrumentação constitui um programa-piloto desenvolvido pela *ConocoPhillips*, em representação dos parceiros associados em Bayu-Undan, da ANPM e do SEPFOPE. Este programa é implementado pelo Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional (CNEFP), Tibar e ACTEMIUM.

» Programas de Estágio de Graduação:

- O recrutamento para o segundo grupo do programa foi realizado. Um Grupo de Trabalho foi estabelecido entre a ANPM e a COP em julho de 2017. O número de estagiários aceites aumentou para catorze (14) na Fase 1 e sete (7) no estágio (Fase 2). As disciplinas acordadas são: engenharia, naval, logística e aprovisionamento e finanças. Foram recebidas mil e trinta (1030) candidaturas.

» Formação e Emprego:

- O total de funcionários timorenses é de quatrocentos e dezasseis (416), consistindo de:
 - *Onshore* 25%.
 - *Offshore* 51%.
 - Trabalhadores em empresas 15%.
 - Poços de enchimento Bayu-Undan 9%.

» Instalações de armazenamento central de fitas de dados:

- O custo total de US\$3.02 MM foi já atribuído ao projeto. No entanto, devido aos preços de mercado atuais, o orçamento para cobrir todos os custos relevantes do projeto é insuficiente. Neste sentido, o Grupo de Trabalho já identificou a possibilidade de



custos adicionais serem necessários para cobrir os trabalhos de campo e as necessidades do IPG previstas no orçamento anual de 2018. A ENI encontra-se no processo de envolver a PT Bita na realização de uma pesquisa do solo, de modo a produzir o projeto conceptual.

4. Setor de Pesquisa e Disponibilização de Áreas:

- » *Timor Resources* PTY LTD - CPP TL-OT-17-08 e CPP TL-OT-17-09:
 - Seminário Inter-Ministerial para a Pesquisa Sísmica usando o camião Vibroseis – este foi essencial visto que a pesquisa também precisa do apoio dos outros Ministérios.
 - Aprovação principal para a *Timor Resources* realizar a Pesquisa Sísmica 2D usando o camião Vibroseis.
 - Apoio à *Timor Resources* fornecendo referências à Alfândega e Quarentena para o envio de amostras para fora de Timor para análises laboratoriais.
 - Participação na viagem de prospeção sísmica e na consultação à comunidade para a próxima pesquisa sísmica *Onshore* na área de Suai dos Blocos A e C.
- » Inspeção ao helicóptero da PT Karvak do Projeto de Pesquisa Geofísica Aerotransportada Integrada (*Integrated Airborne Geophysical Survey - IAGS*), para continuar com a pesquisa magnética e radiométrica.
 - Seminário em setembro sobre o progresso dos trabalhos, assim como interpretação dos dados e trabalho de campo.
 - Viabilizar e apoiar a PT Karvak, informando os sucros e as aldeias, no que toca às pesquisas magnética e radiométrica.
 - Trabalho de campo sobre o potencial em minerais e hidrocarbonetos, com base nos dados de gravidade e nos dados magnéticos regionais.
 - Monitorizar e supervisionar as atividades de pesquisa, incluindo o estabelecimento de um centro de dados aerotransportados.
 - Visita de campo às operações no município de Manatuto e realização de controlo de qualidade dos dados adquiridos em colaboração com consultores externos.
- » ENI TL S06-04 – Resposta à ENI através de uma carta com vista à aprovação principal de prorrogação do CPP:



- Escrita de um sumário e de uma recomendação ao Ministro em exercício, no tocante à recomendação de prorrogação.

5. Setor Comercial:

- » Modelo Económico para o Período de Desaceleração de Bayu Undan:
 - Foi preparado o Modelo Económico o Período de Desaceleração de Bayu Undan.
- » Reunião da Comissão Conjunta em Díli:
 - Foi preparado o material para a reunião da Comissão Conjunta em Díli.
- » Auditoria 11-106 ao ano de 2015:
 - Foi concluída a auditoria ao ano de 2015.
- » Auditoria ao CPP do Bloco E do ano de 2015:
 - Foi concluída a auditoria ao CPP do Bloco E do ano de 2015.
- » Disseminação do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero (*Konsellu Konsultivu Fundu Petrolíferu -KKFP*):
 - Participou-se na disseminação do KKFP.
- » Retorno das Despesas dos CPP para todos os CPP's:
 - Foi revisto o retorno trimestral das despesas dos CPP para todos os CPP's.
- » Processo do Código Mineiro:
 - Apoiou-se o processo do Código Mineiro – Preparação para re-submissão.
- » Auditoria do Retorno do CPP à Woodside (Operador do CPP do Sunrise):
 - Foi realizada a Auditoria Anual do Retorno do CPP à Woodside (Operador do CPP do Sunrise).
- » Auditoria do Retorno do CPP à ENI (11-106 & Operador do CPP do Bloco E da AETL):
 - Foi realizada a Auditoria Anual do Retorno do CPP à ENI (11-106 & Operador do CPP do Bloco E da AETL).
- » Auditoria ao CPP de Bayu Undan dos anos de 2015 e 2016:
 - Foi concluída a Auditoria ao CPP de Bayu Undan dos anos de 2015 e 2016.



- » Auditoria às Receitas e Despesas de Retorno do CPP da *ConocoPhillips* (Operador do CPP de Bayu Undan):
 - Foi realizada a Auditoria Anual às Receitas e Despesas de Retorno do CPP da *ConocoPhillips* (Operador do CPP de Bayu Undan).
- » Modelo Económico para diferentes CPP's e Projetos ao abrigo da ACDP – para fins de regime de transição:
 - Foram preparados diversos modelos económicos para diferentes CPP's e Projetos ao abrigo da ACDP – para fins de regime de transição.
- » Regime de Transição do Tratado do Mar de Timor para o novo Tratado das Fronteiras Marítimas:
 - Foi dada assistência e participou-se no Regime de Transição do Tratado do Mar de Timor para o novo Tratado das Fronteiras Marítimas.
- » Transferências do Fundo do Petróleo para os dois países:
 - Foram transferidos \$11,703,928.03 para a conta de Timor- -Leste. Este valor representa a Primeira Parcela de Petróleo e Lucro do Petróleo.

6. Setor de Saúde, Segurança e Ambiente (SSA):

- » jun - ago 2018 - Poços de enchimento de Bayu-Undan (Bayu- -Undan Infill Well - BUIW) – *ConocoPhillips* (COP):
 - Foi analisada a nova revisão do Plano de Gestão Ambiental (PGA) da Perfuração de BUIW.
 - A COP requereu a revisão do compromisso no âmbito do PGA da Perfuração de BUIW, a qual necessita de processamento *Onshore*, reciclagem e/ou despejo. Foi proposto que a interface do poço e os fluidos de limpeza do fosso fossem eliminados através de despejo no mar.
 - Após ser concluída a análise, a ANPM emitiu uma carta de rejeição à revisão do PGA da Perfuração de BUIW, visto que a opção de despejo no mar conduziria ao não-cumprimento do regulamento da ACDP, já que o teor do óleo na interface do poço e os fluidos de limpeza do fosso eram bem acima do que está regulamentado interinamente na ACDP.
- » Bloco A - *Timor Resources*:
 - Foi analisada a Candidatura a Licença Ambiental por parte da



Timor Resources e os Documentos do Projeto para a Pesquisa Sísmica por Vibroseis no CPP do Bloco A TL-OT-17-08.

- A revisão das candidaturas incluindo os Documentos do Projeto foi concluída, a decisão sobre categoria do projeto foi emitida em julho e a Pesquisa Sísmica por Vibroseis foi classificada como Projeto da Categoria B.
 - Esta análise foi conduzida conjuntamente com a DNCPIA.
- » **Bloco C- *Timor Resources*:**
- Foi analisada a Candidatura a Licença Ambiental por parte da *Timor Resources* e os Documentos do Projeto para a Pesquisa Sísmica por Vibroseis no CPPdo Bloco C TL-OT-17-09.
 - A revisão das candidaturas incluindo os Documentos do Projeto foi concluída, a decisão sobre a categoria do projeto foi emitida em julho e a Pesquisa Sísmica por Vibroseis foi classificada como Projeto da Categoria B.
- » **Bloco A - *Timor Resources*:**
- Foi analisada a Declaração de Impacto Ambiental Simplificada (*Simplified Environmental Impact Statement - SEIS*) da *Timor Resources* e o Plano de Gestão Ambiental (PGA) para a pesquisa sísmica por vibroseis no CPP TL-OT-17-08 do Bloco A.
 - A revisão da SEIS e do PGA foi concluída e a Licença Ambiental da Categoria B para o projeto foi emitida em setembro.
- » **Bloco C- *Timor Resources*:**
- Foi analisada a Declaração de Impacto Ambiental Simplificada (*Simplified Environmental Impact Statement -SEIS*) da *Timor Resources* e o Plano de Gestão Ambiental (PGA) para a pesquisa sísmica por vibroseis no CPP TL-OT-17-09do Bloco C.
 - A *Timor Resources* está atualmente a processar as respostas aos questionários de avaliação.
- » **Bayu-Undan (BU)- COP:**
- Foi analisada a nova revisão ao Plano de Gestão Ambiental das Operações (*Operations Environmental Management Plan - EMP*).
 - A COP conduziu atualizações menores ao PGA das Operações em BU, de forma a incluir a infraestruturas instaladas durante o Projeto BUIW.
 - A ANPM emitiu as suas notas de revisão e a COP respondeu



a 18 de setembro de 2018. A ANPM está atualmente a rever as respostas.

» Poços de Enchimento de Bayu-Undan (Bayu-Undan Infill Well - BUIW) - COP:

- Foi conduzida uma Inspeção de SSA da ANPM aos 2 (dois) Navios de Apoio à Plataforma (*Platform Support Vessels - PSVs*) - navios MMA Responder e *Mermaid Leeuwin em Darwin, Austrália*.

» Poços de Enchimento de Bayu-Undan (*Bayu-Undan Infill Well - BUIW*) - COP:

- Foi conduzida uma inspeção de Plano de Ação Corretiva (*Corrective Action Plan - CAP*) pela equipa de SSA da ANPM à Sonda de Perfuração de BUIW *Noble Tom Prosser* (NTP).
- A inspeção foi uma inspeção de seguimento, de forma a assegurar que o plano com todas as ações corretivas que identificava as descobertas regulatórias anteriores foi implementado e devidamente encerrado, de acordo com as datas propostas.
- Uma inspeção prévia da ANPM foi conduzida antes de a sonda de perfuração NTP ter sido trazida para a ACDP.

» Bayu-Undan (BU) - COP:

- Foi conduzida uma inspeção de Plano de Ação Corretiva (*Corrective Action Plan - CAP*) pela equipa de SSA da ANPM às Infraestruturas de BU (CPP & FSO).
- A inspeção foi uma inspeção de seguimento a CPP e FSO, de forma a assegurar que o plano com todas as ações corretivas e descobertas da inspeção da ANPM de 2017 foi encerrado e as ações foram devidamente implementadas, de acordo com as datas propostas.

» Bayu-Undan (BUIW):

- Foi realizada a revisão do caso de segurança do navio *Skandi Acergy* e os documentos e os seus documentos transitórios. A *ConocoPhillips* tenciona utilizar o navio de cargas pesadas chamado "*Skandi Acergy*" para a instalação de dutos de escoamento submarinos BUIW DS05.

» Bayu-Undan (Operações):

- Foi revisto o Caso de Segurança das Operações de Bayu-Undan.



- O Caso de Segurança Operacional de Bayu-Undan foi revisto pela COP, de forma a incorporar três (3) novos poços de BUIW, tais como: dois (2) poços de plataforma e um (1) poço submarino, nomeadamente o W12, o DS05 e o D10.
- » Bayu-Undan (BUIW):
- Foi revista a candidatura e os documentos de apoio para a autorização da construção e instalação dos dutos de escoamento submarinos BUIW DS05. A *ConocoPhillips* tenciona construir e instalar dutos de escoamento para o poço BUIW DS05.
- » Bayu-Undan (Operações):
- Foi revista a candidatura e os documentos de apoio da extensão para o helicóptero do tipo S92 poder aterrar nos heliportos de Bayu-Undan (CUQ, FSO e WP1), de forma a apoiar as operações de campo em Bayu-Undan.
 - A *ConocoPhillips* pediu que o helicóptero S92 da Babcock aterrasse em todos os heliportos de Bayu-Undan (CUQ, WP1 e FSO) para apoiar as operações de Bayu-Undan.
- » Bayu-Undan (BUIW):
- Revisão da candidatura para deslocação da sonda e documentos de apoio para deslocar a Unidade de Perfuração Móvel *Offshore “Noble Tom Proser”* da localização no poço W12 para a próxima localização no poço DS05 dentro da Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero.
 - Foi aprovado o pedido da *ConocoPhillips* de deslocar a sonda de perfuração MODU Jack-Up *“Noble Tom Proser”* da anterior localização no poço W12 em WP1 para a próxima localização no poço BU-DS05.
 - Revisão da autorização para usar uma instalação *“MODU Noble Tom Proser”* para a candidatura de campanha de perfuração de DS05 e os documentos de apoio à campanha de perfuração de DS05. A *ConocoPhillips* pediu autorização à ANPM para utilizar a instalação *“MODU Noble Tom Proser”* para perfurar DS05.
 - Revisão da candidatura à deslocação da sonda e documentos de apoio para deslocar a Unidade de Perfuração Móvel *Offshore “Noble Tom Proser”* da localização no poço DS05 para a próxima localização no poço D10 dentro da Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero. A *ConocoPhillips* pediu para deslocar a sonda de perfuração MODU Jack-Up *“Noble Tom Proser”* da



anterior localização BU-DS05 para a próxima localização no poço BU-D10.

- Revisão da autorização para usar a Unidade de Perfuração Móvel *Offshore “Noble Tom Proser”* para a candidatura de campanha de perfuração de D10 e os documentos de apoio à mesma. A *ConocoPhillips* pediu autorização à ANPM para utilizar a instalação “*MODU Noble Tom Proser*” para a campanha de perfuração BU-D10.

» **TIMOR Resources:**

- Revisão do plano de SSA e do Plano de Resposta de Emergência (PRE) e dos documentos de apoio para a aquisição de dados sísmicos 2D da área *Onshore* de Timor-Leste para os CPP TL-OT-17-08 do Bloco A e TL-OT-17-09 o Bloco C.
- A *Timor Resources* tenciona conduzir a aquisição de dados sísmicos 2D da área *Onshore*. Assim, a submissão regulatória do Plano de Saúde e Segurança, incluindo o Plano de Resposta de Emergência, foi efetuada e revista pela ANPM.
- Observação de campo nos Blocos A e C da *Timor Resources*.
- Três (3) visitas de campo realizadas a Suai e a Manufahi (Blocos A e C da *Timor Resources*) para observar o progresso do envolvimento com a comunidade e a preparação para a pesquisa nestes blocos pelo Operador.

» **Bayu Undan (Operações):**

- Revisão da Candidatura para a Descarga de Condensado do Navio-Petroleiro *STI Gauntlet*.
- A *ConocoPhillips* pediu uma autorização para o Navio-Petroleiro *STI Gauntlet* entrar e sair da ACDP para descarregar Condensado.
- Revisão da Candidatura para a Descarga de Gás GPL do Navio-Petroleiro Lotus.
- A *ConocoPhillips* pediu uma autorização para o Navio-Petroleiro Lotus entrar e sair da ACDP para descarregar GPL.
- Revisão da Candidatura para a Descarga de Condensado do Navio-Petroleiro SKS Delta.
- A *ConocoPhillips* pediu uma autorização para o Navio-Petroleiro SKS Delta entrar e sair da ACDP para descarregar Condensado.



» Bayu-Undan (BUIW):

- Revisão da candidatura do navio MMA Leveque e dos documentos de apoio.
- A *ConocoPhillips* pediu uma autorização para o Navio MMA Leveque entrar na ACDP e realizar as suas funções, tais como:
 - Transporte do pacote submarino “*Xmas tree*” de Darwin para a Sonda de Perfuração NTP no Campo de Bayu Undan;
 - Provisão de Operações Adicionais da Sonda de Perfuração NTP para as atividades de cargas pesadas;
 - Realização de uma pesquisa sonar do fundo do mar em DPP, antes da deslocação da Sonda NTP para o poço D10.
- Revisão da candidatura do navio *Mermaid Voyager* e dos documentos de apoio.
- A *ConocoPhillips* pediu uma autorização para o Navio *Mermaid Voyager* entrar na ACDP e realizar as suas funções de apoio à deslocação da Sonda Noble Tom Prosser (NTP) do poço DS05 para o poço D10 na Plataforma DPP.

» Bayu-Undan (BUIW) e Bayu Undan (Operações):

- Revisão da candidatura do navio *Mermaid Voyager* e dos documentos de apoio.
- A *ConocoPhillips* pediu uma autorização para o Navio *Mermaid Voyager* entrar na ACDP e realizar as suas funções, tais como:
 - BUIW – Pre-colocação da âncora em preparação para a deslocação da Sonda NTP para DPP;
 - Operações em Bayu-Mudança da mangueira de Condensado FSO no final de agosto/início de setembro.

7. Setor de Desenvolvimento e Produção:

» Foi atribuída uma carta de aprovação para completar o Poço de Plataforma BUW12ST1:

- Foi revisto e avaliado um pedido do Operador sobre o Plano de Completação de Poço, o Programa de Atividades no Poço e informação técnica relacionada no final da campanha de perfuração BUIW12ST1.



- » Foi atribuída uma carta de aprovação para testar o Poço de Plataforma BUW12ST1:
 - Foi revisto e avaliado um pedido de aprovação do Operador sobre o Plano de Testagem e Limpeza de Poço, juntamente com os documentos técnicos relevantes de BUIW12ST1.
- » Foi atribuída aprovação para suspender temporariamente o Poço de Plataforma BUW12ST1:
 - No seguimento de perfuração, completação de poço e testagem de poço bem-sucedidas, BUIW12ST1 foi temporariamente suspenso para operações presas à cabeça de produção da plataforma WP1. A equipa conduziu uma revisão e avaliação da informação/documentos técnicos relevantes, incluindo os documentos das atividades do poço e o plano de limpeza do poço.
- » Foi atribuída uma carta de aprovação para produzir o poço de plataforma BUW12ST1:
 - A equipa conduziu uma avaliação da estratégia de produção no pedido do operador para aprovação da produção de BU-W12ST1.
- » Foi atribuída uma carta de aprovação para perfurar o Poço Submarino BU-DS05:
 - Foi revisto e avaliado o pedido do operador para perfurar o Poço Submarino DS05, como parte do projeto BUIW. Os documentos relacionados incluem o Programa de Atividades do Poço, o Plano da Perfuração do Poço e as várias discussões e correspondência por correio eletrónico.
- » Foi revisto o resultado da validação do medidor de gás de exportação CUQ:
 - CUQ é comprimido, serviços e plataforma trimestral no Campo de Bayu Undan.
- » Auditoria da Medição DLNG:
 - Foi preparado o Âmbito da Auditoria, conduzida a Auditoria e apresentadas as descobertas ao Operador.
- » Foi atribuída uma carta de aprovação para completar o Poço Submarino BUIWDS05:
 - Foi revisto e avaliado o pedido do operador para o Plano de Completação de Poço, o Programa das Atividades do Poço e informação técnica relacionada no final da campanha de perfuração de BUIWDS05.



- » Foi atribuída uma carta de aprovação para testar o Poço Submarino BU-DS05:
 - Foi revisto e avaliado o pedido de aprovação do operador para o Plano de Testagem e de Limpeza do Poço, juntamente com os documentos técnicos relevantes de BUIWDS05.
- » Foi atribuída aprovação para suspender temporariamente o Poço Submarino BUIWDS05:
 - No seguimento de perfuração, completação de poço e testagem de poço bem sucedidas, BUIWDS05 foi temporariamente suspenso, para permitir a instalação de um sistema submarino antes da primeira produção de gás. A equipa conduziu uma revisão e avaliação da informação/ documentos técnicos relevantes, incluindo os documentos das atividades do poço e o plano de limpeza do poço.
- » Foi atribuída uma carta de aprovação para perfurar o Poço de Plataforma BU-D10:
 - Foi revisto e avaliado o pedido do operador para perfurar D10, como parte do projeto BUIW. Os documentos relacionados incluem o Programa de Atividades do Poço, o Plano da Perfuração do Poço e as várias discussões e correspondência por correio eletrónico.
- » Foi testemunhada a campanha de perfuração de W12ST1 & DS05 e a testagem dos poços *Offshore* do Campo de Bayu-Undan em julho e em setembro:
 - Dois elementos da equipa de D&P, bem como oficiais de reservatório e de perfuração, testemunharam à vez as atividades.
- » Dois elementos da equipa de D&P participaram na formação Bosiet em setembro de 2018:
 - Como parte do requisito de visitas a *Offshore*, os dois oficiais técnicos participaram na e completar a Formação BOSIET. Procura-se, assim, assegurar que a equipa cumpre todos os requisitos que lh permite realizar as inspeções às instalações em *Offshore*.
- » Preparação do âmbito da inspeção de manutenção a Bayu-Undan:
 - A Inspeção de Manutenção será conduzida de 24 de setembro a 3 de outubro de 2018. As atividades de preparação incluem revisão da informação de manutenção relevante e comunicação ativa com o operador.



- » Continuação do trabalho sobre o modelo de estudos de simulação de subsuperfície com o consultor:
 - Este é um estudo contínuo sobre o modelo do reservatório do campo de BU, assegurando que as reservas precisas são estimadas e recuperáveis.
- » Produção de Bayu-Undan:
 - A equipa continua a conduzir uma monitorização próxima do desempenho da produção e de reservatório, incluindo da fiabilidade das instalações.

8. Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP):

- » ACDP-Reunião da Comissão Conjunta:
 - Atualização da informação dos Comissários Conjuntos tanto de Timor-Leste como da Austrália sobre os assuntos respeitantes à Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero, tais como os relatórios trimestrais das Direções da ANPM, destacando cada uma das atividades durante três meses nos setores da Saúde, Segurança e Ambiente, Desenvolvimento e Produção, Comercial, Serviços Corporativos,
- » CPP e Legal e Pesquisa e Disponibilização de Áreas.
- » As Reuniões dos Regimes de Transição foram realizadas em Díli, Brisbane e Darwin:
 - As Reuniões dos Regimes de Transição tiveram lugar quatro vezes durante o período de junho a setembro. As discussões tidas nestas reuniões focaram-se essencialmente nos assuntos relacionados com os novos Contratos de Partilha na Produção e Decreto-Lei para os Campos de Bayu Undan, Kitan e 11-106 na ACDP (Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero). Embora as reuniões estejam ainda em curso, têm havido alguns resultados bem-sucedidos nas provisões dos CPP's e do DL. Desde a primeira reunião até à presente data, as empresas têm mostrado boa fé em participar, rever e providenciar comentários sobre as novas versões dos CPP's e do DL. Para além disso, têm igualmente existido discussões sobre os Regimes Fiscais e Logísticos entre as empresas, Timor-Leste e a Austrália e sobre os passos que se seguirão como resultado do recente Tratado de Fronteiras Marítimas.



TIMOR GAP

1. Desenvolvimento Institucional e de Capital Humano

- Dois trabalhadores estão a participar no Programa de Destacamento conduzido na Base *Offshore* do projeto Bayu-Undan *Infill Well* (BUIW), que decorrerá durante seis meses de 18 de julho a 26 de dezembro de 2018, com o propósito de incrementar a capacidade e conhecimento na área das operações de perfuração da indústria do petróleo & gás;
- Cinco trabalhadores participaram na formação da *China Oil Services Limited* (COSL) em Singapura durante um mês, de 30 de julho a 24 de agosto de 2018. O objetivo desta formação é adquirir conhecimento e experiência prática na área de projetos concretos da indústria do petróleo e gás, particularmente em Saúde, Segurança e Ambiente, Gestão de Recursos Humanos, Finanças e Gestão de Dados;
- Quatro trabalhadores participaram na Formação Tropical Básica de Indução à Segurança e Emergência no *Offshore* (*Offshore Tropical Basic Offshore Safety Induction & Emergency Training* ou *T-BOSIET*), com a duração de três dias, em Jacarta, Indonésia. O intuito desta formação é reforçar a sensibilização no que diz respeito a aspetos de Saúde, Segurança e Ambiente relacionados com as operações da indústria do petróleo e gás, assim como obter o certificado da Formação em Escape de Helicóptero Submerso (*Helicopter Underwater Escape Training* ou *HUET*) acreditada pela OPITO. Este certificado é um requisito obrigatório para que os trabalhadores da TIMOR GAP se possam deslocar às plataformas petrolíferas no *Offshore*;
- Três trabalhadores participaram na Introdução à Gestão de Informação na Indústria Petrolífera em Perth, Austrália, durante cinco dias de 10 a 14 de setembro de 2018. O intuito desta formação é maximizar e fortalecer o conhecimento e competências dos trabalhadores da TIMOR GAP a fim de os familiarizar com as tecnologias de Gestão de Dados aplicáveis à área do petróleo e gás, enquanto parte integrante das melhores práticas utilizadas na indústria do petróleo e gás;
- Um trabalhador participou no Projeto de Modificação do Módulo Superior da Plataforma ou *Topside* do Bayu-Undan - Estudo de Viabilidade, facultado pela AIBEL PTY LTD, em Asker, Noruega, durante um mês, desde 27 de agosto a 21 de setembro de 2018. O objetivo da formação é melhorar as competências



e adquirir experiência prática no estudo de viabilidade, o qual engloba a gestão de estudo, processo de simulação do sistema de modificação, e modo operacional e base de design para a pesquisa e produção na indústria do petróleo e gás.

2. Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente (QHSE)

- Formação alusiva ao período de transição de “ISO 45001: 2015, Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Local de Trabalho” para os trabalhadores;
- Auditorias regulares de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente efetuadas ao Posto de Abastecimento de Combustível do Suai e à Construção da Instalação de Armazenamento de Combustível de Aviação A1 no Suai.

3. Upstream

3.1. PSC JPDA 11-106

- Processo de aprovisionamento para a campanha de perfuração prevista para 2019;

3.2. PSC TL-SO-15-01

- Proposta a interpretação adicional do levantamento sísmico *crocodile 3D* (em curso);

3.3. Bloco Onshore

- Levantamento Sísmico a decorrer para os Blocos A e C;
- A TIMOR GAP e a sua subsidiária TGSS, em parceria com a BGP, asseguraram o contrato para o levantamento sísmico *Onshore* nos Blocos A e C;

4. Downstream

- Concluída a instalação de armazenamento para combustível de aviação A1 no Aeroporto do Suai, com uma capacidade de 60,000 litros;

5. Projeto Tasi Mane

5.1. Reabilitação do Aeroporto do Suai

- Entrega parcial do Aeroporto do Suai e asseguradas as operações da *Northern Oil & Gas Australia (NOGA)* no Aeroporto do Suai;

5.2. Refinaria e Complexo Petroquímico de Betano

- Em processo de desenvolvimento Estudos Optimização de Complexo Petroquímico de Betano.



5.3. Fábrica de GNL de Beaço

- Envolvimento de peritos (*Subject Matter Experts ou SMEs*) para a Otimização do TLNG a *Downstream*.
- Realização de consultas públicas (socialização) relativas aos Termos de Referência (TOR) para o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto TLNG [Gasoduto, Fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Instalações Marítimas];

5.4. Autoestrada

- Progresso da construção da autoestrada no final de setembro de 2018: + 99.0%;

INSTITUTO DO PETRÓLEO E GEOLOGIA, IP

Voz da geociência em Timor Leste: “Investimento para o futuro”

Considerando a importância do estudo geológico em termos de ajudar a sustentar ou aumentar a economia de Timor Leste, possibilitando decisões que são informadas por evidências científicas e melhorando o conhecimento de questões e oportunidades relacionadas à geociência, todas as atividades implementadas durante o período de relatório “100 dias do VIII mandato do governo constitucional” é promover o Ministério do Petróleo e Minerais meta definido “Investimento para o futuro”.

1. MAPEAMENTO AVANÇADO DE RECURSOS GEOLÓGICOS DE TIMOR-LESTE

1.1. Construção de Mapa Geológico, de Ermera e de Atabae com escala de 1: 50.000 Até ao final de julho de 2018, o instituto foi possível conseguir produzir mais mapas geológicos apesar de na maioria ainda está em esboço, contudo os trabalhos de campo já se foram realizados. Os mapas geológicos são folha de Atabae, de Ermera e de Liquiça com a escala de 50K.

1.2. Estudo do potencial mineral “Caulino” em Aileu.

Em junho de 2018, IPG através da Divisão de Investigação Geológica, iniciar uma estudo de campo sobre a existência mineral “CAULINO” na área de estudo de Aileu. O estudo objetivo de identificar a qualidade e quantidade do potencial mineral caulino na área de estudo e as amostras foram coletadas para fins de análise laboratorial. O mineral caulino é o principal material para



produção de cerâmica, vidros, estátua e tintas.

1.3. Estudo do mineral “Malaquita” no basalto de Maubesi.

O objetivo do estudo foi identificar a potencial malaquita mineral no basalto de Maubessi. As amostras foram coletadas para fins de análise laboratorial. O mineral malaquita é o principal material para a produção de cabos de eletricidade e elementos eletrônicos.

1.4. Observação visual de extração mineral de “areias e cascalho” em Timor Leste

O objetivo do estudo é observar a atividade operacional das extrações de “areias e cascalho” no território de Timor-Leste. Verifica-se que durante o período de 2017 até junho de 2018, um total estimado de 3.355.590, 590 toneladas de areias e cascalho foi extraído para fins de construção.

1.5. Desenvolvimento dos Estudos no Sector do Petróleo e Gás

Concluída a coleta de amostras no área de estudo de Laga e Bagaia para fins de análise geoquímica. A análise geoquímica tem como objetivo para identificar a fonte de petróleo e gás na área de estudo.



2. CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS GEOLÓGICOS

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 33/2012, O IPG é mandatado com a tarefa de “Gestão e Desenvolvimento do Laboratório Nacional de Geologia”. Por esse motivo, o IPG continua a envidar esforços não só para obter espaços adequados de escritórios e laboratórios de Geociências, mas também adquirir equipamento de laboratório de alta tecnologia para apoiar a tarefa da instituição de cumprir os requisitos de análise de laboratório para todos os levantamentos geológicos em Timor-Leste.



2.1. Serviço De Laboratório

Apesar das limitações em responder à maioria dos componentes necessários para atender a todos os requisitos de análise laboratorial para pesquisa geológica em Timor-Leste, o laboratório da Instituição continua a oferecer serviços de laboratório para o estudo geológico existente do IPG, bem como para solicitação da parte externa. No entanto, devido à limitação de equipamentos e espaços de laboratório, o atual serviço laboratorial do IPG só



pode fornecer serviços para análise de qualidade Petrográfica, Fóssil, Densidade de Rocha, Areia, grau mineral e XRF. Durante o período do relatório, o Instituto através da Unidade de Laboratório forneceu um serviço de laboratório para o estudo geológico existente do IPG, incluindo análises petrográficas para o estudo de petróleo de Laga; e estudo mineral Caulino de Aileu. A pedido do exterior, o IPG forneceu uma análise petrográfica à KARVAK, uma entidade privada que está atualmente a ser submetida a um projeto do Governo “*airborne survey*” e análise XRF para estudo de prospeção mineral de empresa privada, *Timor Resources* e inspeção e facilitadas amostras do setor privado para fins de análise laboratorial no estrangeiro. Continuar a fazer esforços para obter terras adequadas para a futura construção dos complexos IPG.

3. REGISTO NACIONAL DOS DADOS GEOLÓGICOS DE TIMOR-LESTE “ONE NATION ONE MAP”

Uma das atribuições importantes que valorizam a razão fundamental para a existência do IPG é “O estabelecimento de um registo nacional de informação geológica e recursos naturais de Timor-Leste”. Por esta atribuição, o IPG através da Divisão de Geo-informação e Base de Dados, continua a recolha e o registo de dados no sistema METADATA; continua o desenvolvimento de base de dados de geologia, tanto literários, aéreos e espaciais registados nos edifícios do IPG. Estabelecimento do sistema METADATA, desenvolvimento do base de dados de



geologia são passos importantes para o objetivo ambicioso da Instituição para estabelecimento “Centro de dados espaciais de IPG - *One Nation one Map*” qual garantir a disponibilidade atempada de dados, informações e conhecimento de geociências de alta qualidade.

4. “HAU HATENE” PLATAFORMA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO GEOLÓGICA

A preservação e disseminação dessas informações é uma função essencial de quase todas as organizações de pesquisas geológicas. O papel do IPG é fornecer informações abrangentes sobre geociências pertencentes à região de Timor-Leste. Até ao final de setembro de 2018, o IPG continua os seus esforços para preparar a versão de teste da aplicação WebGIS na página informativa do Instituto. Estabelecimento da aplicação WebGIS com o objetivo para divulgação da informação relativa aos recursos geológicos de caráter geral para o cidadão, para que este esteja informado sobre os recursos geológicos e os seus usos.

5. QUADRO NACIONAL PERITOS GEOLÓGICOS

Para atingir o objetivo da instituição de ter especialistas nacionais de classe mundial em ciências geológicas, o IPG continua investindo nos seus recursos humanos através de formação a longo prazo

- Melhoria do quadro de pessoal - Sete dos técnicos participaram nos cursos específicos de formação da Universidade de Coimbra
- Portugal, onde dois (2) deles começaram no segundo ano do curso de doutoramento, e os cinco (5) estão no último ano da formação que equivale aos níveis de mestrado - em que os quatro (4) vão definitivamente concluir as suas teses em julho de 2018, contudo devido aos trabalhos mais específicos da tese e às informações a ser desenvolvidas, um dos técnicos mestrandos está ser previsto da conclusão da sua tese em dezembro de 2018. Em mês de junho de 2018, dois (2) dos funcionários participaram de *on the job training* em sismologia e modelagem de terremotos/*tsunamis* em Aceh - Indonésia. Um (1) funcionário atendeu um curso intensivo de um mês oferecido pelo Comité de Coordenação de Programas de Geociências, nas regiões de Leste e Sudeste da Ásia (CCOP), um programa a nível internacional realizado pela instituição da Pesquisa de Geologia do Japão, intitulado por “*Practical Geological Survey Techniques 2018*” em Tsukuba, Japão.



6. MAPEAMENTO DE RISCOS GEOLÓGICOS DE TIMOR-LESTE

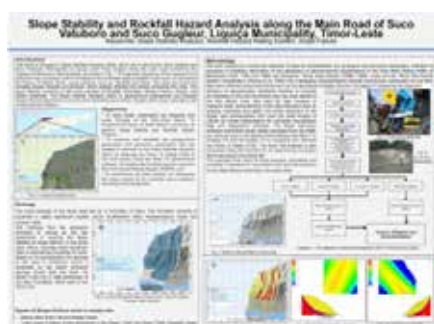
Durante o período reportado, várias atividades relativas aos riscos geológicos foram desenvolvidas, especialmente no estudo das ocorrências dos terremotos e *tsunami*, registo e monitoramento de terremoto e tsunami, e instalação de GPS geodésico permanente em Tutuala, Lacló, e Ainaro.

6.1. Estudo ocorrências dos terremotos e Tsunami em Timor-Leste.

Monitorização contínua dos sismos e de terremoto em tempo real através dos instrumentos instalados no edifício de IPG. Em agosto de 2018, o Instituto do Petróleo e Geologia (IPG), em colaboração com o Centro de Pesquisa de Mitigação de Tsunami e Desastres (TDMRC), Universitas Syiah Kuala, Banda Aceh, Indonésia, e a Universidade Timor Lorosa'e (UNTL) foram co-anfitriões seminário internacional em Díli, Timor-Leste com o objetivo para apresentar o resultado do estudo de microtremor, sismologia e tsunami na área de estudo de Díli, Timor Leste. O seminário foi apoiado pela USAID. Estudo de caso preliminar sobre modelagem de tsunami para a cidade de Díli e estudo de caso preliminar do Microtremor em Kampung Alor, Díli.

6.2. Estudo de deslizamento dos solos e rochas em Timor-Leste

Com base no arranjo do programa de mestrado e em colaboração com a Universidade de Coimbra, Portugal, um aluno de mestrado do IPG foi capaz de produzir um artigo científico relevante para riscos geológicos em Timor-Leste intitulado: “*Non-Intrusive Procedures to study the Slope Stability at Karimbala Road, Liquiça Municipality*”, o documento foi também apresentado no 4º Simpósio Mundial Multidisciplinar de Ciências da Terra em Praga, República Checa. Além disso, o Instituto de Petróleo e Geologia e o Ministério das Obras Públicas, Estrada Nacional,



Pontes e Controle de Cheias (DRBFC) co-organiza um seminário para desenvolver o conhecimento da equipa da DRBFC no estudo, monitoramento e uso do equipamento “Inclinómetro” que o DRBFC instalou na Aituto para estudo e monitoramento de deslizamentos de terra na área referida.

6.3. Cooperação Nacional e Internacional

A nível nacional, o IPG continua a fornecer apoio técnico às instituições relevantes do Governo. Até ao fim de setembro de 2018, o IPG irá continuar a colaborar e oferecer um apoio técnico à Direção de Toponímia para o desenvolvimento do mapa Toponímia, e o Ministério da Administração Estatal, e para apoio do programa de Censos de Agricultura do MAP. A nível internacional, o IPG realizou a assinatura de acordo de parceria com a Universidade Syiah Kuala (UNSYA), Banda Aceh, Indonésia; realizou uma visita de cortesia à Indonésia para explorar a oportunidade de colaboração com universidades e instituições governamentais e continua colaboração com a Universidade de Coimbra, Portugal com objetivo de aumentar a capacidade de pessoal na área de geociências.





VIII GOVERNO
CONSTITUCIONAL

